



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ANA PAULA LIMA DE CARVALHO

SOBRE INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS E AMPLAS

FORTALEZA

2018

ANA PAULA LIMA DE CARVALHO

SOBRE INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS E AMPLAS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Profa. Orientadora Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C321s Carvalho, Ana Paula Lima de.

Sobre intertextualidades estritas e amplas / Ana Paula Lima de Carvalho. – 2018.
135 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

1. Intertextualidades. 2. Estritas. 3. Amplas. I. Título.

CDD 410

ANA PAULA LIMA DE CARVALHO

SOBRE INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS E AMPLAS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Maria da Graça dos Santos Faria
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Vanda Maria da Silva Elias
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Profa. Dra. Aurea Suely Zavam
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Esta tese se apresenta com o meu nome, mas sempre fiz questão de enfatizar que ela ecoa muitas e importantes vozes. Eu jamais teria sido capaz de passar por essa tão complexa e multifacetada experiência sem o apoio e a força de outros. São muitas as pessoas a quem desejo agradecer, pois, abençoada que sou, fui lindamente acolhida e ajudada em todos os meus momentos, bons e ruins.

Ao Deus que reconheço como Senhor, autor e consumidor da minha fé, pela permissão de ter vivido esta etapa tão transformadora e por ter me sustentado até aqui.

Aos meus pais, Marinete e Paulo, por me darem a vida e me ensinarem a amar a Deus. Sou muito grata pelo amor e pela dedicação com que cuidaram (e ainda cuidam) de mim. Aos meus irmãos, minha cunhada e minhas sobrinhas tão lindas, Vitória e Heloísa.

À minha tão amada orientadora, Prof.^a Mônica Magalhães Cavalcante, não apenas por ter me escolhido e me guiado pelo caminho da ciência, mas por seus exemplos de como ser uma pessoa generosa, acolhedora, disponível e, sobretudo, humilde. Eu nunca conseguirei demonstrar toda a minha gratidão e todo o meu respeito. CAVALCANTE será sempre a minha melhor citação, tudo o que eu desejo parafrasear, imitar...

À minha família, sempre tão disposta a amar...Fabiano, meu esposo, por tudo o que tem me dedicado ao longo desses doze anos em que estamos juntos. Aos meus filhos, Marina e Miguel, por entenderem minhas ausências e minhas falhas e por serem a luz da minha vida. Aos meus também filhos, Viviane, Assis e ao meu grande amor, Heitor.

Às minhas tias, Claudia e Adriana, também minhas mães, por cuidarem de mim e da minha família com tanto carinho.

À minha amiga-irmã, Lena, por dividir comigo inesquecíveis histórias, por estar em todas as minhas memórias, por me aceitar, me amar e me proteger sempre.

À minha amiga-irmã, Michelle, pelo respeito, pela amizade, pela torcida fiel, pela paciência, pela alegria e por todas as trocas. Meu amor se estende a todo o clã Holanda.

Aos meus queridos Jardel e Tom, tão presentes, tão parceiros, tão meus.

À professora Dra. Mariza Angélica Paiva Brito, a quem tenho a honra de ter como amiga, por aceitar o convite de participar desta Banca, além da Banca Examinadora de Qualificação, bem como pela leitura minuciosa e pelas inúmeras contribuições que ofereceu a esta pesquisa. Serei eternamente pelo carinho e, especialmente, por abrir as portas da sua casa para me acolher, por me incluir na família Brito, pela cama sempre arrumadinha, por todos os nossos passeios ao “museu”... Como eu poderia agradecer por tanto?

Ao meu ortopedista, Dr. Alexandry Dias Carvalho, por ter me ajudado a superar o que talvez tenha sido o momento mais difícil e assustador da minha vida. Sou grata pelo cuidado profissional impecável e constante, pelo conforto, pelo apoio e pela sempre firme esperança de que tudo daria certo.

À professora Dra. Iveuta Lopes, que, de orientadora de Mestrado, transformou-se numa outra mãe que a vida me deu. Sou grata pelo amor com que sempre me tratou e por sempre estar comigo.

À minha amiga Elianete, por me incluir em sua família, me acolher e cuidar de mim sempre.

Ao meu amigo precioso, Denílson, por ser um porto sempre tão seguro para mim.

Ao meu amigo queridíssimo, Athânio, por sempre me socorrer tão delicadamente em tudo o que preciso.

Ao meu teórico de base e, mais que isso, generoso colaborador, Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre, por compartilhar seus saberes, pelas leituras refinadas e exigentes, pelas considerações maduras e incisivas, por todas as sugestões e pela paciência com as minhas limitações.

Ao prof. Dr. Valdinar Custódio Filho, que um dia foi só um autor que eu sonhava conhecer e hoje tenho como amigo. Muito grata por sua participação na Banca Examinadora de Qualificação, por sua leitura tão cuidadosa, por nossas conversas e por todos os seus conselhos. Poder enviar uma mensagem de Whatsapp para Custódio-Filho e receber uma resposta (quase sempre) imediata me dá a certeza de que eu venci na vida!

À professora Graça Faria, por aceitar compor esta Banca, pelo carinho e dedicação com que sempre contribuiu comigo, pelos sorrisos, pelas conversas, por me emprestar o quarto, por ser a Gracinha.

À professora Dra. Vanda Maria Elias, pela generosidade de ter aceitado o nosso convite de compor esta Banca de Defesa, a despeito dos empecilhos, por dedicar seu tempo à leitura e avaliação desta tese e, sobretudo, por sua delicadeza.

À professora Dra. Áurea Suely Zavam, Belinha, por aceitar tão prontamente estar aqui comigo, nesta Banca. Sinto-me honradíssima por sua leitura, suas contribuições e pela chance de ter este dia iluminado por sua alegria.

À professora Dra. Maria Margarete Fernandes, por aceitarem compor esta Banca na condição de suplente. Quanta gente importante perto de mim!

À professora Dra. Silvana Calixto, minha amiga, conselheira e protetora, por me apresentar à Linguística Textual e estar sempre disponível a cada pedido de socorro.

Aos professores do Programa, pelos conhecimentos doados nas disciplinas em que tive a honra de ser aluna. Menciono, especialmente, professor Dr. Ricardo Leite, professor Dr. Américo Saraiva e professora Dra. Márluce Coan. Jamais me esquecerei de tudo o que aprendi com vocês.

Aos amigos que a UFC me deu, gente linda e que eu amo tanto... Meus amigos tão queridos Camilinha, Raquel, Manu, Bel, Marilde, Jardes, Thais Yuli, Víctor, Sharinha e Márcia Ananda, por me darem tanto amor e tanto conhecimento sobre a vida e a Academia.

Ao Grupo PROTEXTO, cujos membros são, além de amigos, inspiração. Como eu sou feliz por estar entre vocês! Agradeço, por razões especiais, às Mai(y)aras e ao Rafa, sempre disponíveis e solícitos.

Às minhas companheiras de tantos momentos, Paty e Kleiane, sem as quais eu não teria tido força, ânimo e rumo. Amo muito vocês, anjos de candura!

Ao amigo que a Academia me deu e a vida consagrou, Anderson, a quem devo alguns de meus mais exemplares casos de intertextualidade amplo. Sempre atento a tudo, nunca deixou de registrar e compartilhar um só caso que lhe pareceu instigante e produtivo ao meu trabalho. Sou muito, mas muito grata!

Ao meu amigo-irmão, Juscelino Sampaio, cujo incentivo me fez estar aqui. Eu nem conseguia preencher o formulário de inscrição para participar da seleção...Ter uma amizade como a sua, querido, é um privilégio.

À professora Dra. Renata Cunha, minha amiga tão querida, por ser uma inspiração para mim e alguém em quem eu confio tanto. Nem tenho como dizer como sou grata por suas tão valiosas colaborações.

À equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Linguística Eduardo, Antônia e Vanessinha, pela atenção e respeito com que sempre me trataram.

Ao Instituto Federal do Piauí, onde tenho a honra de trabalhar, pela liberação para que estes tempos de estudo fossem mais tranquilos.

É possível que eu tenha esquecido de mencionar algum nome, mas isso de modo algum significa que meu coração não tenha registrado TODAS as pessoas e todas as bênçãos que eu tenho recebido ao longo dos anos. Grata por tudo!

RESUMO

Este estudo propõe uma reflexão teórica acerca do fenômeno textual-discursivo das transtextualidades, descritas por Genette ([1982]2010), repensando-as e redistribuindo-as em dois grandes grupos, a que nomeamos de intertextualidades em sentido amplo e intertextualidades em sentido estrito. Partimos do quadro analítico desse autor, que analisou as relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos, pautando-se por critérios estruturais e funcionais, para apresentar um redimensionamento das categorias, a fim de dar conta de descrever, sob a ótica da Linguística Textual, ocorrências manifestadas também em textos multissemióticos e de diferentes domínios discursivos, que não apenas o literário. A delimitação de nossa proposta se deve, basicamente, à identificação de lacunas nas pesquisas anteriores, a partir das quais foram elaboradas nossas hipóteses, de modo a tentarmos estabelecer critérios classificatórios que deem conta de incluir a realidade multissemiótica que marca boa parte dos textos que circulam socialmente. Defendemos que as intertextualidades se distinguem constitucionalmente em duas grandes categorias: estritas e amplas. A primeira abriga os casos em que é possível retomar, com exatidão, o(s) texto(s) original(is) a que se recorreu, os quais foram subdivididos em: copresença, transposição, paródia e metatextualidade. A segunda, que se refere às relações estabelecidas entre um texto e um conjunto de textos, comporta os casos de imitação (de gênero e de autor) e de alusão ampla.

Palavras-chave: Intertextualidades. Estritas. Amplas.

ABSTRACT

This study proposes a theoretical reflection on the textual-discursive phenomenon of transtextualities described by Genette ([1982] 2010), rethinking and redistributing them into two large groups, called intertextualities in broad sense and intertextualities in strict sense. Its beginning is the analytical framework of this author, who analyzed the relations of dialogue between texts, genres and styles, based on structural and functional criteria, to present a resizing of the categories, in order to account for describing, from the point of view of Textual Linguistics, the manifested occurrences also in multisemiotic texts and of different discursive domains, not only literary ones. The delimitation of the proposal is basically due to the identification of gaps in previous research, from which the hypotheses have been elaborated, in order to try to establish classification criteria that take into account the multisemiotic reality that marks most of the texts that circulate socially. The study argues that intertextualities are constitutionally distinguished into two broad categories: strict and broad. The first one covers the cases in which it is possible to accurately retrieve the original text (s) to which it was appealed, which were subdivided into: copresence, transposition, parody and metatextuality. The second, which refers to the relations established between a text and a set of texts, includes cases of imitation (gender and author) and broad allusion.

Keywords: Intertextualities. Strict. Broad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pobres	30
Figura 2 – Organograma geral da transtextualidade.....	30
Figura 3 – Relações intertextuais para Piègay-Gros (2010).....	32
Figura 4 – Caronte	33
Figura 5 – Tentação	35
Figura 6 – Primeiro modelo De Sant’anna (2007)	41
Figura 7 – Só eu que gosto de MPB	44
Figura 8 – As linguistas	45
Figura 9 – Se beber não digite	47
Figura 10 – Hierarquização de parâmetros subjacentes às relações intertextuais	55
Figura 11 – Dalí, Picasso e Van Gogh.....	56
Figura 12 – Pica-pau.....	57
Figura 13 – Enrolados	59
Figura 14 – Simpsons	59
Figura 15 – Correio das leitoras	64
Figura 16 – Era uma vez uma família.....	66
Figura 17 _ Leitor da "Xis"	67
Figura 18 – Mérito.....	69
Figura 19 – Plano de texto.....	70
Figura 20 – Amor de Romeu	71
Figura 21 – Duas assoalhadas.....	72
Figura 22 – Som de chamada	73
Figura 23 – Segue a tua sina.....	75
Figura 24 – Palavra cruzada	76
Figura 25 – Fatura.....	77
Figura 26 – A vontade do povo	81
Figura 27 – Que horas ela volta?.....	87
Figura 28 – A mulher do próximo	89
Figura 29 – O Grito	95
Figura 30 – Harry Potter.....	97
Figura 31 – Confiarás em alguém.....	100
Figura 32 –Fora-Temer.....	105

Figura 33 - Häagen-Dazs	105
Figura 34 – Vou mangar mermo tando triste.....	106
Figura 35 – É de verdade	108
Figura 36 – Classificação das intertextualidades estritas e amplas	110
Figura 37 – Lei Zé da Penha.....	112
Figura 38 – Querido Papai Noel.....	113
Figura 39 – Suricate Repórter.....	116
Figura 40 – Tititi.....	117
Figura 41 – Tititi 2.....	118
Figura 42 – A verdade é que.....	120
Figura 43 – Habeas Corpus	121
Figura 44 – Gol.....	122
Figura 45 – Malas de dinheiro.....	123
Figura 46 – Mas do Geddel	124
Figura 47– Mala de dinheiro	124
Figura 48 – Mala de professor.....	125
Figura 49 – Vou te pegar	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro provisório das práticas hipertextuais	25
Quadro 2 – Quadro geral das práticas hipertextuais.....	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONCEPÇÕES DE INTERTEXTUALIDADE.....	17
2.1	Intertextualidade e outros conceitos.....	17
2.2	A proposta de Genette (2010)	21
2.3	A proposta de Piègay-Gros (2010).....	31
2.3.1	A copresença	32
2.3.2	A derivação	37
2.4	A proposta de Sant’anna (2007).....	38
2.5	Outras categorias intertextuais	46
2.6	A proposta de Nobre (2014).....	51
2.7	A proposta de intertextualização de Miranda (2010).....	60
2.7.1	Marcadores de gênero	63
3	POR UM NOVO REAGRUPAMENTO DAS INTERTEXTUALIDADES	80
3.1	Intertextualidades estritas.....	85
3.2	Relações de copresença.....	85
3.3	Relações de derivação	93
3.4	Intertextualidades amplas.....	98
3.5	Imitação de gênero	98
3.6	Imitação de estilo de autor	101
3.7	Alusão ampla.....	107
4	AS TRILHAS DAS INTERTEXTUALIDADES AMPLAS.....	111
4.1	Imitação de gênero	111
4.2	Imitação de estilo	115
4.3	Alusão ampla.....	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS	130

1 INTRODUÇÃO

“Onde não há texto não há objeto de pesquisa nem pensamento” (BAKHTIN, 2011, p. 307). Essa citação do filósofo russo traduz em bons termos nosso interesse pelas pesquisas inscritas em Linguística Textual. Importa-nos, em particular, o estudo da intertextualidade, que, originariamente filiado à teoria literária, tem provocado reflexões em alguns ramos da Linguística, em virtude de sua produtividade para a construção dos textos e dos sentidos.

É inegável que, ao tratarmos de intertextualidades, estamos diante de um conceito cujas fronteiras são tênues. Merece atenção a sua (quase) identificação com outros fenômenos, como a polifonia, o dialogismo, a heterogeneidade enunciativa e a interdiscursividade. Isso nos impõe a tarefa de discutir as concepções existentes, a fim de tentarmos delimitar o espaço teórico a ser recoberto pela intertextualidade, isto é, seu escopo frente às sempre singulares realizações textuais. E, considerando que a intertextualidade se constitui um dos mais importantes fenômenos da linguagem, com decisivas consequências textual-discursivas, é nosso interesse lhe dar tratamento criterioso, (re)definindo a organização das manifestações específicas de relações intertextuais.

Os trabalhos pioneiros em torno do tema consideraram especialmente as relações entre textos do domínio literário, verbais, portanto. Nosso interesse, entretanto, é estender o olhar para gêneros variados, incluindo também textos multissemióticos, rediscutindo categorias analíticas, de maneira a torná-las suficientemente eficazes de recobrir situações intertextuais diversas. Para tanto, partimos do marco que sustenta nossa proposta, qual seja, Genette ([1982]2010), responsável pelo mais completo esboço das relações que põem em diálogo qualquer relação entre textos, gêneros e estilos. Genette, cujo foco foi o domínio da literatura, denominou essas relações “secretas ou manifestas” de “transtextuais”, por serem relações que iam “além dos textos”, ou seja, além da relação entre textos específicos. Seu estudo, inscrito no arcabouço teórico estruturalista, elegeu a forma como principal critério para definir as diversas manifestações dos fenômenos, embora também estabeleça critérios funcionais produtivos, concentrados em três regimes: lúdico, satírico e sério.

Nosso objetivo, portanto, é (re)definir as intertextualidades, distinguindo-as em estritas e amplas, a partir da natureza das relações imediatas entre textos, isto é, se o diálogo se dá entre textos específicos ou pela retomada não de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa e relativa a conjuntos de textos,

verificada por indícios atinentes à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos ou a uma temática particular divulgada por diversos textos. Como desdobramento dessa ampliação do escopo do fenômeno, apresentamos uma proposta para o redimensionamento das categorias pontuais, a fim de dar conta de descrever, sob a ótica da Linguística Textual, as ocorrências manifestadas em textos diversos, inclusive os de natureza multissemiótica.

Tendo em visto nossos objetivos, julgamos pertinente optar por um paradigma que, a nosso ver, confere autonomia para investigar o objeto de pesquisa, uma vez que estamos lidando com manifestações complexas de linguagem. Nessa perspectiva, assumimos a perspectiva epistemológica interpretativa (BOGDAN; BIKLEN, 1999), por vislumbrarmos a descrição detalhada dos dados e suas interpretações subjacentes. Das perspectivas científicas, essa nos pareceu a que melhor contemplava nosso intuito, uma vez que os dados foram sendo observados interpretativamente, à medida que se apresentavam. Nossa escolha nos permitiu observar o objeto e, a partir disso, investigar suas particularidades, a fim não apenas de confirmar ou refutar propostas teóricas precedentes, mas de descrever como se dão as relações entre textos de distintas semioses.

Apesar de abraçarmos o paradigma interpretativo, cujo conjunto de características inclui o caráter descritivista e o movimento indutivo, importa esclarecer que esta pesquisa se deu como hipotético-dedutiva, visto que nos voltamos para as pesquisas e propostas precedentes, a fim de identificar prováveis espaços que permitissem vislumbrar uma (re)configuração das categorias e a prover a Linguística Textual de critérios classificatórios relacionados às intertextualidades.

Nosso primeiro movimento se concentrou na discussão teórica de diversos estudos acerca de nosso objeto, isto é, numa pesquisa bibliográfica que nos permitisse perscrutar as concepções de intertextualidade já estabelecidas, para, então, forjarmos nosso conceito e nossas categorias. À medida que as postulações teóricas foram construídas, voltamo-nos aos textos que acreditamos se constituírem como casos exemplares para cada (sub)tipo intertextual. Desse modo, fomos da teoria aos dados e, sempre que julgamos necessário, realizamos as reformulações categoriais. Houve, no entanto, um momento em que precisamos sobrepor os dados à teoria. Durante o percurso, chegaram até nós alguns textos construídos por recursos nos quais vislumbramos um estatuto intertextual ainda não discutido nos estudos que adotamos como fundamentação. Frente a essas ocorrências, numerosas, significativas e, ademais, reconhecidas por nossos interlocutores como intertextuais, julgamos necessário ampliar a teoria e pleitear a categoria a que chamamos alusão ampla.

No cenário brasileiro, alguns autores já consideraram a intertextualidade também em textos pertencentes a diferentes gêneros que não apenas os relativos ao domínio literário e passíveis de configuração multissemiótica. Destacam-se, nessa perspectiva, Cavalcante (2012), assim como seus trabalhos anteriores (CAVALCANTE, 2006; 2008a; 2008b), nos quais já encontramos a aplicação de modelos classificatórios de intertextualidade a textos como charges, anúncios, gravuras e fotografias. O avanço encorajou a discussão das categorias originariamente pensadas para textos verbais e sua aplicação a novos formatos de textos. Isso representou o início do preenchimento de importantes lacunas na Linguística Textual, considerando que, até então, os inventários de categorias intertextuais disponíveis se prestavam à caracterização do fenômeno apenas em textos verbais. Foram, sobretudo, os estudos desenvolvidos por Cavalcante os responsáveis por apontar que os princípios que regem as ocorrências intertextuais em linguagem verbal são similares aos que se manifestam em outras semioses e, portanto, as categorias podem e devem ser alargadas. E esse foi o caminho que escolhemos seguir.

Como dito, partimos da proposta de Genette (2010) e, a partir dele, retomamos também outros estudos basilares em intertextualidades, com os quais dialogamos. Na proposta desse autor, a intertextualidade, cuja forma prototípica é a citação, constitui, na verdade, apenas um dos cinco tipos de relações transtextuais, que incluem, ainda: a arquitextualidade, dada pela conformação de um texto a um determinado gênero; a paratextualidade, referindo-se à relação de um texto com os elementos que o margeiam (prefácio, ilustrações, posfácio etc.); a metatextualidade, relação dada quando um texto comenta outro; e a hipertextualidade, quando se verifica um novo texto inteiro gerado pela transformação ou imitação de um outro.

Posteriormente, Piègay-Gros ([1996] 2010), opera propõe um refinamento no quadro teórico-classificatório genettiano, cujo principal mérito, a nosso ver, consiste no deslocamento da perspectiva da transtextualidade para a intertextualidade, o que representou um importante alargamento conceitual, além de evidenciar o já previsto caráter intertextual da hipertextualidade. Assinalamos, porém, que mesmo ampliando conceito de intertextualidade aos casos de hipertextualidade, a proposta permanece circunscrita ao domínio da literatura. Refletimos sobre o refinamento categorial empreendido pela autora para tomarmos algumas decisões teóricas importantes, inclusive a respeito da terminologia adotada em sua proposta.

Ainda no bojo dos estudos de base, discutimos também o pensamento de Sant'Anna (2007) tendo em vista que esse autor trata de duas categorias sobremaneira caras à elaboração de nossa proposta: paráfrase e paródia. Em suas postulações fica evidente a ausência das bordas

de fronteira entre o fenômeno da interdiscursividade (que assumimos como constitutivo) e o da intertextualidade (para nós pontual, sempre indiciado de forma mais ou menos explícita).

A despeito de quaisquer críticas, o fato é que, na prática, Genette e Piègay-Gros se apresentam como o suporte para os diversos trabalhos acerca de relações intertextuais, dentre os quais se destacam Koch (2004), Koch, Bentes e Cavalcante (2007), Cavalcante (2012), além de Nobre (2014), nos quais destacamos o fato de considerarem a intertextualidade em diversos domínios discursivos, analisando textos de diversos gêneros, incluindo textos não apenas verbais.

Ao retomarmos Koch (2004) e em Koch, Bentes e Cavalcante (2007), verificamos que as discussões se pautam por dicotomias (copresença x derivação, por exemplo), além de tratar de tipos isolados de intertextualidade. Destacamos, desses trabalhos, que as autoras defendem a existência de uma intertextualidade em sentido amplo, cujo fundamento é o princípio bakhtiniano do dialogismo, e uma intertextualidade em sentido estrito, dada quando há a inserção de um texto em outro, isto é, quando um texto remete a outros textos e/ou a fragmentos de textos já produzidos. A oposição intertextualidade estrita e ampla, posteriormente retomada e redefinida por Nobre (2014), encontra-se no cerne da proposta que defendemos nesta tese.

Consideramos também a tese de Faria (2014), na qual se discute a sobreposição e a complementaridade das relações intertextuais por copresença e por derivação. A autora defende, tomando como *corpus* gêneros multissemióticos, que “as derivações só se constituem por apelo a casos de copresença” (FARIA, 2014, p. 10). Assumimos essa tese em nosso estudo e, a partir dela, realizamos algumas reorganizações nos subtipos de relações intertextuais, principalmente nas categorias de paráfrase e metatextualidade.

A partir de nossas reflexões teóricas, defendemos, então, que as intertextualidades sejam admitidas em duas situações possíveis e não excludentes, isto é, que podem se manifestar numa mesma performance textual: i) quando há diálogo entre textos específicos, ou porque existem partes de um texto presentes em outro, ou porque um texto sofreu modificações e se transformou em outro, ou, ainda, quando um texto cumpre a função de comentar outro, casos a que chamamos intertextualidade estrita; e/ou ii) quando não há a retomada de um texto específico, mas se verifica a imitação entre gêneros do discurso ou entre estilos de autores ou quando um texto alude a conteúdos explicitados em textos diversos, situações a que chamamos intertextualidade ampla.

Acreditamos na necessidade dessa ampliação do conceito, com vistas a torná-lo mais produtivo e operacionalizável, a fim de que ele possa recobrir, senão todas, pelo menos

muito mais ocorrências do fenômeno, incluindo os casos em que um texto retoma de outro(s) não sua materialidade, mas seu(s) parâmetro(s) de forma e/ou de estilo ou, ainda, alude a um conjunto de textos ou a uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura. Essa posição teórico-metodológica tenta dar conta de inúmeros casos, tais como os que não se reportam a um único texto, mas a vários textos que partilham parâmetros, bem como aqueles de alusões amplas. Acreditamos que ocorrências como essas são frequentes demais para serem desconsideradas pela Linguística Textual.

Em nossa (re)definição do conceito, bem como na (re)organização das categorias, consideramos os indícios presentes na superfície textual, a via pela qual acreditamos ser possível atestar, de modo mais criterioso, o fenômeno das intertextualidades. Nessa perspectiva, analisamos alguns casos que consideramos representativos para a descrição de cada categoria. Interessaram-nos dados já prontos e disponibilizados em fontes públicas, como sítios abertos da Internet, redes sociais e outras fontes de livre acesso, ou privadas, tais como textos pessoais. Elegemos, para constituição de nossas análises, um conjunto diversificado de textos - *posts* imagéticos ou verbo-imagéticos estáticos do Whatsapp e de outras redes sociais (que comportam gêneros diversos, nem sempre já estabelecidos), além de comentários de notícias, de anúncios, de poemas e de outros gêneros que se valham de fenômenos intertextuais, coletados nos anos de 2016 a 2018 - a fim de descrever e analisar o processamento das categorias definidas como resultado de nossa pesquisa bibliográfica.

Como afirmamos, pleiteamos uma proposta classificatória, pensada à luz dos pressupostos da Linguística Textual, que seja aplicável a textos de domínios e gêneros textuais variados. Por esse motivo, buscamos diversificar os textos que analisamos, embora não nos escape que acabamos por priorizar exemplos extraídos do contexto das novas mídias. Justificamos esse predomínio quantitativo por nossa inclinação a tentar demonstrar, tanto quanto possível ao fôlego deste trabalho, a aplicabilidade das categorias aos textos passíveis de configuração multissemiótica.

Em linhas gerais, sustentamos a tese de que a intertextualidade não se dá apenas nos casos em que é possível retomar, com exatidão, o(s) texto(s) original(is) a que se recorreu. E, considerando que se trata de um fenômeno textual-discursivo com importantes consequências para a compreensão de outros objetos de pesquisa em Linguística, interessamos categorias e classificações pautadas em critérios de validação consistentes e coerentes para o agrupamento de cada tipo de intertextualidade. Acentuamos, porém, que isso não significa discretizar as relações intertextuais, agrupando-as em categorias estanques e mutuamente

excludentes, tampouco conceber o texto como um bloco rígido a ser enquadrado em uma das possíveis classes de intertextualidade.

Retoricamente, organizamos esta tese conforme o percurso que fomos seguindo. Inicialmente, desenvolvemos a discussão daquelas que consideramos as principais concepções e propostas classificatórias para as relações intertextuais, para, em seguida, propor um quadro classificatório aplicável a textos diversos, por meio do qual seja possível compreender como se processam os diálogos intertextuais. Por fim, buscamos sugerir, em nossas análises, um conjunto de marcas que, em nosso entendimento, podem indiciar os diálogos intertextuais amplos. Esperamos, com isso, disponibilizar subsídios teóricos aos que se interessem pela reflexão acerca desse instigante e produtivo fenômeno da linguagem. Acreditamos que este trabalho contribuirá como aporte teórico filiado à Linguística Textual tanto para os estudos acerca das intertextualidades propriamente ditas, como também para aqueles que as utilizam como critério de análises para a compreensão de outros objetos.

2 CONCEPÇÕES DE INTERTEXTUALIDADE

Neste capítulo, buscamos estabelecer a distinção entre o conceito de intertextualidade e uma série de outros conceitos relativos a fenômenos constitutivos da linguagem. Em seguida, discutimos a proposta da transtextualidade de Genette (2010); o refinamento efetuado por Piègay-Gros à teoria de Genette; o acréscimo de Cavalcante (2012) ao quadro teórico de Piègay-Gros (2010); a proposta de Miranda (2010); o modelo de análise de Nobre (2014) e, por fim, nossa concepção de intertextualidades.

2.1 Intertextualidade e outros conceitos

A intertextualidade mantém, com outros fenômenos, limites de difíceis contornos. Desse modo, parece-nos necessário pinçar conceitos, a fim de definir o espaço a ser recoberto por esse recurso pontual da linguagem, responsável por potencializar sentidos em “novos” e “velhos” textos. Interessa-nos refletir sobre as noções de polifonia, dialogismo, heterogeneidade enunciativa e interdiscursividade, admitidos aqui, em consonância com Cavalcante e Brito (2011) e Nobre (2014), como fenômenos constitutivos da linguagem.

O conceito de polifonia, tomado do vocabulário musical, foi desenvolvido por Bakhtin (2013) em *Problemas da poética de Dostoiévski*, ao observar que o discurso romanesco de Dostoiévski apresenta múltiplas vozes, independentes entre si. O filósofo russo considerou que as múltiplas consciências que aparecem no romance se mantêm plenivalentes, ou seja, em absoluta igualdade, sem se submeterem à consciência do autor. Essas vozes e consciências interagem num diálogo infinito. O termo polifonia tem, então, sentido bastante específico ao domínio da literatura, visto que foi introduzido nas reflexões bakhtinianas unicamente para se referir à produção de Dostoiévski. Conforme Faraco (2009), a polifonia, na verdade, recobre a utopia de um mundo radicalmente democrático, pluralista, constituído por vozes equipolentes, onde nenhuma consciência esteja submissa a outra.

Já a noção de dialogismo, também desenvolvida pelo filósofo russo, é admitida como o princípio constitutivo da linguagem e a condição de existência do discurso. Trata-se do espaço de interação entre o *eu* e o *tu* ou entre o *eu* e o *outro*. O termo *outro* diz respeito ao mundo social no qual cada sujeito se insere, o que significa que nenhum sentido se constrói sozinho, mas comporta sempre a perspectiva de outra voz. Isso significa que tanto o sujeito como o discurso resultam da interação social estabelecida com diferentes segmentos em um mesmo ou em diferentes âmbitos sociais. Nas palavras de Bakhtin (2011, p. 297),

Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta.

Essa perspectiva considera que a linguagem é sempre marcada por uma situação social e histórica, a partir da qual os sujeitos se constituem, o que torna o *eu* e o *outro* inseparáveis. Ademais, impôs um deslocamento da compreensão de sujeito, que perde seu *status* de centro e é substituído por diferentes vozes sociais, responsáveis por torná-lo histórica e ideologicamente marcado. É por esse acionamento de vozes sociais que concordam ou polemizam entre si que se constroem os discursos e os sujeitos. Trata-se, portanto, de um traço constitutivo da linguagem, como mencionado. Sumarizando, temos o dialogismo assumido, em sentido amplo, para fazer referência à interação incontornável de enunciados (ou textos).

Outro conceito a ser mencionado é o de interdiscursividade. Advinda do arcabouço teórico da Análise do Discurso Francesa, essa noção compreende que “todo dizer é, assim, parte integrante de uma discussão cultural (axiológica) em grande escala: ele responde ao já-dito, refuta, confirma, antecipa respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (FARACO, 2009, p. 59). Os enunciados apreendidos em uma materialidade qualquer comportam sempre discursos outros, historicamente marcados.

Na prática, a materialização linguística dos enunciados dá a ver que cada discurso se constitui da dispersão de acontecimentos e de outros discursos, os quais se transformam e se modificam. Nessa perspectiva, admitimos também, seguindo Maingueneau (2008, p. 37), “a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo”. Isso nos leva a afirmar, nos termos de Fiorin (2006, p. 166), que a noção de interdiscurso pode ser equiparada à do dialogismo bakhtiniano, uma vez que “o dialogismo se dá sempre entre discursos”. Temos, assim, a interdiscursividade, assim como o dialogismo, como um fenômeno constitutivo, que se refere ao entrecruzamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos e lugares sociais.

A intertextualidade, por sua vez, não é indispensável para a textualização. Em nossa proposta, entendemos esse fenômeno como um recurso textual-discursivo por meio do qual se

constrói, reproduz ou transforma o sentido. Admitimos a relação intertextual: i) quando há diálogo entre textos específicos, dado pela inserção de partes de um texto em outro, ou pelas modificações operadas em um texto de modo que se transformou em outro, ou, ainda, quando um texto cumpre a função de comentar outro, casos a que chamamos intertextualidade estrita; e/ou ii) quando não há a retomada de um texto específico, mas se verifica a imitação entre gêneros do discurso ou entre estilos de autores ou quando um texto alude a conteúdos explicitados em textos diversos, situações a que chamamos intertextualidade ampla.

Nosso entendimento amplia a perspectiva demasiadamente restritiva pela qual a intertextualidade tem sido tomada em importantes autores, nos variados campos da Linguística, segundo a qual o diálogo intertextual se limita aos casos em que é possível recuperar o(s) texto(s) específico(s) a que se recorreu. Além da superação do limite imposto para o reconhecimento do fenômeno intertextual, qual seja, a retomada de uma materialização apreensível para que se ateste o diálogo entre textos, os quadros teóricos e classificatórios até então propostos acabam, a nosso ver, por relegar ocorrências que, por vezes, são reconhecidas, mesmo pelo senso comum, como intertextuais, embora não se enquadrem nas situações previstas pelos autores. Isso se dá, por exemplos, nos casos a que temos chamado de intertextualidades amplas, dos quais trataremos mais à frente.

Importa, então, esclarecer que nem dialogismo nem interdiscursividade coincidem com a concepção de intertextualidade que estamos pleiteando. Reconhecemos, sim, revozeando Nobre (2014), que podem ocorrer intertextualidades nas ressonâncias dialógicas dos enunciados ou nos parafraseamentos que sustentam os ditos das formações discursivas. Entretanto, dialogismo e interdiscursividade não implicam intertextualidade, ainda que o contrário seja verdadeiro.

Outro fenômeno com o qual a intertextualidade faz fronteira é o da heterogeneidade enunciativa. O dialogismo bakhtiniano foi retomado por Jacqueline Authier-Revuz (1982) para a proposição do conceito, para o qual traz, como elemento diferencial, a incorporação da noção de inconsciente, advinda do arcabouço teórico da psicanálise freudo-lacaniana. Em Bakhtin, o sujeito se desloca do centro do dizer e é atravessado por vozes sociais que o marcam histórica e socialmente. Considerar a dimensão psicanalítica significou tomar também o inconsciente como elemento em constante atuação nas manifestações psíquicas do/no sujeito. Essas manifestações afloram nos sonhos, nos atos falhos, nos lapsos, etc.

Estruturado na/pela linguagem, o inconsciente dá espaço à manifestação do desejo. A esse respeito, Authier-Revuz tomou de Lacan a designação Outro, assumido como o desejo e sua manifestação. E, sendo o inconsciente também constituído socialmente, o Outro designa

o desejo do outro (minúsculo) - que se refere ao exterior, ao social constitutivo do sujeito - como constitutivo do desejo do eu.

Temos, pois, dialogismo e heterogeneidade como categorias que conduzem as reflexões acerca do sujeito discursivo. Nas palavras de Authier-Revuz (1998, p. 79), esboça-se nessas reflexões o “caráter não somente complexo, mas forçosamente heterogêneo do campo em que se jogam o dizer e o sentido”. Evidencia-se o descentramento do eu, uma vez que um “eu” pressupõe, inelutavelmente, outros “eus”, constitutivos tanto do sujeito como do(s) discurso(s).

A noção de heterogeneidade apresenta, ainda, duas subdivisões: uma constitutiva e outra mostrada. A primeira relaciona-se à própria condição de existência dos sujeitos e dos discursos, considerando-se que todo discurso advém do entrelaçamento dos discursos em dispersão no meio social. A segunda forma de heterogeneidade, por sua vez, refere-se aos modos como a voz do outro se apresenta na materialidade linguística. A heterogeneidade mostrada dá, pois, a ver, a inscrição do outro na sequência do discurso.

Authier-Revuz subdivide a heterogeneidade mostrada em *marcada e não-marcada*. A forma marcada apresenta-se identificável no contexto, já que assinalada, como é o caso, por exemplo, do discurso direto, das aspas, das formas de retoque ou de glosa e do discurso indireto.

Já o reconhecimento da forma não-marcada (discurso indireto livre, ironia, alusão não intertextual, pastiche etc.) ficaria a cargo do coenunciador. A esse respeito, Cavalcante e Brito (2011) posicionam-se contrariamente. Para as autoras, não é possível falar em heterogeneidade mostrada sem considerar ambos os casos como marcados. Segundo entendem, mesmo os casos de discurso indireto livre ou da alusão não intertextual, por exemplo, constroem-se no discurso e inscrevem-se no contexto, a partir do ato enunciativo. Se as diversas manifestações do discurso do outro são reconhecíveis, há que se falar, sim, em diferentes marcas e diferentes graus de explicitude.

Chegando a este ponto, podemos afirmar que tanto dialogismo, quanto interdiscursividade e heterogeneidade são fenômenos maiores que a intertextualidade, já que “toda intertextualidade supõe o caráter dialógico de todo discurso e o atravessamento de vozes que representam diferentes lugares sociais que se estabilizam e se desestabilizam durante as interações” (CAVALCANTE; BRITO, 2011, p. 261). Isso posto, assumimos a intertextualidade, à luz da Linguística Textual, como fenômeno pontual, dado geralmente por planejamento do enunciador, mas sempre indiciado, tangível, além de comprometido com funções discursivas. Consideradas as especificidades de cada fenômeno, passemos agora a refletir, com mais vagar, acerca dos diálogos entre os textos.

2.2 A proposta de Genette (2010)

Genette (2010, p. 10) tem como objeto de estudo a *transtextualidade*, ou “tudo que o coloca [o texto] em relação, manifesta ou secreta, com outros textos”. Trata-se, como se nota, de um conceito acentuadamente abstrato, intangível. O autor define cinco categorias de relações transtextuais, seguindo uma “ordem crescente de abstração, implicação e globalidade” (p.12), quais sejam: intertextualidade paratextualidade, metatextualidade, arquitekstualidade e hipertextualidade.

A intertextualidade, na proposta de Genette, revela um caráter restritivo, sendo definida como “uma relação de copresença entre dois ou vários textos, isto é, [...] como presença efetiva de um texto em outro” (GENETTE, 2010, p. 12). Como tipos de intertextualidade, elenca a citação (com aspas, com ou sem referência), forma mais explícita e literal; a alusão, menos explícita e menos literal, exigindo maior percepção do leitor para que se dê a (re)construção do sentido planejado; e o plágio, empréstimo literal, não declarado e, portanto, a forma menos explícita.

Convém assinalarmos que nem sempre a citação apresentará evidências tipográficas, o que, a nosso ver, não descaracteriza o recurso. O que, de fato, define esse tipo de relação é o caráter de literalidade da passagem incorporada. É possível mesmo que alguns textos pressuponham a possibilidade de recuperação do intertexto, não obstante a ausência de marcas, pois veiculam elementos amplamente conhecidos e partilhados em dada cultura.

Também merece destaque o critério a partir do qual se diferenciam a citação e a alusão: a forma. A primeira se apresenta como transcrição exata e, em geral, mais explicitamente marcada (verbo *dicendi*, dois pontos, aspas, itálico, recuo de margem, fonte reduzida) de um texto original; a segunda, por sua vez, realiza-se por remissão indireta, incorpora-se ao texto sutilmente, podendo apresentar modificações formais no texto a que recorre ou se dar apenas por expressões referenciais, de modo que o texto aludido será mais facilmente reconhecido se for mais clássico ou conhecido. Vejamos os exemplos:

(1)

Conheço muitas pessoas que estão envelhecendo mal. Desconfortavelmente. Com uma infelicidade crua na alma. Estão ficando velhas, mas não estão ficando sábias. Um rancor cobre-lhes a pele, a escrita e o gesto. São críticos azedos, aliás, estão ficando cítricos sem nenhuma doçura nas palavras. Estão amargos. Com fel nos olhos.
[...]

Bilac dizia que a gente deveria aprender a envelhecer com as velhas árvores. Walt Whitman tem um poema onde vai dizendo: "Penso que podia viver com os animais que são plácidos e bastam-se a si mesmos".

Em (1), temos um trecho da crônica *Envelhecer: com mel ou fel?*, de Affonso Romano de Sant'Anna, na qual se verifica uma citação de Walt Whitman, escritor norte-americano. Sant'Anna utiliza o recurso não de forma marginal, como epígrafe, mas o integra em seu texto como um argumento de autoridade em função da ideia que defende acerca do processo de envelhecimento.

(2)

[...]
 Brada em um assomo
 O sapo-tanoeiro:
 “A grande arte é como
 Labor de joalheiro
 Ou bem de estatuário.
 Tudo quanto é belo,
 Tudo quanto é vário,
 Canta no martelo”
 [...]

Temos, no exemplo (2), um fragmento do poema *Os sapos*, de Manuel Bandeira. Conforme observamos, há, pelas pistas “labor de joalheiro”, “é belo”, “canta no martelo”, alusões ao poema *Profissão de fé* de Olavo Bilac, no qual há exaltação da arte de escrever. Vejamos:

Não quero o Zeus Capitolino,
 Hercúleo e belo,
 Talhar no mármore divino
 Com o camartelo.

(...)

Invejo o ourives quando escrevo:
 Imito o amor
 Com que ele, em ouro, o alto relevo
 Faz de uma flor.
 (...)
 Quero que a estrofe cristalina,
 Dobrada ao jeito
 Do ourives, saia da oficina
 Sem um defeito:

(...)

Porque o escrever — tanta perícia,
Tanta requer,
Que ofício tal... nem há notícia
De outro qualquer.

Assim procedo. Minha pena
Segue esta norma,
Por te servir, Deusa serena,
Serena Forma!

A **paratextualidade**, por sua vez, é definida por Genette (2010, p. 14) como “uma mina de perguntas sem respostas”. Trata-se da relação existente entre o texto propriamente dito e o que o autor considera como paratexto, a saber: “título, subtítulo, intertítulo, prefácios, posfácios, advertências, prólogos, etc.; *release*, orelha, capa [...]” (GENETTE, 2010, p.13). Conforme inferimos, o autor adota a forma, no caso, o aspecto disposicional para nortear sua classificação.

Já a **metatextualidade** se define por uma relação avaliação/comentário/crítica entre um texto e outro, de modo que o primeiro comente o segundo, “sem necessariamente citá-lo (convocá-lo), até mesmo, em último caso, sem nomeá-lo” (p. 15). O exemplo prototípico apontado pelo autor para esse tipo de relação é a crítica literária, já que todas as suas reflexões se voltaram para textos literários ou, no mínimo, textos relacionados à literatura.

A **arquitextualidade**, por seu turno, é o tipo transtextual “mais abstrato e mais implícito” (GENETTE, 2010, p.15), dado pelo vínculo entre o texto e o seu estatuto genérico. Trata-se da classificação taxonômica, explícita ou não, em que se pode enquadrar um texto. Esse tipo de relação transtextual é produtiva, sobretudo, para a literatura, uma vez que é prática recorrente no campo literário a inscrição do texto em um dado gênero (romance, contos, poesias, etc.). Há casos em que se verifica a autodeclaração do gênero no próprio título da obra, como em *Soneto de fidelidade*, de Vinícius de Moraes, embora esse fato, por si só, não assegure uma correspondência entre o texto e um gênero. Compete, pois, ao público, ao leitor ou ao crítico a determinação da etiqueta genérica.

Genette (2010, p. 16) apresenta, por fim, a **hipertextualidade** como “toda relação que une um texto B (que chamarei hipertexto) a um texto anterior A (que, naturalmente, chamarei hipotexto) do qual ele brota de uma forma que não é a do comentário”. Pela definição, percebemos o cuidado do autor em estabelecer distinção entre a metatextualidade e a hipertextualidade, uma vez que ambas resultam da derivação de um texto em outro(s). A

primeira, entretanto, volta-se à análise/avaliação ou ao comentário de um texto, enquanto a segunda decorre de alterações de forma e/ou conteúdo operadas sobre o texto original ou, ainda, aponta para a admissão de um modelo para construção de outro texto.

Na proposta de Genette, o produto da hipertextualidade guarda o traço de repetição do texto original que o distingue da crítica literária. Essa distinção foi, obviamente, circunscrita ao domínio do texto literário, foco do autor. Apesar disso, acreditamos que podemos apenas redefini-la em outros termos, a fim de estendê-la a textos de outros domínios discursivos. Acreditamos que o caráter hipertextual da metatextualidade se particulariza pelo atravessamento de sua função de comentário/avaliação, conforme já mencionamos. Um texto se origina de outro, ao qual constantemente se reporta, para fins de análise/comentário. Em outros termos, considerando-se a constituição do hipertexto (um texto inteiro que brota de outro texto), propomos abrigar a metatextualidade sob o escopo da hipertextualidade.

Passemos, agora, a refletir sobre as duas formas distintas da transformação que marcam a hipertextualidade, conforme prevê Genette. O autor aponta uma forma mais simples direta, para a qual mantém a designação de **transformação**; e outra mais complexa, a que chamou de **imitação**.

A **transformação** comporta os procedimentos por meio dos quais se opera a passagem de um texto específico a outro. Admitem-se, nesse processo, alterações de estilo ou do gênero literário, desde que não se percam elementos semânticos, isto é, modificações drásticas de conteúdo pertinentes ao texto original. Genette exemplifica a transformação simples com *Ulisses* - derivada da *Odisseia* – que transpõe a ação da obra grega para a Dublin do século XX, altera o estatuto genérico do poema épico para o de romance de fluxo de consciência e conserva os elementos do hipotexto, de modo que permanece evidente o diálogo entre as obras.

Por **imitação**, compreende-se a abstração - a partir de um texto específico ou de um conjunto de textos com características estruturais comuns - de um paradigma de gênero tomado como modelo para um sem número de hipertextos. Cabe ressaltarmos, neste ponto, que não fica claro, em Genette (2010), se o parâmetro imitado é um traço do gênero ou o estilo do autor. Para exemplificar, o autor retoma a *Odisseia*, segundo ele imitada em *Eneida*. Nesta, dá-se uma história que, embora distinta, mantém características formais e temáticas daquela, conforme a epopeia assumida como adâmica.

Evidentemente, não escaparia a Genette a observação de que, na prática, todo texto sempre imita outros textos do mesmo gênero de que releva, o que aponta para uma relação constitutivamente dialógica própria não apenas aos textos literários. A fim, pois, de não esvaziar

o conceito, o autor estabelece que a hipertextualidade deverá ser tratada por marcas tangíveis. Assim afirma: “abordarei, portanto, aqui, a hipertextualidade, salvo exceção, por sua vertente mais clara: aquela na qual a derivação do hipotexto ao hipertexto é ao mesmo tempo maciça (toda uma obra B deriva de toda uma obra A) e declarada, de maneira mais ou menos oficial” (GENETTE, 2010, p. 22).

Após a decisão metodológica de descrever e analisar a hipertextualidade por suas evidências, Genette (2010, p. 33) elenca os subtipos hipertextuais. Para definir paródia, o autor adota a noção de desvio como a essência desse “gênero”¹. Nessa perspectiva, classifica como tal mesmo a citação literal deslocada de seu contexto original. Em suas palavras, “a forma mais rigorosa da paródia, ou paródia mínima, consiste, então, na apreensão literal de um texto conhecido para dar-lhe um significado novo, jogando com a essência e se possível com as próprias palavras”. Isso significa que, embora um texto seja literalmente transcrito, sua inserção em novo contexto discursivo, por si só, já desconfigura o sentido original.

Genette (2010, p. 36) pondera, ainda, que sob o termo paródia também se abrigam alterações maiores do que a simples recontextualização: “usamos [paródia] para designar ora a deformação lúdica, ora a transposição burlesca de um texto, ora a imitação satírica de um estilo”. Por essa razão, postula a necessidade de demarcar fronteiras entre os casos, o que realiza por força de reforma terminológica e taxonômica. Neste ponto, adota outro critério que não o formal: marca-se a dicotomização de hipotextos compostos por transformação/imitação com **função** satírica e com função não satírica. Organiza, então, o quadro que segue:

Quadro 1 – Quadro provisório das práticas hipertextuais

Função Relação	Não satírico	Satírico
Transformação	PARÓDIA	TRAVESTIMENTO
Imitação	PASTICHE	CHARGE

Fonte: Genette (2010, p. 39).

Da Quadro 1, é possível depreender a proposta dualista para as modalidades hipertextuais. As transformações de caráter não satírico foram designadas por Genette (2010) como *paródia*, enquanto as transformações satíricas, isto é, que operam rebaixamento ou vulgarização, foram nomeadas como *travestimento*. Também foram contempladas as transformações mais complexas, que envolvem imitação de estilo ou de gênero. O pastiche seria

¹ O termo “gênero” aparece em Genette (2010) sem qualquer relação com o que se toma por gênero textual/discursivo.

uma imitação sem caráter depreciativo, enquanto a charge se apresentaria marcada por traço de sátira.

Merece destaque a reflexão do autor acerca dos riscos de uma classificação simplificada, dicotômica. Genette (2010) constata, em tempo, práticas localizadas no meio termo: transformações que, de um lado, modificam os textos originais para além da transformação semântica (paródia, conforme Quadro 1), afetando-lhes a essência, sem, contudo, manifestar o propósito depreciativo que caracteriza o travestimento. Da mesma forma ocorreria com as imitações: ocorrências intermediárias no contínuo.

Sob o prisma dessa reconfiguração classificatória, os termos paródia e pastiche, inicialmente empregados para designar, respectivamente, transformações e imitações neutras, não satíricas, passaram a recobrir transformações e imitações de traço funcional lúdico. Em outros termos, as ocorrências que registram alterações semânticas (transformação) e estilísticas (imitação) significativas, mas não grotescas. Os casos pretensamente ‘neutros’, por assim dizer, de transformação e imitação foram, então, nomeados como transposição e forjação. A seguir, o quadro geral em sua versão definitiva:

Quadro 2 – Quadro geral das práticas hipertextuais

Regime	Lúdico	Satírico	Sério
Relação			
Transformação	PARÓDIA	TRAVESTIMENTO	TRANSPosição
Imitação	PASTICHE	CHARGE	FORJAÇÃO

Fonte: Genette (2010, p. 40)

Convém assinalar que, na proposta de Genette (2010), o regime (sério, lúdico e satírico) se define pela comparação entre o hipotexto e o hipertexto, empreendida a partir das marcas que indiciam a relação intertextual e não pelos propósitos planejados (ou não) pelo enunciador para o texto. Sempre importante trazer à mente que o texto é autônomo e, portanto, basta que ele disponha de evidências que autorizem as análises.

Após essas ponderações preliminares, discutiremos com mais vagar cada subtipo intertextual elencado por Genette (2010).

a) Transformação em regime sério (transposição):

A transposição é, nas palavras de Genette (2010, p. 61), “sem nenhuma dúvida, a mais importante de todas as práticas hipertextuais”. O autor se dedica a enumerar uma extensa

série de procedimentos por meio dos quais o recurso se manifesta. Enquadram-se nesse subtipo todas as passagens genéricas e suas decorrentes adaptações. Nota-se, com relativa frequência, que os textos se alimentam mutuamente, como acontece quando, por exemplo, um romance é transformado em filme, novela ou seriado de televisão. Mas, a despeito das transformações genéricas, mantém-se inalterada a essência semântica no novo texto. Vejamos um exemplo:

(3a)

Agrada-te do Senhor (Grupo Logos)

Agrada-te do Senhor e ele fará

Aquilo que deseja o teu coração

Entrega o teu caminho ao Senhor

E o mais ele fará

Descansa no Senhor e espera nele

Pois Ele é a tua salvação

Ele é teu castelo e teu refúgio na tribulação

Confia no Senhor e ele agirá.

(Disponível em: <http://letras.mus.br/grupo-logos/agrada-te-do-senhor/>. Acesso em: 26 jun. 2015).

(3b)

Agrada-te do SENHOR, e ele satisfará os desejos do teu coração. ⁵ Entrega o teu caminho ao SENHOR, confia nele, e o mais ele fará. ⁷ Descansa no SENHOR e espera nele, não te irrites por causa do homem que prospera em seu caminho, por causa do que leva a cabo os seus maus desígnios. ³⁹ Vem do SENHOR a salvação dos justos; ele é a sua fortaleza no dia da tribulação. (Salmos 37: 4-5; 7; 39)

O exemplo (3) é uma canção de um grupo musical evangélico. Nela são tomados os versos 4-5; 7 e 39 do Salmo 37, acima retomados, ora integralmente reproduzidos, ora alterados. As alterações valem-se tanto de paráfrases sintáticas (*os desejos do teu coração > aquilo que deseja o teu coração*) quanto de paráfrases semânticas (*ele é a sua fortaleza no dia da tribulação > Ele é teu castelo e teu refúgio na tribulação*). Verifica-se a passagem genérica com função séria e preservação do conteúdo original.

a) Transformação em regime lúdico (paródia):

No quadro de Genette (2010), a paródia aparece como subtipo dado entre o travestimento (satírico) e a transposição (sério). Configura-se como produto de uma transformação que opera sobre os propósitos comunicativos do texto original, configurando um intermédio entre os extremos da seriedade e a depreciação.

Ocorre, porém, que frequentemente o reconhecimento dos propósitos da transformação, se depreciativos ou não, fica por conta da subjetividade da recepção. A nosso ver, isso se apresenta como um complicador para a proposta genettiana da qual ainda não se pôde escapar. Compreendemos que, nos limites da proposta, a distinção é dada pela verificação de evidências do rebaixamento, do apelo depreciativo que marca o regime satírico ou apenas de um exercício jocoso que descredencia o texto original. Nessa perspectiva, temos em Nobre (2014), um exemplo: Saramago recontando, a seu modo, a história de Jesus, na obra *O evangelho segundo Jesus Cristo*. Para alguns, a obra é considerada agressiva em relação ao texto original e, portanto, seria um exemplo de travestimento; para outros, porém, é fruto de um exercício linguístico-discursivo que toma como base os evangelhos, constituindo uma paródia, portanto. Não se trata de uma transposição, já que elementos da história original são efetivamente distorcidos no hipertexto.

b) Transformação com regime satírico (travestimento):

Ocorre travestimento quando, sobre um texto fonte, operam-se transformações cuja finalidade é depreciativa. Esses casos, assim como os de charge, são relacionados ao que Bakhtin (2009) denominou carnavalização, fenômeno caracterizado, dentre outras coisas, pela ridicularização dos discursos, pela quebra das hierarquias e das coerções, pelo rebaixamento dos gêneros e dos temas elevados (FIORIN, 2016). Em literatura brasileira, podemos exemplificar com um poema de Gregório de Matos, o qual nega o discurso que eleva e sacraliza o amor. Vejamos:

(5)

O Amor é finalmente
Um embaraço de pernas,
Uma união de barrigas,
Um breve tremor de artérias.

Uma confusão de bocas,
Um batalhão de veias,
Um reboiço de ancas,
Quem diz outra coisa é besta.

c) Imitação em regime sério (forjação):

Genette (2010) concebe a forjação como o recurso a partir do qual se abstraem arquétipos genéricos que, reproduzidos e perpetuados, afirmam-se como cânones, assim como se deu com as epopeias clássicas. Nobre (2014) aponta, como outro exemplo, a introdução do Humanismo em Portugal: ao voltar de viagem feita à Itália, Sá de Miranda compartilhou a nova estética, cuja marca principal seria a composição de poemas em versos decassílabos, além de gêneros como o soneto e a sextina.

d) Imitação em regime lúdico (pastiche):

Assim como nas transformações, não é simples estabelecer limites entre os regimes lúdico e satírico nos casos de imitação. Mantém-se como princípio distintivo que, verificando-se o rebaixamento do gênero, tem-se o regime satírico; mas, se a imitação de um estilo genérico não evidencia o propósito de conferir descrédito ao gênero original, marca-se a ludicidade. Chama a atenção, ainda, a falta de clareza acerca do que se considera como parâmetro imitado: se o estilo de gênero, a exemplo do que ocorre com o travestimento e com a forjação, ou se é o estilo de um autor. Frente ao impasse, parecem-nos admissíveis as duas possibilidades. Para ilustrar, segue o exemplo apresentado por Nobre (2014), qual seja, o trecho de uma crítica em que Paulo Leminski imita jocosamente o estilo de Guimarães Rosa, por ocasião da adaptação de *Grande sertão: veredas* para a TV. Vejamos:

(6)

A pois. E não foi, num vupt-vapt, que as altas histórias gerais da jagunçagem deram de ostentar suas prosápias e bizarrias no tal horário nobre da caixinha de surpresas, pro bem e pro mal, Rede Globo chamada?

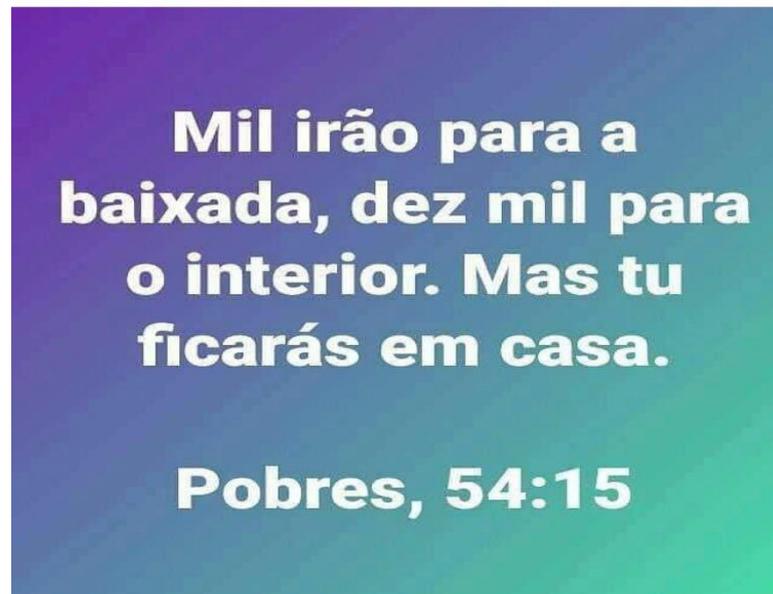
Compadre mano velho, mire e veja as voltas que o mundo dá. Quem houvera de dizer que toda essa aprazível gente cidadã ia botar gosto em saber da fabulanças daqueles tempos, quando o desmando e a contra-lei atropelavam os descampados do Urucuia, lá naquelas bandas brabas, onde tanto boi berra?

e) Imitação em regime satírico (charge):

O conceito de charge comporta as imitações que subvertem determinados padrões genéricos, rebaixando os arquétipos sem, contudo, descaracterizá-los totalmente. Podemos pensar em casos que preservam parâmetros formais (estrofes, versos, rimas, ritmo), ao tempo em que distorcem elementos temáticos de caráter elevado. Segue exemplo em que verifica a imitação do estilo de versículos da Bíblia Sagrada, rebaixando-se a temática elevada:

(7)

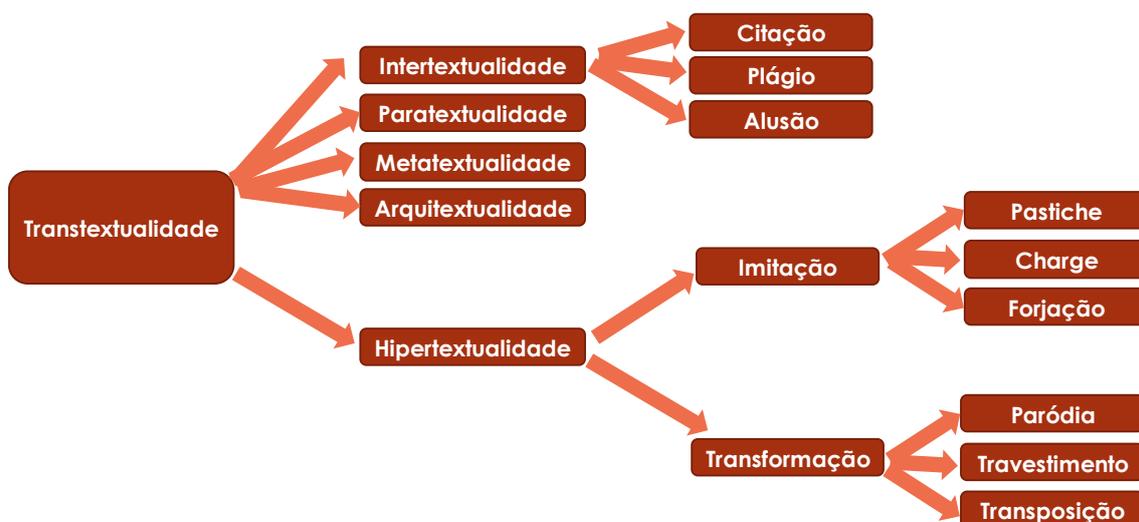
Figura 1 - Pobres



Fonte: elaborada pela autora

Discutidos, em linhas gerais, os aspectos mais gerais da teoria de Genette (2010) quanto à transtextualidade, segue esquema em que se apresentam sumarizadas as categorias propostas pelo autor:

Figura 2 – Organograma geral da transtextualidade



Fonte: Nobre (2014, p. 54)

Detivemo-nos em discutir a proposta de Genette por ser ela nossa principal base teórica. Além disso, como já afirmamos, todos os estudos acerca da intertextualidade se

vinculam a esse autor em alguma medida. Consideramos que seu grande mérito é o fato de prover categorias operacionais das quais se abstraem, como fez Nobre (2014), princípios constitutivos passíveis de alargamentos para textos de diversos domínios. Ademais, o potencial explicativo de sua proposta mantém o vigor a despeito dos inúmeros outros estudos que lhe sucederam ao longo dos anos.

Defendemos que a proposta genettiana comporta seminalmente a distinção entre intertextualidade ampla e estrita estabelecida por Nobre (2014), na qual nos apoiamos para estabelecer nossa tese. Adiante, discutiremos alguns dos mais significativos estudos subsequentes, destacando seus desdobramentos, contribuições e estofo teórico para o quadro classificatório que vislumbrado para (re)definir as relações intertextuais.

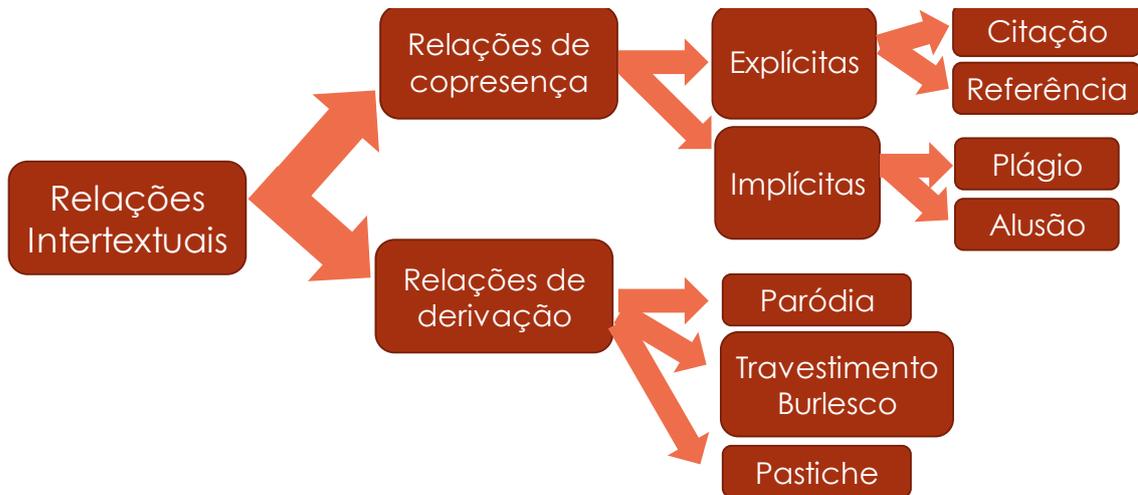
2.3 A proposta de Piègay-Gros (2010)

Em Piègay-Gros (2010), temos um refinamento do quadro teórico-classificatório de Genette (2010). O principal mérito da reforma nos parece ser o deslocamento categórico da transtextualidade para a intertextualidade. Isso significa que a concepção restritiva de Genette a respeito da intertextualidade foi ampliada. Importa destacar que, a despeito das redefinições e renomeações categorias, as concepções de Genette (2010) seguem preservadas. Além disso, a proposta permanece circunscrita ao âmbito da literatura e afins.

Piègay-Gros propõe a distinção de dois tipos de reação intertextual: i) por copresença, idêntica à que se encontra para o termo intertextualidade em Genette (2010); e ii) por derivação, responsável por comportar as relações hipertextuais. Apropriamo-nos dessa terminologia e pretendemos mantê-la em nossa proposta por considerarmos denominações mais precisas quanto ao critério constitucional das relações intertextuais. Essas duas grandes categorias, não obstante pareçam dicotômicas, admitem, não raro, as sobreposições e as complementaridades recorrentemente verificadas também em Genette (2010). Destacamos, entretanto, que não se discutem a metatextualidade e a paratextualidade.

Para além da (re)organização da proposta de Genette (2010), Piègay-Gros oferece também contribuição teórica ao estabelecer, para os casos de copresença, algumas distinções atinentes ao grau de implicitude/explicitude. Além disso, inclui a referência como mais um subtipo de relação. A seguir, a proposta esquematicamente representada:

Figura 3 – Relações intertextuais para Piègay-Gros (2010)



Fonte: Cavalcante (2012, p. 146).

2.3.1 A copresença

As relações de copresença se definem pela inserção efetiva de parte(s) de um texto em outro. Piègay-Gros (2010), assim como Genette (2010), considera a **citação** a forma canônica da intertextualidade, uma vez que manifesta claramente a retomada de um texto em outro. A autora aponta como indício dessa relação intertextual seu alto grau de explicitude, ligado geralmente à presença de verbos *dicendi*, dois pontos, aspas ou marcas tipográficas que sinalizam as fronteiras do intertexto. Notamos, mais uma vez, a predominância de um critério do tipo formal.

A **referência**, por sua vez, é uma novidade no quadro de Piègay-Gros (2010). Essa categoria é definida como a retomada explícita de um texto sem, necessariamente, citá-lo. Isso se dá, por exemplo, pela remissão a personagens, títulos, nomes de autores etc.

(8)

Figura 4 – Caronte



Fonte: Não Entre Aki (2015)²

No exemplo apresentado, é necessário que coenunciador resgate conhecimentos intertextuais, a fim de atribuir sentido ao texto. Verifica-se a referência a Caronte, o barqueiro do Hades na mitologia grega, cuja tarefa era conduzir as almas dos recém-falecidos sobre as águas dos rios Estige a Aqueronte, que dividiam o mundo dos vivos do mundo dos mortos. A senhora do cartum fala da realização do sonho de sua vida: conhecer Veneza, cidade italiana situada sobre um grupo de ilhas separadas por canais. Considerando sua idade avançada, é possível inferir que Caronte esteja levando a senhora não para o almejado passeio, mas para o mundo dos mortos.

Cavalcante (2012) acentua a produtividade da referência no âmbito acadêmico, dada a imprescindibilidade de se identificar a propriedade intelectual de trechos ou ideias retomados. Caso isso não aconteça, tem-se configurada a prática de apropriação indébita, isto é, o plágio. Além disso, por meio da referência a autores e obras, evoca-se o argumento de autoridade para a sustentar determinadas afirmações, como acabamos de fazer no início deste parágrafo.

² Disponível em: <<http://www.naoentreaki.com.br/13904225-so-os-fortes.htm>> Acesso em 18 de out. de 2018.

Se a referência é marcada pela explicitude das retomadas intertextuais, a **alusão**, para Piègay-Gros (2010), é implícita, isto é, não se vale de marcas diretas. Cavalcante (2012), seguindo Piègay-Gros, define esse recurso como uma espécie de referência indireta, cujo reconhecimento impõe maior esforço para a recepção por apelar à memória. Nessa perspectiva, quanto mais conhecido o texto a que se alude, tanto mais facilmente se dará seu reconhecimento. A propósito disso, reiteramos que o fenômeno se mantém, a despeito de ser ou não reconhecido.

Faria (2014) opta por tomar referência e alusão em conjunto. A autora julga que, em termos explicitude/implicitude, referir ou aludir não se tornam diferentes, já que ambos os recursos não têm compromisso com a literalidade do que é retomado. Forte (2013) também toma conjuntamente alusão e referência, por força da íntima relação que há entre ambas. De nossa parte, considerando que a referência, tal como apresentamos, trabalha sempre para validar uma alusão, também optamos por tomá-las em conjunto. Consideramos desnecessária a multiplicação de termos.

Ns figura de Piègay-Gros, a referência é sempre direta, isto é, tem traço de explicitude, valendo-se de nomes de personagens, títulos, nome do autor etc., ainda que não exponha fragmentos de um dado texto. A alusão, em contrapartida, dá-se por remissão indireta, que pode ser tanto uma simples alteração sintática e/ou semântica de um dado fragmento ou mesmo uma expressão referencial que remeta a outro texto.

De todo modo, por seu caráter mais geral, não vislumbramos embargo em admitir que, para fins classificatórios, a alusão comporta a referência. Para exemplificar e justificar nossa argumentação, vamos recorrer aos exemplos disponibilizados em Faria (2014, p. 47-48), respectivamente, de Sant'Anna³ e um trecho de Fernando Pessoa:

(9a)

O jogador é um poeta. E como o poeta um fingidor. E joga tão perfeitamente que nos faz pensar que é poesia o que é jogo simplesmente.

(9b)

Autopsicografia

O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor

³ O jogador e sua bola. In: SANT'ANNA, A. R. de. **Coleção Melhores Crônicas**, p. 78.

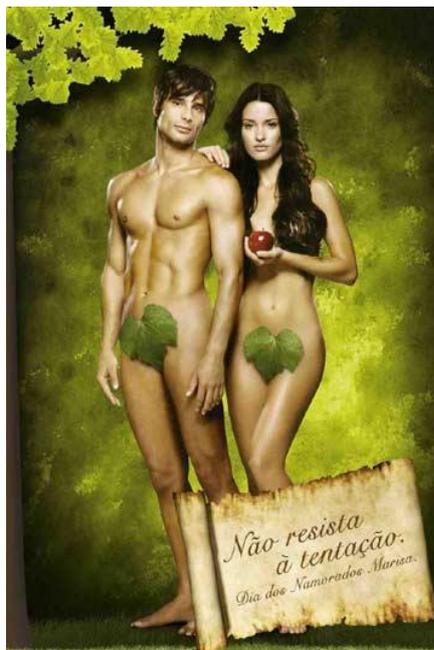
A dor que deveras sente. (...)

Verificamos a relação entre os textos por meio de elementos retomados do texto de Pessoa, quais sejam, fingidor, poeta e completamente. Além disso, temos as alterações sintáticas e semânticas, como em “o jogador é um poeta” que alude à construção “o poeta é um fingidor”. Assumimos que fazer referência a uma personagem ou a um trecho implica aludir estritamente à obra inteira e que, para fins de reconhecimento, ambos os fenômenos (alusão e referência) podem apelar em igual medida à memória do coenunciador.

Cabe assinalarmos, ademais, que, para configurar ocorrência de relação intertextual estrita, a alusão deve indiciar o diálogo efetivo entre dois cotextos. No exemplo que segue, tem-se alusão ao texto bíblico de Gênesis acerca do fruto do conhecimento do bem e do mal, bem como à tentação da serpente. Convém reiterar que a proposta de Piègay-Gros também se vincula aos textos verbais. Mas, seguindo o caminho já trilhado por Cavalcante (2012), apresentamos um texto multissemiótico. Nele, tanto a imagem quanto a parte verbal evocam a história bíblica registrada no livro de Gênesis, acerca do momento em que Adão e Eva cederam à tentação de provar do fruto do conhecimento do bem e do mal.

(10)

Figura 5 – Tentação



Fonte: Giacometti (2007)⁴

⁴ Disponível em: <http://www.eagora.com.br/noticias_ler.php?nws-news=80878&nws-canal=4922#.XGKogqB7lk8> Acesso em: 22 de out. de 2017.

Ainda sobre as relações de copresença, resta-nos discutir o plágio. Se, em maior ou menor grau, as relações intertextuais reclamam reconhecimento por parte da recepção, o plágio, em via oposta, espera não ser identificado. Piègay-Gros (2010, p. 224-225) define esse recurso como citação não marcada e parece adotar um critério quantitativo para aferir a desonestidade que perpassa a prática, afirmando que “será tanto mais condenável quanto mais literal e longa for a repetição da passagem”.

Cavalcante e Brito (2011) contestam Piègay-Gros, afirmando que há marcações que tornam o plágio reconhecível. Segundo as autoras, “há um conjunto de expressões, referenciais ou não, que vão colaborar para a identificação dessa reprodução desonesta”. Por essa consideração, optam por admitir o plágio como uma relação de derivação, já que, por meio desse recurso, “deriva um novo texto, imitado em maior ou menor extensão” (p. 269-270).

De fato, não é tarefa inequívoca definir o plágio. A nosso ver, plagiar implica sempre citar e parafrasear. E, embora reconheçamos o caráter intertextual dessa atividade discursiva, entendemos que nela sobressai o aspecto da ilegalidade que, uma vez configurada, resultará em desdobramentos criminais, cíveis e/ou administrativos. No âmbito penal, o plágio é crime. Sua tipificação legal está inserida no artigo 184 do Código Penal Brasileiro⁵, que prevê a pena de detenção de três meses a um ano ou multa quando o agente viola direitos de autor e outros que lhe são conexos. Essa penalidade pode ser aumentada se a reprodução total ou parcial for realizada com o intuito de lucro direto ou indireto. Ressaltamos que, a depender do caso, a pessoa pode responder também pelo crime de estelionato, tipificado no artigo 171 do Código Penal⁶.

⁵ “Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. § 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. § 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente. § 3º Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os represente: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. § 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto”.

⁶ “Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém

Na esfera cível, o plagiador pode ser condenado a compensar os danos morais eventualmente suportados pelo autor da obra. No âmbito administrativo, a constatação do plágio pode resultar em desligamento de programas acadêmicos, em reprovações por ocasião de exames de qualificação e/ou de defesa e, até mesmo, na perda da titulação obtida com a usurpação de obra alheia, caso a descoberta da fraude tenha se dado após o término do curso. Não se pode olvidar, porém, que, em quaisquer das esferas acima (civil, penal e/ou administrativa), serão assegurados ao agente os direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, de modo que ele deverá ser cientificado de todos os fatos que lhe são imputados e poderá produzir a integralidade dos meios de prova admitidos em direito para sua proteção.

Nos dias atuais, em virtude da explosão tecnológica e do acesso universal à internet, já não é mais estranho que os professores de instituições públicas e privadas lidem com a prática do plágio. Trata-se, infelizmente, de uma realidade, cuja discussão transborda do aspecto acadêmico e adentra na ética, na sociedade e no direito. Plágio é crime e, como tal, a sua prática não é desejada socialmente. O autor, o professor, a academia, enfim, a própria sociedade são vítimas dessa conduta condenável, cujo alargamento vem se dando em face da utilização desvirtuada das tecnologias. No entanto, ainda que tecnicamente possível, o plágio é social e politicamente inaceitável, eticamente inadmissível, juridicamente ilícito, o que, para nós, justifica a opção de não o considerarmos num quadro classificatório de relações intertextuais.

2.3.2 A derivação

Acerca das relações de derivação, Piègay-Gros (2010) elenca a paródia e o pastiche como os dois grandes tipos de relação intertextual, mantendo a divisão estabelecida por Genette (2010): a paródia definida pela transformação do texto original, e o pastiche pela imitação de elementos mais amplos, como estilo ou estrutura textual/genérica.

A autora pondera que Genette (2010) apresenta variadas definições para o termo paródia, o que conseqüentemente resultou em muitos subtipos hipertextuais, quais sejam: transposição, paródia, travestimento, pastiche e charge. Propõe, então, abarcar sob o rótulo de paródia todas as formas de alteração ao texto-fonte, mesmo as meramente sintáticas. Já o parâmetro funcional (sério, lúdico e satírico) é admitido unicamente para tratar do **travestimento burlesco**, para tratar de transformações que resultam em rebaixamento do estilo sério do texto original a um estilo mais vulgar ou mesmo satírico.

em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis”.

Como contribuição à proposta de Piègay-Gros, Cavalcante (2006; 2008a; 2008b; 2012) e Cavalcante e Brito (2011; 2012) aplicaram as categorias a textos não literários e também a textos multissemióticos, o que representou um significativo avanço nos estudos inscritos em Linguística Textual. Esse foi, como se nota, o mesmo procedimento que adotamos. Consideramos sobretudo relevante a discussão acerca do potencial descritivo das categorias, de modo a fazê-las aplicáveis a textos dos mais variados domínios.

Tem-se, portanto, pelo quadro teórico de Piègay-Gros (2010) um redimensionamento da proposta de Genette (2010), dado pela divisão entre relações de copresença e de derivação. Em linhas gerais, mantêm-se quase todas as categorias de Genette (2010), às quais se acrescenta a referência. Traço distintivo é a consideração dos parâmetros de implicitude e explicitude. Temos a citação, notadamente a intertextualidade prototípica e, por isso mesmo, a mais explícita; a referência, definida como remissão a outro texto sem que, necessariamente, haja citação; a alusão, espécie de referência indireta ou retomada implícita, sem marcas diretas; e, por fim, o plágio, que colocamos como o grau máximo de implicitude, considerando que o plagiário deseja o não reconhecimento.

Importa, todavia, assinalar que, na prática, não é simples definir formalmente o plágio, sem riscos de confundi-lo com uma citação não atribuída ou mesmo com uma paráfrase. Seu traço distintivo é, sobretudo, a marca de delito. Se, em maior ou menor grau, as relações intertextuais reclamam reconhecimento por parte da recepção, o plágio, em via oposta, pretende ser despercebido.

A questão em torno desse tipo de apropriação indébita decorre exatamente da violação da propriedade intelectual. Isso porque, em termos legais, o plágio pode ser definido como a cópia, dissimulada ou disfarçada, do todo ou de parte da forma pela qual um determinado criador expressou suas ideias, com a finalidade de atribuir-se a autoria da criação intelectual e, a partir daí, usufruir o plagiador das vantagens da autoria de uma obra, conforme Leite (2009).

De nossa parte, conforme já afirmamos, apesar de reconhecermos a relação de diálogo entre os textos, temos resistência em inscrever o plágio em qualquer classificação tipológica de intertextualidade, sobretudo porque tratar essa prática ilegal sob os mesmos critérios que a copresença ou a derivação seria, a nosso ver, como legitimá-la ou, no mínimo, considerá-la uma opção.

2.4 A proposta de Sant'anna (2007)

Sant'Anna (2007) também discute a intertextualidade e, assim como Genette (2010) e Piègay-Gros (2010), propõe um modelo constituído por quatro categorias analíticas que, embora pensado para os textos literários, já pressupõe o alargamento de seus critérios.

Tem-se, em Sant'Anna, uma perspectiva mais abrangente, semiológica. A proposta se organiza em dois eixos opostos, disciplinados pelo parâmetro discursivo-funcional: o eixo parafrástico e o eixo parodístico. O primeiro comporta a repetição e a consagração do que é dado. O segundo, por sua vez, daria conta da contestação, da contradição. Inferimos, por essas definições, que o autor concebe relações não apenas intertextuais, mas também interdiscursivas.

Acerca da paráfrase em particular, Sant'Anna (2007) afirma que se trata de “mais do que um efeito retórico e estilístico”. Configura-se, antes, como “um efeito ideológico de continuidade de um pensamento, fé ou procedimento estético”. Conforme assinala, isso se verifica especialmente no modo como a ciência a utiliza como prática para tornar mais claras afirmações e fórmulas, assim como também a religião e a arte dela se valem para expressar valores e manter vigente a ideologia de uma dada linguagem (p. 21-22). Convém, neste ponto, observar que, em Sant'Anna, o termo paráfrase acaba por recobrir a ocorrência intertextual e também o procedimento ideológico de continuidade de pensamento, conformação.

Parece-nos notável que, embora considere o caráter formal da paráfrase, o conceito é amplo e pretende ultrapassar os procedimentos estéticos de transformação de conteúdos restritos ao uso literário, o que aponta para um caráter polissêmico. Nessa perspectiva, conforme Nobre (2014), tem-se: i) paráfrase como procedimento estilístico e ii) paráfrase como “efeito ideológico de continuidade de pensamento”. Em termos estritamente formais, isto é, quanto à sua relação com o texto fonte, não fica claro se o autor pensa a paráfrase como uma manifestação de copresença ou de derivação.

A respeito da paródia, tem-se que o termo é utilizado tanto para designar uma relação intertextual dada pela recriação subversiva de um texto original, quanto para referir-se à descontinuidade de pensamento. Nas palavras de Sant'Anna (2007, p. 28-29),

Ao lado da ideologia dominante, a paráfrase é uma continuidade. Do lado da contra-ideologia, a paródia é uma descontinuidade. [...] Falar de paródia é falar de *intertextualidade das diferenças*. Falar de paráfrase é falar de *intertextualidade das semelhanças*.

Enquanto a paráfrase é o discurso em repouso, e a estilização é a movimentação do discurso, a paródia é o discurso em progresso. Também se pode estabelecer outro paralelo: paráfrase como efeito de *condensação*, enquanto a paródia é um efeito de *deslocamento*. Numa há reforço, na outra a deformação. [...] Por isso é que se pode falar do caráter ocioso da paráfrase e do caráter contestador da paródia. Na paráfrase alguém está abrindo mão de

sua voz para deixar falar a voz do outro. Na verdade, essas duas vozes, por identificação, situam-se na área do *mesmo*. Na paródia busca-se a fala recalçada do *outro*.

Pelas postulações de Sant'Anna, parece claro que as categorias não contemplam apenas ocorrências pontuais de alteração e transformação de textos. A paráfrase e a paródia são definidas de modo impreciso e, por isso mesmo, resta sugerido que a perspectiva a respeito de ambos os fenômenos está para além de estratégias intertextuais. Essa observação encontra fundamento ao analisarmos as reflexões que o autor desenvolve sobre a prática de ensino de literatura que, segundo ele, assume pressupostos da história, pelos quais a evolução das sociedades se dá, a partir da sequência tese, antítese e síntese. Por essa perspectiva, a Idade Média seria a tese, o Renascimento a antítese e o Barroco como síntese e, assim, por diante.

Para contrapor esse pensamento, propõe o contínuo discursivo, em que a paráfrase se configura como o repouso, a estilização (discutida a seguir) o movimento, e a paródia o progresso:

pode-se pensar a história da literatura brasileira e latino-americana como a sucessão de três fases, dentro do que temos chamado de paráfrase, estilização e paródia. Há, efetivamente, um período onde (sic) predomina a imitação (até o séc. 18), um período romântico onde se introduz uma certa individualidade nacional, e um período moderno onde o processo criador atingiu maior autonomia (SANT'ANNA, 2007, p. 86-87).

Por essas observações, não nos parece leviano afirmar que as [macro]categorias definidas por Sant'Anna têm caráter interdiscursivo. É uma temeridade dizer que toda a produção literária brasileira até o século XVIII construiu-se com base em alterações sintáticas mínimas de textos prévios (paráfrase intertextual). Nota-se, evidentemente, a continuidade do pensamento europeu vigente na época (paráfrase 'interdiscursiva'), o que também se verifica quanto às outras duas épocas, embora não em sentido estrito. Do trecho transcrito, chama atenção que, tanto a estilização quanto a paródia parecem não assumir *status* de intertextualidade, mas de interdiscursividade. Frente a essa flutuação, optamos por focalizar apenas a perspectiva intertextual, isto é, tomar as categorias apenas como estratégias de reprodução ou alteração de textos prévios para fins de composição de novos textos.

Sant'Anna (2007) acentua a relevância da paródia no âmbito literário, embora considere que esse recurso intertextual reclame sempre a presença da paráfrase. Essa polarização aparece demonstrada no esquema que segue:

Figura 6 – Primeiro modelo De Sant’anna (2007)



Fonte: Sant’Anna (2007, p. 36).

O esboço representa o pensamento do autor, segundo o qual “a estilização é uma técnica geral, e a paródia e a paráfrase seriam efeitos particulares” (p. 36). Desse modo, nos termos de Sant’Anna, o recurso de produção de um novo texto (literário) a partir de outro seria o mesmo (a estilização), embora os efeitos possam oscilar entre uma função pró-estilo (paráfrase) e uma função contra-estilo (paródia).

Posteriormente, Sant’Anna constata, por alguns textos, que sua proposta dualista é demasiado simples e reducionista. Esboça, então, um aperfeiçoamento, dado pelo estabelecimento de um contínuo que vai da paráfrase à paródia, passando pela estilização, entendida não mais como técnica, mas como *efeito* de uma técnica intertextual maior. Tem-se, desse modo: a paráfrase como um desvio mínimo em relação ao texto-fonte; a estilização como um desvio tolerável e a paródia como um desvio total.

O autor ilustra as três categorias por meio da análise das transformações sofridas pela Canção do Exílio:

(11)

Texto original

Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá,
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá
(Gonçalves Dias – Canção do Exílio)

Texto parafraseado

Meus olhos brasileiros se fecham saudosos
Minha boca procura a ‘Canção do Exílio’.
Como era mesmo a ‘Canção do Exílio’?
Eu tão esquecido de minha terra...

**Ai terra que tem palmeiras
Onde canta o sabiá!**

(Carlos Drummond de Andrade – Europa, França e Bahia)

Texto estilizado

Esta saudade que fere
mais do que as outras quiçá,

Sem exílio nem palmeira

Onde cante um sabiá...

(Cassiano Ricardo – Um dia depois do outro)

Texto parodiado

Minha terá tem palmares

onde gorjeia o mar

onde os passarinhos daqui

não cantam como os de lá

(Oswald de Andrade – Canto de regresso à pátria)

Pelos exemplos, demarcam-se como fronteiras: a paráfrase conforma, pois admite desvios mínimos; a estilização reforma, pois realiza desvio tolerável; e a paródia deforma, pois opera um desvio total. Verifica, no entanto, a dificuldade que se impõe para distinguir-se a paráfrase e a estilização, já que os limites entre o que é ‘mínimo’ e o que é ‘tolerável’ acaba sucumbindo à subjetividade.

O que se infere pelos textos apresentados é que a paráfrase, para Sant’Anna, é o resultado de alterações sintáticas mínimas (inversões, mudança de voz verbal, acréscimo ou supressão de palavras com função gramática, etc.) ou, conforme Nobre (2014), fundamentalmente semânticas. Já a estilização (re)cria um texto a partir de um estilo diferente, preservando-lhe o sentido. Convém assinalar o que Cavalcante e Brito (2012) pontuam, tendo em vista que Sant’Anna reflete especialmente sobre o texto literário: é temerário admitir a paráfrase como a recriação de um texto inteiro. Isso porque, se a arte realmente se valesse da paráfrase (em sentido amplo) para dar continuidade a determinado pensamento/procedimento estético, as paráfrases (em sentido estrito) seriam raras e tangenciariam o que o autor chamaria de estilização. Mas, se no domínio da arte, a paráfrase, tal como concebida por Sant’Anna não se revela produtiva, Cavalcante (2012) e Cavalcante e Brito (2012) acentuam o potencial desse recurso para fins para outros âmbitos, especialmente o acadêmico, conforme discutimos.

Pensando agora em termos comparativos, parece pertinente aproximar as categorias de Sant’Anna ao processo de *derivação* de Genette, isto é, um texto inteiro que é transformado em outro. É preciso, entretanto, notar que, excetuando-se a paródia, os exemplos parecem apontar que tanto a paráfrase como a estilização resultam de relações de copresença. Desse modo, a perspectiva de “transformação de um texto” pode referir-se tanto à copresença quanto à derivação, se tomarmos os termos de Genette/Piègay-Gros.

Ainda em Sant'Anna (2007), temos a *apropriação*, categoria sem correspondente em qualquer outro quadro geral de intertextualidade, definida como a bricolagem do texto alheio, sem decisivas alterações na forma. O autor considera a provável origem manifestações paralelas desse recurso nas artes plásticas, como se dá, por exemplo, na técnica da colagem de fotografias numa mesma superfície, constituindo-se uma nova obra. Sant'Anna não descuida que há, pela apropriação, um *deslocamento* de funções originais, ressignificadas nos/pelos novos contextos em que passam a figurar. Segue o exemplo que o autor utiliza, a saber, um poema de Oswald de Andrade:

(12)

As meninas da gare

Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis
 Com cabelos mui presos pelas espáduas
 E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
 Que de nós as muito bem olharmos
 Não tínhamos nenhuma vergonha

Sant'Anna observa que esse poema foi construído a partir de recortes de frases originalmente presentes na Carta de Pero Vaz de Caminha, criando um outro sentido. O termo *apropriação*, como se nota, recobre a utilização de porções sintáticas de textos previamente escritos por autores consagrados sem a marcação da propriedade do que é dito, de forma que cabe ao leitor estabelecer essa relação. Podemos exemplificar uma realização atual desse procedimento com um texto, veiculado na internet, construído a partir de elementos (fragmentos ou títulos) de diversas canções populares:

(13)

Figura 7 – Só eu que gosto de MPB



Fonte: Vozes do Brasil (2016)⁷

Nota-se que os elementos convocados de outros (con)textos atendem à finalidade de compor uma resposta, o que, a nosso ver, evidencia o *deslocamento* de que fala Sant’Anna (2007, p. 46) dado pela apropriação. É essa perspectiva de deslocamento que o autor considera ao definir a apropriação como “uma paródia levada ao paroxismo ou exagero máximo”, colocando-a no extremo de um contínuo que vai do grau máximo de conformação ao grau máximo de deformação do texto fonte: paráfrase > estilização > paródia > apropriação.

Neste ponto, cabe destacarmos o papel especial conferido por Sant’Anna (2007, p. 26) ao interlocutor, responsável pelo reconhecimento do processo intertextual:

os conceitos de paródia, paráfrase e estilização são relativos ao leitor. Isto é: depende do receptor. [...] Isto equivale a dizer, em outros termos: estilização, paráfrase e paródia (e a apropriação, que veremos proximamente) são recursos percebidos por um leitor mais informado. É preciso um repertório ou memória cultural e literária para decodificar os textos superpostos.

Nisso reside o fundamento de o autor considerar a apropriação um recurso de deslocamento extremo no eixo parodístico. Mesmo não conhecendo o texto-fonte, o leitor terá sempre mais possibilidade de reconhecer uma paródia, em função de seu caráter satírico, do

⁷ Imagem retirada do Instagram de maisbr4sil. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BH5fLt1A8Oo/>> Acesso em 19 de ago. de 2017

que uma apropriação, cujo reconhecimento reclama um conhecimento muito vasto e preciso da obra de um autor (ou de vários) convocado(s) para compor um mosaico, um texto novo e diferente, e não necessariamente satírico.

Segue exemplo em que, para nós, parodia-se a série de televisão “As brasileiras”, exibida em episódios independentes entre si, cada um protagonizado por uma atriz e ambientado nos diversos estados brasileiros. Os títulos dos episódios caracterizavam as protagonistas e apresentavam seu estado de origem, como, por exemplo, “A viúva do Maranhão”. Na paródia, mantém-se a caracterização da personagem, mas, ao invés de um estado, aparece um ramo da Linguística.

(14)

Figura 8 – As linguistas



Fonte: Cátedras Linguística I-II (2015)⁸

Convém ressaltar que seguir o raciocínio de Sant’Anna implica admitir que tanto a paráfrase quanto a estilização teriam, por seu traço de conformidade, difícil reconhecimento assim como a apropriação. Isso nos impõe refletir sobre a notável sobreposição de critérios verificada no contínuo do autor, já que poderíamos pensar na paródia como a primeira posição na escala proposta, ficando as demais categorias num mesmo nível. Parece-nos, então, mais coerente considerar que a apropriação, de caráter geralmente lúdico, não implica o desvio absoluto do texto original, ao passo que a paródia cumpre recorrentemente essa função, motivo pelo qual é polo da gradação apresentada.

⁸ Imagem retirada do Blog Cátedras Linguística I e II. Disponível em: < <https://plus.google.com/100499074847440297429> > Acesso em 22 de out. 2016.

Vale, ainda, mencionarmos que conferir ao interlocutor a responsabilidade de reconhecer ou classificar a relação intertextual é correr o risco de descaracterizar o próprio fenômeno. A esse respeito, Cavalcante e Brito (2012) afirmam que conferir a responsabilidade de reconhecimento das intertextualidades ao coenunciador configura o risco de que todas as ocorrências sejam consideradas como desvios do texto-fonte quanto mais tipograficamente implícitas elas forem. Em outros termos, queremos dizer, em consonância com as autoras, que o fenômeno continuará a existir, a despeito de ser (re/des) conhecido pelo interlocutor.

Sumarizando a proposta de Sant'Anna, tem-se: o autor postula paródia e paráfrase como os extremos de um contínuo atravessado por duas outras categorias, estilização e apropriação. Nas palavras de Nobre (2014, p. 65), “o autor abstrai desses quatro tipos de intertextualidade duas instâncias mais gerais (eixo parafrástico e eixo parodístico) que vêm a ser um parâmetro funcional subjacente a seu quadro teórico”. Em outros termos, podemos dizer que os termos *paródia* e *paráfrase* referem-se ora a categorias pontuais, ora a parâmetros que norteiam as postulações do autor.

As postulações de Sant'Anna impõem-nos uma reflexão acerca dos limites entre o fenômeno da interdiscursividade (que assumimos como constitutivo) e o da intertextualidade (para nós pontual, sempre indiciado de forma mais ou menos explícita). Defenderemos a paráfrase como ocorrência intertextual estrita, definida formalmente como caso de copresença. No que se refere à paródia, temos assumido seu caráter formal de derivação, marcada pelo traço humorístico, voltado para funções textual-discursivas diversas, especialmente a crítico-apreciativa.

2.5 Outras categorias intertextuais

Além dos quadros teórico-classificatórios das relações intertextuais que discutimos, também merecem menção outros importantes trabalhos. Ressaltamos, sobretudo, as discussões de Koch (1985; 1991; 2002; 2004; KOCH; ELIAS, 2006; KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007), nas quais se verificam outros tipos de intertextualidade.

Inicialmente, encontramos o esforço de definir a oposição entre as intertextualidades ampla e estrita. O primeiro tipo encontra fundamento no princípio bakhtiniano do dialogismo. Já a intertextualidade estrita comporta os tipos pontuais de intertextualidade, dados pela efetiva inserção de um texto e/ou fragmentos em outro, ou seja, a parte apreensível do fenômeno intertextual. Entre os tipos discutidos de intertextualidade

estrita, estão a intertextualidade implícita em oposição à explícita, as intertextualidades temática, estilística, tipológica, intergenérica e o *détournement*.

Para o par intertextualidade implícita x explícita, tem-se como parâmetro a identificação da autoria do intertexto: será explícita a intertextualidade em que se menciona a fonte do intertexto. Por conseguinte, será implícita aquela em que não se menciona a fonte do texto utilizado, contando-se que o interlocutor consiga identificar o intertexto (KOCH, 2004).

Além disso, Koch retoma, de Sant’Anna (2007) e da Análise do Discurso francesa, os princípios de captação e subversão, a partir dos quais discute as funções discursivas da intertextualidade. Por captação, entende-se a reiteração do texto fonte; já a subversão refere-se ao efeito de distanciamento verificado na paródia, na ironia, na reformulação e na concessão. Convém mencionarmos que essa discussão não se aprofunda, de modo que resta sugerida não a pretensão de uma tipologia, mas uma reflexão acerca do caráter argumentativo que se manifesta quando do diálogo entre textos.

Entre os tipos de intertextualidade implícita, Koch (2004) trata do *détournement*, termo oriundo de Grésillon e Maingueneau, filiados à Análise do Discurso, para discutir enunciados com características proverbiais. A autora admite que a produtividade desse recurso de provérbios e frases feitas contempla também títulos de obras em geral, como filmes, músicas etc. Segue o exemplo de um texto que circulou na internet, a propósito da mensagem de advertência “Se beber, não dirija”:

(15)

Figura 9 – Se beber não digite



Fonte: Status Imagens (2012)⁹

⁹ Disponível em: <<http://www.statusimagens.com/listings/se-beber-nao-digite/>> Acesso em 17 de dez. de 2016.

Koch (2004) elenca algumas operações formais que colaboram para que se desenvolva o *détournement*:

- a) Substituição de fonemas/palavras: Penso, logo existo > penso, logo hesito.
- b) Substituição de palavras: Admirável mundo novo > Admirável gado novo; admirável chip novo.
- c) Acréscimo de formulação adversativa: Devagar se vai ao longe > Devagar se vai ao longe, mas leva muito tempo.
- d) Acréscimo por inversão de polaridade afirmação/negação: Devagar se vai ao longe > Devagar é que não se vai ao longe.
- e) Supressão: O que os olhos não veem o coração não sente > O que os olhos veem o coração sente.
- f) Transposição: Pense duas vezes antes de ouvir > Aja duas vezes antes de pensar.

Além do *détournement*, também são apresentadas outras categorias pontuais de intertextualidade, como a intertextualidade temática, admitida como a relação construída pelo compartilhamento de conteúdos, tal qual a que se encontra “entre textos científicos pertencentes a uma mesma área do saber ou uma mesma corrente do pensamento” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, p. 18) e “entre matérias de jornais e da mídia em geral [...] em que dado assunto é considerado focal”. Não obstante a definição, é possível notar que a autora também admite como parâmetro a interseção de valores ideológicos, ao considerar a ocorrência de intertextualidade temática “entre textos literários de uma mesma escola ou de um mesmo gênero” (p. 18, grifos meus). A esse respeito, Nobre (2014) chama a atenção para o fato de o excerto também evidenciar o critério formal, quando menciona o gênero.

Koch vislumbra a intertextualidade temática também nas “histórias em quadrinhos de um mesmo autor; diversas canções de um mesmo compositor ou de compositores diferentes” (p. 19). Essa postulação acaba por acentuar ainda mais a dificuldade de cercarmos a pretensa relação intertextual, afinal, só a autoria ou o gênero, por exemplo, não garantem a convergência temática.

A autora também inclui no bojo da discussão “as várias encenações de uma mesma peça de teatro, as novas versões de um filme, e assim por diante” (p. 19). Tem-se, nesse ponto, identificação da proposta com a noção de **transposição** de Genette (2010). Evidentemente, parece mais coerente admitir uma relação entre os textos que, a despeito, da forma ou do modo sob o qual se apresentam, decorrem do mesmo texto-fonte. Mas, a nosso ver, a intertextualidade

se configura não entre os vários possíveis textos derivados, mas entre o texto-fonte e cada um dos que dele se emanam.

Para Cavalcante (2008a), a intertextualidade temática “só se sustenta ou se o texto-fonte for pensado como uma unidade inteira de coerência global [...]; ou se estiver aliada a um outro tipo de intertextualidade, pela qual se possa reconhecer o intertexto” (p. 2), e acrescenta que considerar como intertexto o emprego de termos técnicos ou de mesma orientação teórica “descaracterizará a noção de intertextualidade em sentido estrito [...] e, descaracterizando-se, ela pode perder sua identidade e se tornar irrelevante dentro do quadro classificatório” (p. 2). Nobre (2014, p.68), por sua vez, considera que, “em seu nascedouro a intertextualidade temática já surge sem identidade, uma vez que se verifica a oscilação de critérios para sua definição: tema amplo, tema específico, gênero, autoria”.

Em seu inventário, Koch propõe, ainda, a intertextualidade estilística, cujo escopo também é o conteúdo e não a forma. Verifica-se esse tipo de relação quando se imitam estilos de autores e/ou de determinados gêneros, variedades linguísticas e jargões profissionais. Nota-se a correspondência com o pastiche (imitação de estilo) e a forjação (imitação de padrões genéricos) discutidos em Genette (2010). A autora elege o alargamento do fenômeno intertextual ao âmbito não literário como diferencial de sua proposta. Conforme já mencionamos, a intertextualidade temática de Koch identifica-se com o que temos definido como intertextualidade ampla, aplicável a quaisquer gêneros.

Outro tipo de intertextualidade é a intergenérica, obtida quando “um gênero exerce a função de outro”, ou melhor, quando “no lugar de determinada prática social [...] se apresente(m) gênero(s) pertencente(s) a outras molduras comunicativas, evidentemente com o objetivo de produzir determinados efeitos de sentido” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 64).

Esse fenômeno tem se constituído objeto de diversos estudos, razão pela qual se encontram denominações e enfoques diferentes: i) em Fix (2006), denominada como *intertextualidade tipológica*, encontra-se caracterizada como uma dissolução do cânone, comportamento tipicamente social, manifestada, sobretudo, nos textos que se destinam a chamar a atenção do público, como os publicitários, os jornalísticos etc., por meio de “variações, montagens de textos, transgressões e misturas textuais e estilísticas” (FIX, 2006, p. 264); ii) na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, Pagano (2001) trata da questão dos “gêneros híbridos”, admitindo a hibridiz genérica como indício de mudanças e transformações discursivas; iii) no âmbito do Interacionismo Sociodiscursivo, Miranda (2010) discute longamente o diálogo entre parâmetros genéricos, a que ela denominou intertextualização,

conforme mostraremos; iv) em *Linguística Textual*, Marcuschi (2002, p. 31) designa o fenômeno como *intertextualidade intergenérica*, concebida como resultante de uma “uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero”; Laurindo (2007) e Cerveira (2009) discutem a natureza persuasiva que esse tipo de intertextualidade assume em textos publicitários; Cavalcante, Nobre e Lima-Neto (2011) tratam das funções humorísticas e Lima-Neto (2014) apresenta uma discussão sobre o *remix* e a mescla genérica, que retomaremos a seguir.

Nobre (2014, p. 45), também tratando da intertextualidade intergenérica, assume o seguinte posicionamento:

Em suma, considero inadequado defender a existência de gêneros híbridos, ou seja, de dizer que ‘gênero X tem a forma de gênero Y’, uma vez que a constituição do *texto* é eminentemente híbrida: forma de gênero X + função de gênero Y. Tal configuração híbrida é possibilitada por estratégias intertextuais, uma vez que se mobilizam conhecimentos abstraídos de gêneros vários para a produção de textos caracteristicamente intergenéricos.

O autor associa a relação intergenérica à **imitação** de Genette, na qual o produtor estabelece um modelo de gênero a partir do qual se produz um número ilimitado de textos. Para ele, no entanto, essa aproximação admite ressalvas, pois entende que Genette (2010) concebe a imitação a partir de uma performance única (o hipertexto), traço definidor da relação intertextual. Segundo entende, fora do âmbito literário, os casos em que os textos são constituídos não a partir de uma performance única, mas da abstração de parâmetros estáveis de um determinado gênero que são subvertidos conforme distintos propósitos, põem em xeque o estatuto intertextual. Em outros termos, o autor considera que a intertextualidade intergenérica parece obedecer ao mesmo princípio da *imitação* de Genette (2010), mas se aplica a gêneros para além do domínio literário, para os quais não há cânone.

Considerando, além disso, que Genette (2010) previu três regimes funcionais para a imitação (sério, lúdico e satírico), Nobre associa a intertextualidade intergenérica aos regimes satírico e, principalmente, lúdico, embora, em sua perspectiva, haja outras funções para a mistura de características genéricas na constituição de um texto, como a persuasão. Quanto ao último ponto, admitimos, sim, que há funções não vislumbradas para as relações dadas por imitação. Entretanto, parece-nos possível abrigá-las sob os regimes previstos por Genette, visto que se revelam categorias amplas o bastante para evitar que o quadro precise constantemente ser redefinido para dar conta das sempre singulares manifestações textuais.

Mencionamos, finalmente, a intertextualidade tipológica. Segundo Koch, esse tipo “decorre do fato de se poder depreender, entre determinadas sequências ou tipos textuais [...], um conjunto de características comuns, em termos de estruturação, seleção lexical, uso de tempos verbais (...) que permitem reconhecê-las como pertencentes a determinada classe” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 75-76). Infere-se que o parâmetro definidor dessa definição são as **sequências textuais**. Em consonância com Nobre (2014), entendemos as sequências como categorias extremamente repetíveis, incontornáveis. Em função desse traço de recorrência universal, resulta sua insuficiência como garantia de vínculo intertextual. Assim resume Nobre (2014, p. 72):

Um autor pode furtar-se a retomar um texto específico, assim como pode escolher constituir seu texto a partir da filiação ou subversão a um gênero, mas, dado o número reduzido de sequências textuais, inevitavelmente terá de usar pelo menos uma delas, de modo a ser demasiadamente forçado considerar a pertinência da intertextualidade tipológica proposta por Koch (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007)

Conforme expusemos, Koch definiu categorias pontuais da intertextualidade que, diferentemente das demais propostas, não obedecem a um parâmetro maior e, por esse motivo, não chegam a constituir um quadro classificatório. É possível que essa postura decorra do fato de pensar a intertextualidade como fenômeno verificável em textos dos mais diversos domínios discursivos, assim como faz Cavalcante em trabalhos já mencionados aqui. Em nosso entendimento, reside nesse aspecto a maior virtude das postulações que discutimos e a razão pela qual consideramos importante discuti-las aqui, uma vez que nos amparam a pleitear não apenas a ampliação do escopo da intertextualidade, mas também a proposição de categorias aplicáveis a textos de distintas semioses.

2.6 A proposta de Nobre (2014)

Conforme afirmamos, está em Genette (2010) a base para nossa proposta classificatória do fenômeno das intertextualidades. Nessa perspectiva, recorreremos a Nobre (2014) para estabelecer importantes reflexões tanto acerca do próprio conceito de intertextualidade quanto sobre os critérios e parâmetros por meio dos quais se organizam as categorias.

O autor define intertextualidade como uma “estratégia de textualização por meio da qual se recorre a porções ou unidades de texto previamente produzidas para a composição

formal de um outro texto quando de seu processo de produção” (p. 13). A fim de legitimar o fenômeno, postula a interseção de dois critérios que distanciam a intertextualidade de outros fenômenos: a consciência (livre arbítrio) do produtor e a materialização (inter)semiótica.

Acerca do critério da consciência, ainda que reconheça que não há como atestar o planejamento, defende que, ao acionar recursos intertextuais, o produtor sabe exatamente que está lidando com outro texto e, por isso, deixa indícios para o reconhecimento de que o faz. Quanto a essa questão, não nos parece prudente ou mesmo relevante centrar a validação do fenômeno na figura do produtor, pois acreditamos que, por vezes, pode fugir ao controle da consciência a manifestação de certas marcas advindas daqueles textos dos quais nos apropriamos com grande intimidade.

Aceitar esse critério seria conceber um sujeito voluntarioso, o que nos parece um extremo e um contrassenso às bases teóricas e à própria concepção de texto com as quais a Linguística Textual se compromete. Se não admitimos um sujeito inteiramente assujeitado, já que há atitude responsiva ativa, tampouco o pensamos como único centro do dizer, (sempre) completamente consciente de seus usos linguísticos, senhor de suas “escolhas”. Repetimos, neste ponto, o que afirmam Cavalcante e Brito (2011, p. 260): “Toda intertextualidade supõe o caráter dialógico de todo discurso e o atravessamento de vozes que representam diferentes lugares sociais que se estabilizam e se desestabilizam durante as interações”.

A nosso ver, a natureza dialógica dos textos é incontornável e nem sempre controlável. E, se tomamos o dialogismo como pressuposto, seria um contrassenso admitir a concepção clássica do sujeito uno. O sujeito que concebemos, à luz de Bakhtin, revela-se solidário às vozes e constantemente afetado pelas alteridades. Em outros termos, entendemos que a intersubjetividade precede a subjetividade, o que significa que, para nós, não é possível admitir a consciência como um critério necessário para a validação do fenômeno das intertextualidades.

Mas, se não centramos o fenômeno da intertextualidade no produtor, também não o deixamos a total dispor do interlocutor, que pode vislumbrá-lo, por vezes, “com base em pistas ambivalentes” (NOBRE, 2014, p. 22). Admitimos que a materialidade (inter)semiótica, isto é, o cotexto indicia as intertextualidades por marcas mais ou menos explícitas. É preciso, entretanto, esclarecer que o modo como concebemos o fenômeno não condiciona sua validação ao apontamento preciso do(s) texto(s) a que se recorreu. Defendemos tanto a possibilidade de um texto recorrer precisamente a outro(s), caso das intertextualidades estritas, como apontar para um conjunto de textos, caso das intertextualidades amplas.

Há, como já discutimos, algumas propostas classificatórias para as intertextualidades. Essas tipologias nos evidenciam, senão todas as diversas formas possíveis de processos intertextuais, ao menos a complexidade que permeia tal fenômeno. A fim, pois, de contemplar as principais abordagens e perspectivas, com seus respectivos pontos de contato e de divergência, Nobre (2014), após examinar as principais propostas, sistematizou, por alguns parâmetros, um modelo de análise que permite considerar a intertextualidade por diferentes aspectos.

O autor constatou que, em uma única ocorrência, podem ser verificados simultaneamente dois [macro]parâmetros distintos: um parâmetro *funcional*, que corresponde a graus variados de desvio ou de aproximação entre o texto que retoma e o texto retomado; e um parâmetro *constitucional*, por meio do qual se verifica se a relação intertextual ocorre entre textos específicos ou, a partir de relações mais amplas, entre um conjunto especificável de textos.

No que se refere ao parâmetro *funcional*, entendido a partir dos termos de Genette e Sant'Anna – em seu grau máximo de abstração, portanto -, o autor observa que as relações intertextuais podem se dar para fins de *captação* (para convergência ou para divergência), em que o sentido original do texto retomado pouco se altera, permanecendo em sua essência; ou sob o valor de *subversão*, em que o sentido é desviado, afastando-se do original, seja por um viés lúdico, seja por um viés satírico ou depreciativo. O aspecto funcional subjaz a qualquer relação intertextual, ou seja, é constitutivo das intertextualidades. A partir dele, verifica-se a hierarquização dos demais parâmetros.

Quanto ao parâmetro constitucional, Nobre (2014) verifica diferença essencial entre os distintos tipos de processos intertextuais descritos no escopo da Linguística de Texto. No tipo clássico de intertextualidade - a citação - ocorre, por exemplo, um processo intertextual estrito, visto que a relação é entre um texto específico e outro, reconhecido sem grande custo. Todavia, há uma série de fenômenos intertextuais por meio dos quais, em um texto específico, retomam-se não somente trechos de um texto definido, mas se evocam aspectos mais gerais que se repetem em um conjunto padronizado de textos, tais como características genéricas, bem como características estéticas e estilísticas.

Nessa perspectiva, o autor defende a oposição entre processos intertextuais em que a relação ocorra entre dois textos precisos, a que denomina *intertextualidade estrita*; e processos intertextuais em que se recorram a aspectos verificáveis em um conjunto de textos, denominado *intertextualidade ampla*. Essa é a distinção a partir da qual construímos nossa proposta de

estender o escopo do conceito de intertextualidade e forjar forjar (sub)categorias que comportem os diálogos que ultrapassam a apreensão de texto(s) específico(s).

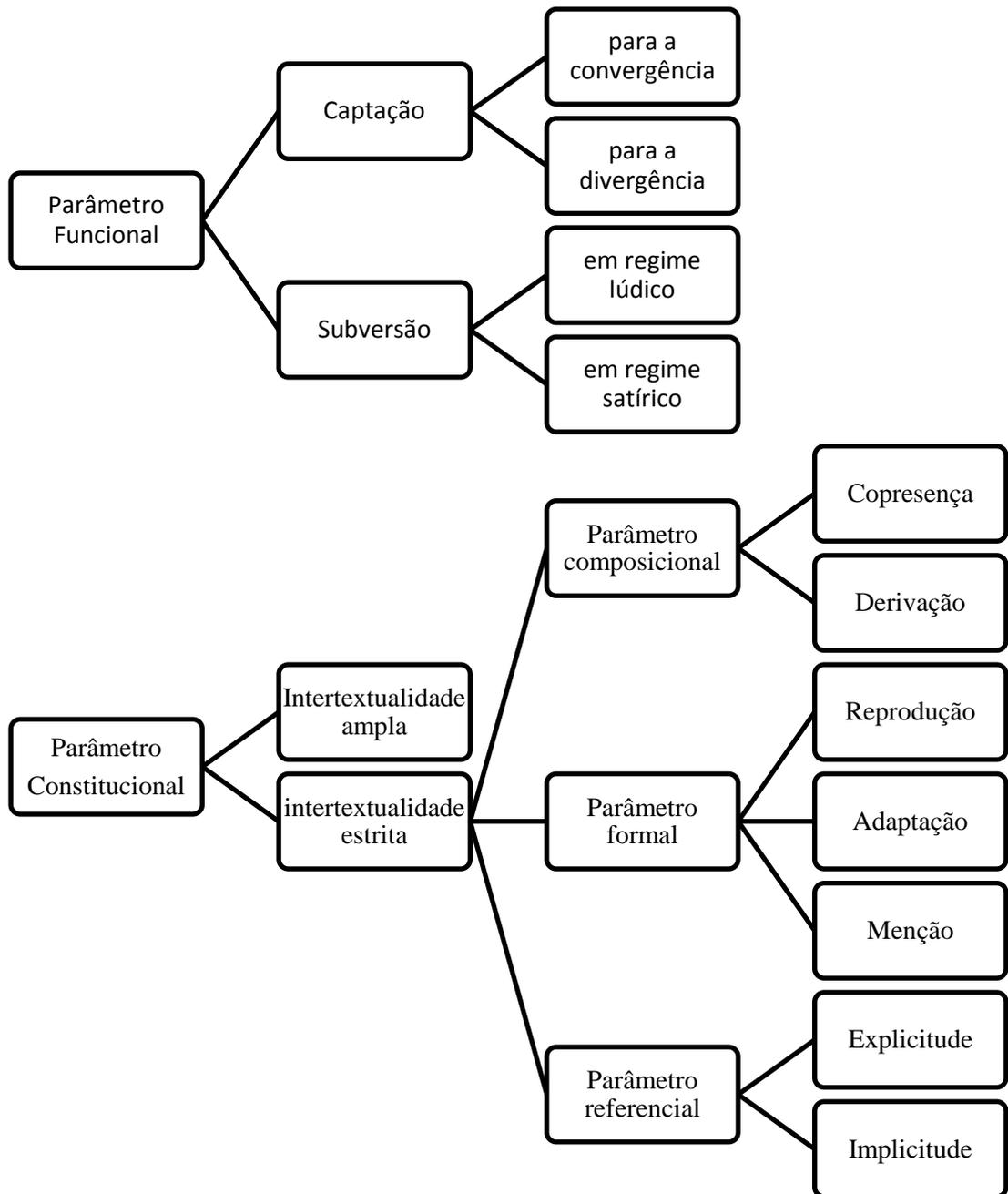
Ressalte-se que a terminologia *estrita* e *ampla* é idêntica à distinção apontada por Koch (2004), para quem intertextualidade ampla seria a de cunho dialógico, ao passo que a estrita permitiria a percepção de marcas formais na superfície do texto. Nobre (2014), então, deixa claro que redefiniu as noções aplicadas aos processos intertextuais por considerar relações dialógicas – e também interdiscursivas – no âmbito dos fenômenos imanentes aos usos da linguagem. A intertextualidade, por sua vez, é assumida como estratégia de textualização sujeita ao intuito do enunciador, de modo que, a seu ver, a remissão a outros textos – em seu sentido estrito – é atividade consciente de quem produz textos. Embora discordemos do autor quanto ao critério da consciência, assumimos a distinção *estrita* e *ampla* como dimensão constitucional das intertextualidades, entendendo-as não como opostas entre si, mas como passíveis de sobreposições e complementaridades, como demonstraremos adiante.

Temos, então, que os processos intertextuais podem ser vistos, do ponto de vista *constitucional*, por três ângulos: 1) um *composicional*, que define se a relação intertextual se dá por copresença ou por derivação; 2) um *formal*, que avalia o modo como o texto original é retomado, se por reprodução, adaptação ou menção; 3) um *referencial*, que aborda o grau de explicitude/implicitude da remissão textual. Quanto ao aspecto composicional, Nobre (2014) retoma os modelos de Genette (2010) e de Piègay-Gros (1996), consoante os quais as relações intertextuais podem ocorrer por *copresença*, em que um texto pode incorporar fragmentos de outros textos, que é o caso da citação; ou por *derivação*, em que um texto é ‘transformado’ em outro, tal como ocorre, por exemplo, em adaptações da literatura, em que um poema é reescrito, por exemplo, em forma de prosa. No caso da derivação, temos manutenção do conteúdo, em termos gerais, com alteração da forma.

Por meio do parâmetro *formal*, Nobre (2014) identifica três modos de retomar os textos originais, quer estejam estes encaixados em um texto maior (copresença), quer estejam compondo integralmente um outro texto. O autor fala em *reprodução* quando ocorre cópia *ipsis litteris* do texto original, sem alterações sintáticas. A *adaptação* ocorre quando há, na transposição de um texto a outro, alterações na estrutura sintática do texto original, isto é, paráfrases em que se respeitam, em maior ou em menor grau, o conteúdo do texto retomado. Por fim, a partir das noções de *referência* e *alusão* de Piègay-Gros (1996), Nobre considera, ainda, a *menção*, evocação de todo um texto por meio de expressões referenciais com notada carga semântica intertextual.

O resultado dessa disposição hierárquica dos parâmetros que atravessam os recursos intertextuais encontra-se esquematizado no quadro que segue:

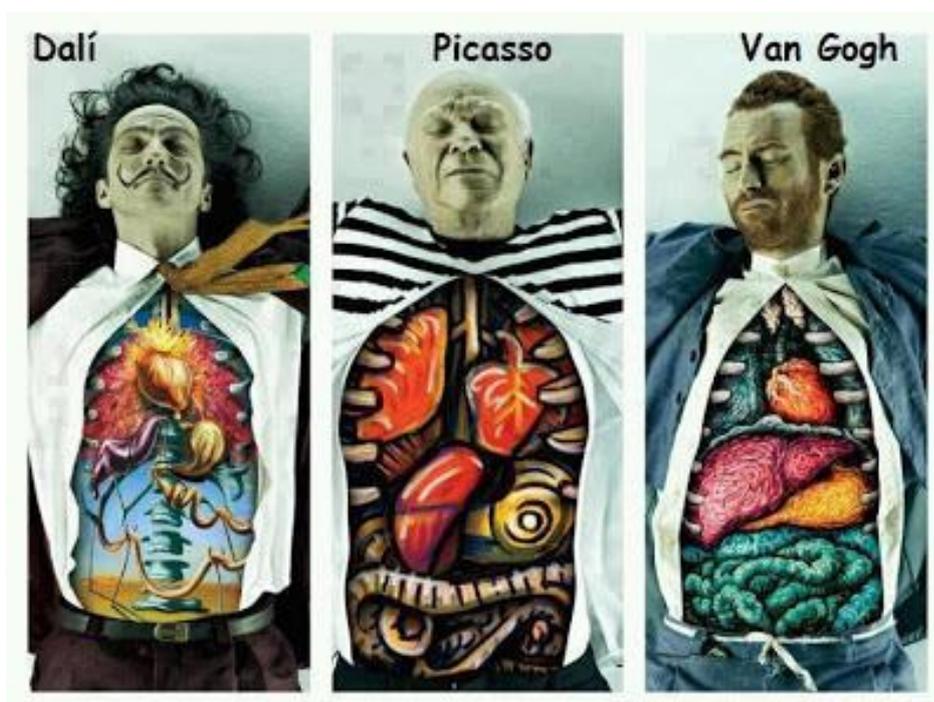
Figura 10 – Hierarquização de parâmetros subjacentes às relações intertextuais



Conforme observamos, o aspecto funcional mais abstrato (captação e subversão) subjaz a toda e qualquer relação intertextual. Já o parâmetro que distingue o grau em que se dá a captação e a subversão entre o intertexto e o(s) texto(s) original(is) atravessa todos os demais parâmetros. Importa, entretanto, assinalar que a ocorrência desses demais parâmetros, a depender da natureza da relação intertextual, nem sempre pode ser assegurada. O organograma evidencia isso, já que a intertextualidade ampla não apresenta subclassificações, limitando-se à incidência do parâmetro funcional. Reproduzimos, a seguir, uma de suas análises demonstrando essa discussão:

(16)

Figura 11 – Dalí, Picasso e Van Gogh



Fonte: Nobre (2014, p. 117).

A imagem é a amálgama de três distintos anúncios de uma campanha publicitária da escola de arte do MASP, cujo intuito foi divulgar os novos cursos ofertados. Originalmente, tratava-se de três textos distintos (a representação dos pintores era de corpo inteiro e havia informações, em forma de logomarca, a respeito da escola de arte nos anúncios). A imagem, entretanto, passou a constituir um texto autônomo, tornando-se mais popular que os textos originais.

Avaliando os processos intertextuais, o autor verificou a **função** de *subversão*, uma vez que há desvio do propósito estético original, para fins publicitários. E, considerando que

não há depreciação da obra dos pintores representados, definiu-se o regime *lúdico*. No que diz respeito ao **parâmetro constitucional**, a *intertextualidade é ampla*, visto que os elementos que constituem os órgãos dos pintores representados não se encontram tais quais em nenhuma de suas obra. Pelo contrário, o responsável pela publicidade abstraiu, a partir de um *conjunto* de obras de cada artista, traços mínimos e essenciais do seu estilo próprio, e tentou imitá-los nos anúncios, de forma que esse estilo fosse reconhecível. Não havendo uma obra específica a partir da qual os anúncios foram originados, não é possível avaliar os parâmetros composicional, formal e referencial.

O modelo de análise de Nobre (2014), a nosso ver, bastante refinado e denso, aplica-se tanto aos textos inteiramente construídos a partir de outro, como também aos que apresentam fenômenos de copresença, em textos de distintas semioses, como se verificou no trabalho em que se discutem as intertextualidades em animações (CAVALCANTE; NOBRE; BRITO, 2018), conforme demonstramos a seguir:

(17)

Figura 12 – Pica-pau



Fonte: Cavalcante, Nobre e Brito (2018, p. 36).

Pelo critério **composicional**, os autores apontam como ocorrem as situações de *copresença*, que acontecem quando são usados fragmentos de um texto em outro. Isso significa que, na composição do texto, há frações que correspondem a remissões a personagens ou a seus traços, a trechos de fala de outros textos, ou a outros aspectos multimodais que evocam outros textos. Nesse episódio do desenho *Pica Pau*, ele se traveste de Chapeuzinho Vermelho (por meio de elementos imageticamente característicos, no caso, capa e capuz vermelhos e cesto com suprimentos para a avó).

Considerando o parâmetro **formal**, seguindo Nobre (2014), três são as maneiras possíveis de retomada de elementos originais: *reprodução*, *adaptação* e *menção*. Filmes de animação, como *A Bela Adormecida* e muitos outros da Disney, são *adaptações* por excelência, uma vez que a modalidade do texto original (seja ele prosa, poesia, teatro, etc.) se vê alterada, recebendo uma nova linguagem: a cinematográfica. As adaptações ocorridas são de diferentes ordens, dentre as quais se destaca a extensão, a modalidade e, eventualmente, o enredo das histórias originais. Tais modificações de conteúdo não são exclusividade da passagem do original para a animação. Histórias como *A Bela Adormecida*, *Branca de Neve e os sete anões*, *A princesa e o sapo*, *Cinderela*, *Aladim* ou *Rapunzel*, cuja origem foi a oralidade, foram, ao longo dos séculos, sofrendo diversas alterações, perdendo seu cunho popular para cumprir uma função lúdico-pedagógica, voltada para o público infantil.

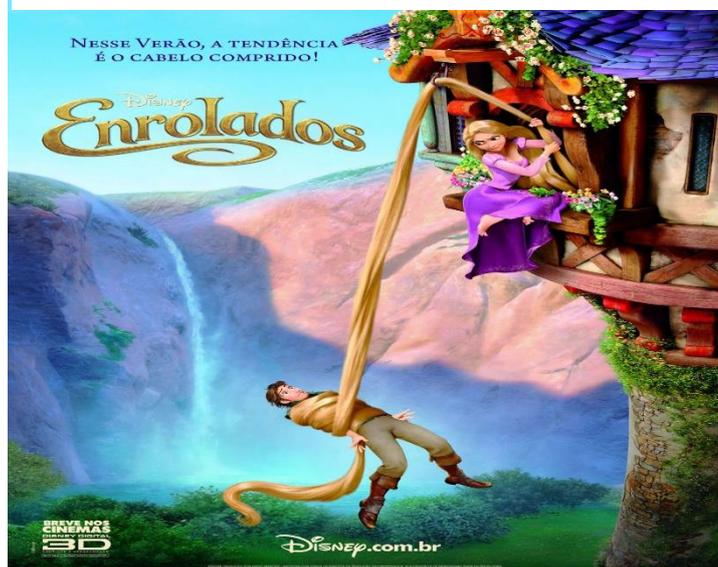
Vale mencionar que, embora a grande maioria das relações intertextuais em animações ocorra formalmente por meio da *adaptação*, também é possível encontrar *reproduções* e *menções*. Exemplos de trechos frequentemente reproduzidos são: “Espelho, espelho meu...”, “Abra-te, sésamo!”, “Um por todos e todos por um!”, dentre outros, que ocuparam lugar na tradição e permanecem praticamente inalterados. As *menções* também aparecem comumente em desenhos animados. É o caso dos personagens clássicos, como *Branca de Neve*, *Chapeuzinho Vermelho*, *Robin Hood*, *Dom Quixote*, etc., que ora fazem uma aparição no universo do desenho, ora são objeto do travestimento de outras personagens, como acontece nos filmes do *Shrek*.

Os autores refletem, ainda, sobre como as animações podem ser vistas a partir de um aspecto **funcional**. Conforme já discutimos, Nobre (2014) postula que a distinção entre o lúdico e o satírico estaria no grau de deformidade do texto original. No regime lúdico, haveria desvio considerável, mas com intuito jocoso, cômico. Já no regime satírico, há desvio extremo, com o intuito de crítica, sarcasmo, ridicularização. Não podemos desconsiderar que essa distinção é sempre muito difícil de ser estabelecida, pois o que é lúdico para determinado indivíduo pode ser satírico para outro, conforme mencionamos anteriormente. Além disso, as duas funções podem dividir o espaço de um mesmo texto.

Para exemplificar, o estudo aponta que animações clássicas, como *Branca de Neve e os sete anões*, *Cinderela* ou *A bela adormecida* teriam função *séria*, pelo desvio mínimo e pelo grau de seriedade. Já animações como *Enrolados* (cujo enredo é inspirado em *Rapunzel*, como se pode constatar, abaixo, pela imagem do filme) ou *Deu a louca na Chapeuzinho Vermelho* poderiam ser consideradas como tendo função *lúdica*, pois alteram demais o enredo, com intuito jocoso.

(18)

Figura 13 – Enrolados



Fonte: Cavalcante, Nobre e Brito (2018, p. 38).

Por outro lado, apresentam-se animações como *Os Simpsons* de conteúdo notadamente ácido, em cujos episódios frequentemente surgem paródias de outras histórias. Tem-se, nesses casos, o regime satírico. Como exemplo, os autores apontam o episódio *Histórias bíblicas dos Simpsons*, em que várias passagens sagradas são tratadas de forma depreciativa. Todo o episódio ocorre durante um sermão enfadonho, que provoca o cochilo dos membros da família Simpsons. Cada um deles, em seu devaneio, se imagina numa ação bíblica. Vejamos:

(19)

Figura 14 – Simpsons



Fonte: Cavalcante, Nobre e Brito (2018, p. 39).

De nossa parte, entendemos as funções (ou os regimes, em termos genettianos) como uma questão que não pode ser resolvida apenas em termos formais, isto é, quanto ao grau de aproximação/distanciamento do texto-fonte. Acreditamos que qualquer fenômeno intertextual assume, pelo potencial criativo e (re)criador de sentido(s) que confere ao texto no qual se manifesta, um caráter lúdico que pode ser mobilizado para funções textual-discursivas diversas. Não nos escapa, porém, que algumas ocorrências têm marcadamente o aspecto humorístico como traço que as define. Voltaremos a essa discussão oportunamente, procurando demonstrar como isso se verifica.

Feitas essas considerações, reiteramos que Nobre (2014) cumpre a missão de separar a intertextualidade, admitida como fenômeno estratégia pontual, dos fenômenos constitutivos da linguagem. Foi de seu trabalho que tomamos a distinção qualitativa que adotamos para intertextualidades estritas e amplas. Além disso, o autor percorreu e comparou todos os quadros classificatórios das intertextualidades, o que lhe permitiu verificar que as propostas não podem ser agrupadas, considerando que administram parâmetros não coincidentes, hierarquizados entre si de diferentes maneiras. Constatou, ainda, que os estudos acabam, inescapavelmente, por conjugar fatores (formais e funcionais, geralmente), de modo que os rótulos, por vezes, não contemplam, a seu ver, o fenômeno da intertextualidade em todo o seu potencial.

Conforme demonstramos, seu modelo permite considerar integralmente as ocorrências, apreendendo o fenômeno em todas as suas dimensões, o que, por si só, já é mérito suficiente. Pesa, entretanto, sua densa aplicação, que o afasta de questões mais práticas e o mantém reservado aos estudos mais acurados. De nossa parte, o que buscamos é, em primeiro lugar, tornar o conceito operacionalizável e (re)organizar as categorias, de modo a contemplar também os textos plurissemióticos de diversos domínios. A seguir, passaremos a discutir uma proposta para o estudo das relações entre parâmetros de gêneros, da qual admitimos elementos analíticos a serem empregados na discussão acerca de uma das categorias do tipo de intertextualidade a que temos chamada ampla.

2.7 A proposta de intertextualização de Miranda (2010)

Há, entre os estudos que tomam o texto como objeto, importantes trabalhos voltados a descrever e analisar os diálogos entre gêneros. Por razões teórico-metodológicas e seus ecos em nossa proposta de (re)organização das categorias de intertextualidades, discutiremos aqui o estudo desenvolvido por Miranda (2010). A autora reserva, para o processo imitativo, o

termo/conceito de intertextualização, contemplado pela dimensão semiolinguística¹⁰ dos textos. Trata-se do caso dos textos que introduzem ou imitam outros gêneros (ou elementos de gêneros) diferentes daqueles em que se inscrevem.

A autora define como intertextualidade apenas a capacidade que os textos apresentam para estabelecer relações de ordens diversas com outros textos específicos. Já como intertextualização entende as relações que se dão entre parâmetros de gêneros, ou seja, que não se dão entre textos específicos, aspecto que converge com a noção de intertextualidade ampla, mais especificamente a imitação de gênero.

As questões que norteiam o trabalho de Miranda são: 1) o que faz com que seja (textualmente) possível a realização do processo de intertextualização? e 2) que elementos semiolinguísticos asseguram a produção e a interpretação desse processo? A identificação se refere ao modo como a intertextualização se dá a ver na produção dos textos e como é reconhecida na recepção/interpretação textual.

Miranda (2010, p. 106) defende que o texto não pode ser definido apenas como um produto (ou resultado final) da linguagem em uso, uma vez que é, na verdade, esse produto mais os processos que o constituem, tanto na produção quanto na recepção. Entende, pois, o texto sob uma perspectiva dinâmica, como uma textualização, isto é, “o processo de construção da unidade comunicativa *texto*, realizado conforme as possibilidades de organização associadas a um *gênero*”. Trata-se da relação primária e, portanto, necessária, entre um texto e um gênero.

Configuram a textualização as dimensões: i) social (fatores de ordem sociológica, cultural e histórica); ii) psicocognitiva (representações, conhecimentos, estratégias, intenções e emoções) e iii) semiolinguística (semiotização). Por razões metodológicas e disciplinares, apenas a última é considerada em seu o estudo, ainda que considere as demais igualmente importantes. Assim como nós, também a autora se volta, em suas análises, a cercar evidências que atestem as postulações, a despeito de compreender texto como objeto processual e dinâmico. Como temos afirmado, acreditamos que isso se configura como uma decisão necessária, pois, para que o fenômeno tratado seja operacionalizável, ele precisa ser tangível, evidenciável. A nosso ver, ainda que momentaneamente, as fronteiras do processo precisam ser apreendidas, cercadas, o que não significa desconsiderar a natureza linguística e, simultaneamente, sociocognitiva do texto.

¹⁰ Índícios de construção de sentido através da relação *forma-sentido* em diferentes sistemas semiológicos, com destaque para a matéria principal da forma em questão, a das línguas naturais. (cf. CHARAUDEAU, 2005). Em outros termos, uma análise semiolinguística volta-se para o “ser do sentido”, isto é, o processo de constituição do sentido em conjuntos significantes (textos), adotando como foco principal as relações entre expressão e conteúdo.

O termo intertextualização aparece, em Miranda (2010), para recobrir processo de produção textual que põe em relação de copresença traços ou parâmetros de distintos gêneros no espaço do texto. Em outros termos, trata-se do processo secundário, que faz interagir diferentes textualizações em um mesmo texto. Como se nota, a autora deu outro nome ao processo de imitação por entender que, sob a amplitude do termo intertextualidade - entendida por ela apenas como as diversas possibilidades de relação entre textos empíricos (ou fragmentos) no interior de um único texto, à luz de Genette (2010) - têm-se abrigado fenômenos que, a seu ver, são de diferentes ordens, os quais vão desde a citação até a relação entre gêneros.

Miranda insiste em afirmar a insuficiência do termo intertextualidade para dar conta das relações entre gêneros no processo de produção textual, bem como certo grau de ambiguidade e instabilidade. Para a autora, aquilo que ela nomeou e descreveu como intertextualização guarda íntima relação com a intertextualidade, mas, mesmo assim, as escolhas terminológicas marcam diferenças, já que “o traço diferencial mais destacado diz respeito às entidades que são convocadas em cada um destes processos: textos (ou fragmentos textuais) no caso da intertextualidade e gêneros (ou parâmetros genéricos) na intertextualização” (MIRANDA, 2010, p. 185). Trata-se, a seu ver, de fenômenos simultaneamente próximos e divergentes.

Como se nota, a autora preserva o termo que Genette deu ao fenômeno das copresenças, chamando-as de *intertextualidade*, dentre outros fenômenos de *transtextualidade*. Para Miranda, a intertextualização, por seu turno, designa “o processo em que se estabelece uma relação entre elementos (unidades, mecanismos, processos) associados a parâmetros de textualização que relevam de diferentes gêneros textuais (dois ou mais) no espaço de um único texto” (MIRANDA, 2010, p. 183). Em termos práticos, o traço diferencial mais acentuado é precisamente a entidade convocada: textos (ou fragmentos) no caso da intertextualidade e gêneros (ou parâmetros de gêneros) na intertextualização.

Em nossa perspectiva, não há que se falar em intertextualização e intertextualidade como fenômenos distintos, especialmente por não considerarmos a separação entre textos e gêneros. Entendemos os textos também como atualizações de gêneros. Desse modo, o que estamos pleiteando é, antes, a ampliação do escopo não do conceito de texto, mas do conceito de intertextualidades.

Apresentamos, até este ponto, os aspectos mais gerais do processo de intertextualização. Passemos, agora, a discutir o modo de processamento linguístico da intertextualização. A esse respeito, Miranda defende a existência de marcadores de gênero, isto é, elementos semiolinguísticos que indiciam os parâmetros dos gêneros, conforme veremos a

seguir. Essas reflexões interessam particularmente, uma vez que se configuram as marcas que indiciam cotextualmente o fenômeno e, portanto, podem ser úteis na assinalação das relações intertextuais amplas.

2.7.1 *Marcadores de gênero*

Miranda (2010) defende que a intertextualização é reconhecida graças à identificação de marcadores de gênero, os quais podem ser das diversas subdimensões semiolinguísticas. Em geral, esses indícios atuam colaborativamente, a fim de propiciar a identificação de um gênero específico. Os marcadores são divididos em duas classes: os que indiciam o gênero convocante e os que indiciam o(s) gênero(s) convocado(s). É para estes últimos que a autora se volta detidamente.

Antes, porém, propõe a distinção quanto à modalidade de explicitação dos marcadores: de um lado, os autorreferenciais e, de outro, os inferenciais – que funcionam segundo uma das subdimensões semiolinguísticas. Os primeiros funcionam como “etiquetas genéricas” peritextuais que indicam a inscrição do gênero convocado ou do gênero convocante. Retomaremos os exemplos apresentados e discutidos pela autora. A seguir, tem-se um anúncio publicitário veiculado em duas páginas sucessivas e ímpares de uma revista.

(20)

Figura 15 – Correio das leitoras

PORTUGAL

ANTÓNIO COSTA, FERRÃO RODRIGUES E JOSÉ SOCRATES
Os dois secretários nacionais não descuram a preparação do terreno para um cenário de pós-feminismo

seu lado, levava como seu «adjunto», na lista, Eduardo Cabrita (antigo secretário de Estado-adjunto de António Costa). Para os socialistas contactados pela VISÃO, Pedrosa, em Setúbal, perdeu em casa.

Mas ganhou noutros lados. Considerando que «Paulo Pedrosa está para Ferrão Rodrigues como Jorge Coelho estava para António Guterres», as vitórias do líder foram as vitórias deste jovem dirigente. É o caso de Braga, Joaquim Barreto não trouxe renovação (final, já lá estava), mas, pelo menos, pertence ao grupo - emergente - de ferristas. Em »

Para Paulo Pedrosa, o número de participantes superou as expectativas. E o rejuvenescimento também - oito presidentes são sub-45 anos (Alberto Souto tem 44, Pita Ametiva, Miguel Freitas e Miguel Medeiros, 42, Célia da Silva, Paulo Fonseca e Ascenso Simões, 39, e Francisco Assis, 38). Aquém das expectativas ficaram as mulheres. Num partido que aprova as quotas de género, a participação feminina deixa ainda muito a desejar: das três mulheres que se lançaram na lista distrital (Martaela Neto, em Faro, Teresa Portugal, em Coimbra, e Amélia Antunes, em Setúbal), apenas uma (a última) conseguiu ser eleita.

Vitórias da direcção

Além de ter sido a única mulher eleita, Amélia Antunes candidatara-se contra tudo e contra todos. «Foi uma surpresa», disse à VISÃO fonte socialista. Afinal, concorria contra o presidente distrital e ex-governador civil de Setúbal, Alberto Antunes, cuja lista era «apadrinhada», informalmente, por Paulo Pedrosa. O braço-direito de Ferrão não só foi o cabeça de lista por Setúbal, nas últimas legislativas, como a número dois da lista de Alberto Antunes era Ana Catarina Mendes, considerada uma «pedrosista» ferrenha. Amélia Antunes, por

VISOÃO 17 de Abril de 2003

CORREIO DAS LEITORAS

"Adoro pintar o meu cabelo, mas sei que isso o estraga. O que devo fazer?"

Susana



isto «segurista», uma tendência de que nunca se tinha ouvido falar... mas que, pelos vistos, começa a existir.

Fernando Cabral, da Guarda, também é emetido com o «segurismo». Aos 46 anos, é ex-delegado do Instituto Português da Juventude e ex-governador civil. Mas não pertence à renovação, já que se recandidatou e disputou as eleições... consigo próprio.

As explicações necessárias

Joaquim Raposo já é conhecido por ser sempre uma oportuna ganhadora. Funcionário do PS, foi «pasado» por Jorge Coelho, que o lançou na corrida autêntica da Amadora, em 1997. Ganhou. Agora, com Edite Estrela a querer afastar-se da Federação, Raposo afirmou-se e voltou a vencer. Era uma batalha fácil, pois ninguém o quis derrotar. Esta foi a grande vitória do «coelhismo», nas eleições distritais. Coelho pode ter perdido para outras federações (como no Porto, a melhor assinatura distrital do País), mas conseguiu a capital.

«Narciso não percebeu que se tinha esgotado o seu prazo de validade», disse à VISÃO um dirigente próximo de Coelho. De facto, a persistência de Francisco Assis levou a melhor. Assim, que já foi tido como «campanista» e, depois, como «segurista» (já líder parlamentar durante o consulado de António Guterres, contra hoje sucedeu). Mas a vida não lhe há-de ser fácil: a maioria dos membros do Conselho Política distrital está ao lado de Narciso Miranda.

As explicações são necessárias em dois casos: Ascenso Simões, de Vila Real, está, segundo um próximo, «numa relação de contrabando com todas as sensibilibidades». Identifica-se com Sócrates, tem uma longa amizade com

Costa e dá-se leal a Seguro. Resume: «Sou independente, no início das sensibilibidades, mas insira perante as circunstâncias». E Henrique Troncho, de Évora. Os «coelhistas» tomam-no por independente, mas os outros classificam-no de apoiante do ex-número dois de Guterres. Mas ele não se define publicamente.

Como última nota, refira-se o caso de António Costa. O líder parlamentar socialista está com Ferro para o que der e vier, considera que Sócrates tem essas hipóteses na sucessão, mas já começa a desoliar. A prova é o conjunto de apoios que contabiliza no terreno: além do já citado caso de Scrúbal, o presidente de Beja, Rita Amêlis, é uma figura que não lhe regateia aplausos.

Ainda que timidamente, o facto é que o processo de renovação socialista já está em curso. ■

SOS
SOS SOS SOS
CABELO

Organics

Olá Susana, deixa de te preocupar. Use o novo condicionador **Organics Color**. Nutrium e sinte o seu cabelo pintado suave como um navio de iã.

E você, qual é o seu Organics?

VISÃO 17 de Abril de 2003

Fonte: Miranda (2010, p. 396-397).

Com essa disposição, o texto promove uma espécie de enigmatização quanto ao objeto do anúncio. Na primeira página, há um marcador autorreferencial: a etiqueta “*Correio das leitoras*”, que orienta a leitura e, ao mesmo tempo, é contradita por outros elementos igualmente indiciais (localização espacial da etiqueta, por exemplo). Conforme Miranda, na página seguinte, o leitor constata que não se trata do gênero “*carta do leitor*”, mas de um anúncio publicitário – também indiciado, só que por outro tipo de marcadores, os inferenciais (slogan, fotografia, logomarca).

Os marcadores inferenciais, por sua vez, funcionam como as vias indiretas, nos termos de Miranda, a partir das quais é possível alcançar as configurações genéricas. Esses

marcadores podem ser das subdimensões: temática, enunciativa, composicional, estratégico-intencional, disposicional /de aspecto material e interativa.

2.7.1.1 Marcadores temáticos

Segundo Miranda (2010, p. 201), “a organização temática ou léxico-semântica de um texto diz respeito às possibilidades previstas pelo gênero de que o texto releva relativamente tanto dos temas que podem ser mobilizados quanto dos modos de estruturação do conteúdo temático”. Como indiciadores de gêneros, os mecanismos temáticos se manifestam pela progressão temática, o léxico e as fraseologias ou expressões ritualizadas e a dicotomia ficção/não ficção. Segue exemplo:

(21)

Figura 16 – Era uma vez uma família

**Era uma vez uma família
que encontrou um PPR/E BPN
com uma taxa muito atractiva
e viveu descansada para sempre.**

Mas se não fosse que as histórias são finais felizes. No BPN também.
Com o PPR/E BPN pode começar a planear como vai ser o seu futuro, a sua
retoma e a educação dos seus filhos. O PPR/E BPN é uma excelente aplicação financeira
de longo prazo. Para além de garantir uma taxa de rentabilidade média de 5% e atenuar
benefícios fiscais no resgate, o PPR/E BPN apresenta-lhe as melhores condições e opções
de acesso. Descubra o que temos para lhe oferecer em qualquer Agência BPN.

1 linha BPN 800 22 11 44 www.bpn.pt

**PPR/E
BPN**

Fonte: Miranda (2010, p. 406)

2.7.1.2 Marcadores enunciativos

Conforme defende Miranda (2010, p. 209), “a organização enunciativa pode funcionar como um marcador de gênero (uma vez que colabora no indiciamento preciso dos gêneros convocados), mas surge sempre vinculada a questões de natureza composicional”.

Quanto à ancoragem situacional (ou à referência espacial), o processo de intertextualização é marcado pelo emprego de expressões de espaço que se associam a gêneros textuais específicos. Sobre a subjetividade, importa o modo como diferentes gêneros parametrizam a inscrição ou o apagamento da subjetividade (ou agentividade) e, ao mesmo tempo, as características e os valores particulares dessa inscrição, caso ela aconteça. Pode-se pensar, por exemplo, que a introdução ou a ausência de elementos valorativos permite distinguir a notícia e o artigo de opinião.

Quanto à organização temporal, o estudo considerou duas ordens de fenômenos: a organização temporal parcial e organização temporal global. O texto que segue foi selecionado para exemplificar como uma expressão dêitica temporal pode figurar como um marcador de gênero e quais são os valores assumidos pelas formas verbais expressas no tempo presente. Trata-se de uma publicação humorística chamada *Inimigo público* (um suplemento do Jornal *Público*), que imita a estrutura composicional do gênero **notícia**, só que tratando de fatos fictícios, já que a finalidade é humorística. Os dêiticos empregados são as expressões “*Na passada terça-feira*” e “*Esta semana*” e, embora não sejam exclusivos deste gênero, eles constituem, sim, um traço específico. Quanto às formas verbais, temos “*morre*”, que equivale à forma “*morreu*”. O emprego dos dois verbos, um no título e outro no corpo do texto, representa o que Fiorin descreveu como “subversão temporal”: “presentifica-se o acontecimento anterior para mostrar que ele tem uma ressonância no presente, que pesa mais que o passado da ação” (FIORIN, 2001, p.196-197 *apud* MIRANDA, 2010, p.215).

(22)

Figura 17 _ Leitor da "Xis"



Fonte: Miranda (2010, p. 413).

2.7.1.3 Marcadores composicionais

Miranda convoca os posicionamentos de alguns estudiosos acerca da organização global do texto. Em Bronckart (1997), tem-se que o plano geral do texto depende do gênero ao qual o texto se filia. Maingueneau (2002), por sua vez, considera o plano de texto como um dos componentes dos gêneros. Por fim, em Adam se distinguem duas espécies de planos: planos fixos (ou convencionais) e planos ocasionais.

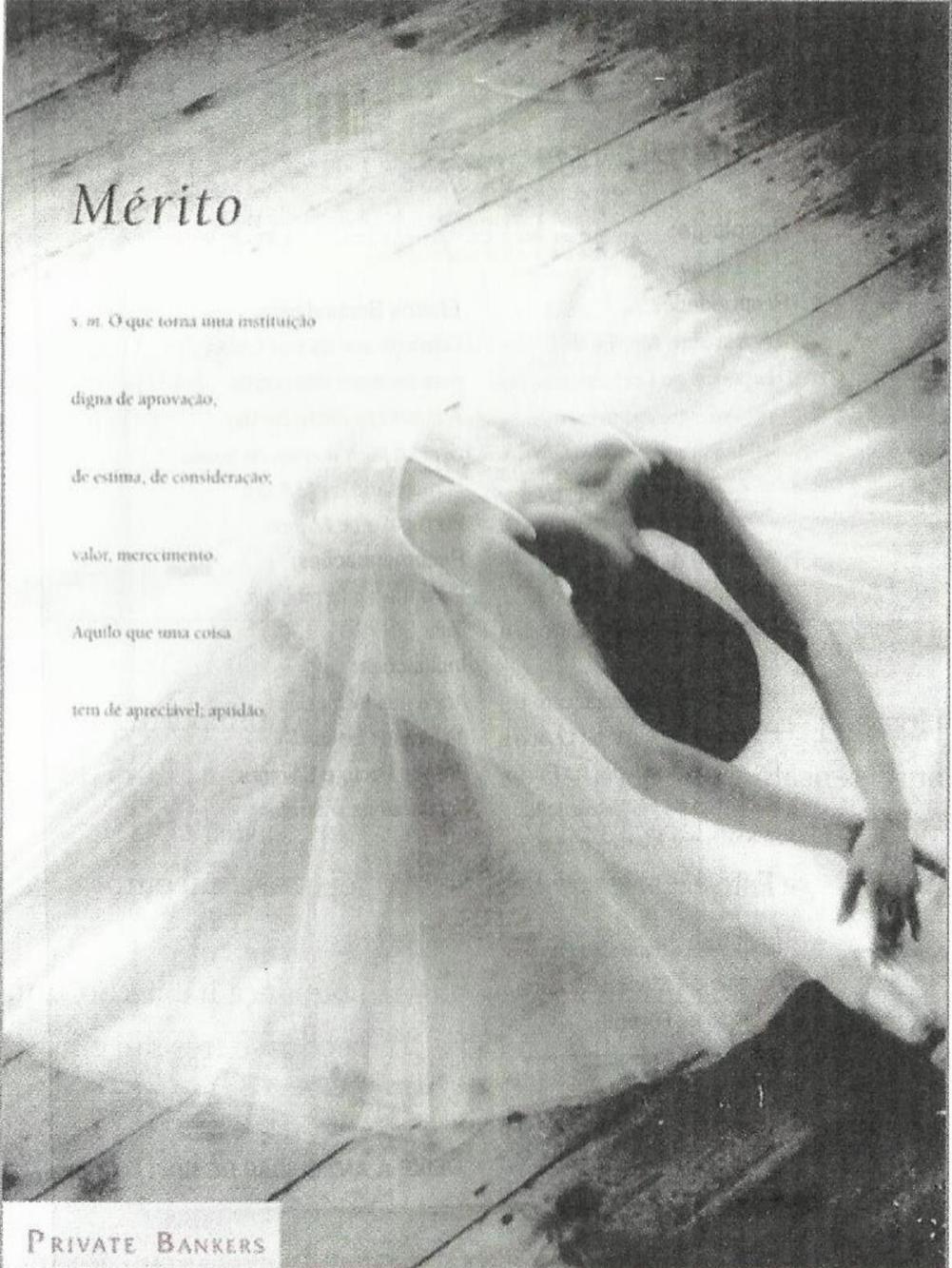
A autora elegeu considerar apenas os planos fixos, noção que dá conta da estruturação composicional global dos textos, a partir de “diversos mecanismos gráficos ou acústicos que permitem demarcar as seções que o compõem” (p.231). Para Miranda, para que um plano de texto funcione como marcador de gênero, é preciso que seja um fixo ou convencional, como se dá numa notícia, cujo plano de texto é fixo (título, corpo do texto, subtítulo, fotografia legendada, infografias, etc.).

Considera, ainda, a organização parcial macro, que consiste em formas de estruturação intermediária, subordinadas ao plano de texto e contendo estruturas menores. Situam-se neste nível os **tipos de discurso** (Bronckart) e as **sequências** (Adam)¹¹. Importa, então, verificar se a ocorrência de um determinado tipo de discurso ou de uma dada sequência contribuiria para a identificação do gênero convocante. Quanto a isso, Miranda advoga que tanto as sequências quanto os tipos de discurso podem, sim, apresentar alguma regularidade de ocorrência em certos gêneros. Segue, para exemplo, um texto cujo gênero convocante é um *anúncio publicitário*. O gênero convocado é o *verbetes de dicionário*. Miranda (2010) explica que, na ocorrência, mobiliza-se o **discurso teórico**, manifestado pelas frases declarativas e verbos no tempo presente com valor genérico. Segundo defende, corrobora o indiciamento do gênero o fato de a ocorrência exclusiva do discurso teórico ser uma característica peculiar aos dicionários.

(23a)

9 Miranda (2010) considera os “tipos de discurso” e as “sequências” como construções de naturezas distintas.

Figura 18 – Mérito



Mérito

s. m. O que torna uma instituição

digna de aprovação,

de estima, de consideração;

valor, merecimento.

Aquilo que uma coisa

tem de apreciável; aptidão.

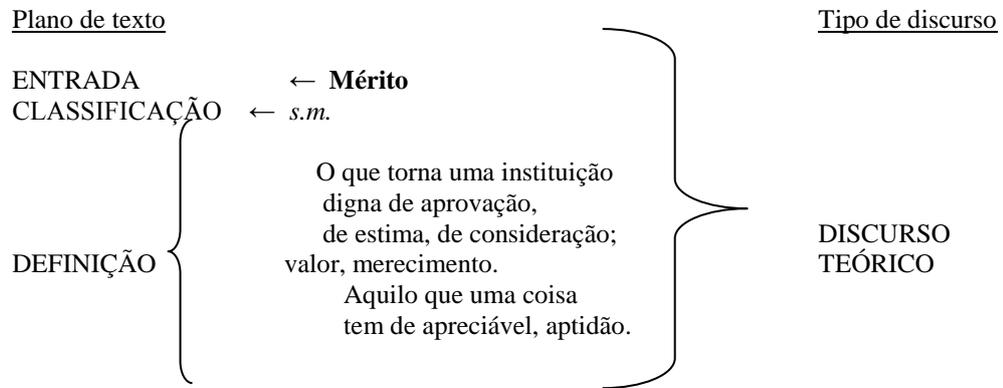
PRIVATE BANKERS
Banco Comercial Português NA TRADIÇÃO DOS MELHORES BANQUEIROS

tel. 808 2
www.privatebankers.pt

Fonte: Miranda (2010, p. 427)

(23b)

Figura 19 – Plano de texto

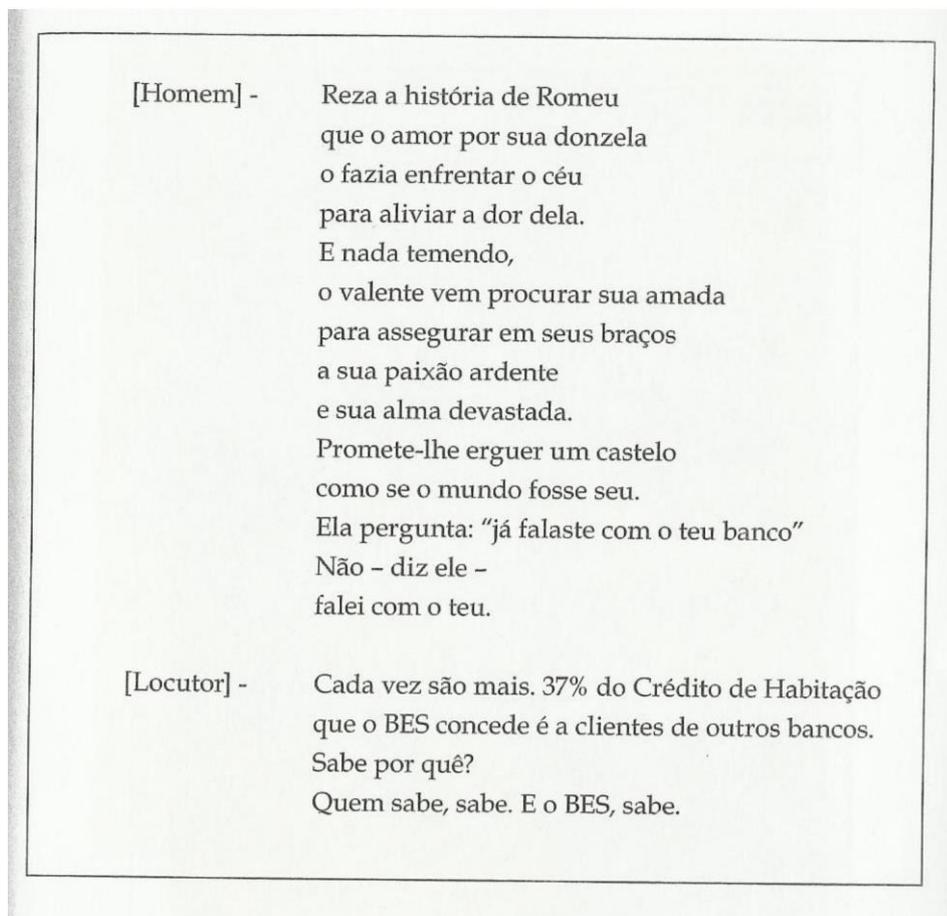


Fonte: Miranda (2010, p. 240).

Da mesma forma que os tipos de discurso, também as sequências podem sinalizar o gênero convocado. No exemplo que segue, um *anúncio publicitário* convoca traços do gênero *conto*, que é recuperado graças à **sequência narrativa** no decorrer do texto: a situação inicial (as quatro primeiras linhas); a ação, a complicação e a reação (a partir da 5ª linha até a 13ª linhas) e o desfecho (duas últimas linhas).

(24)

Figura 20 – Amor de Romeu



Fonte: Miranda (2010, p. 407)

Quanto à organização parcial micro, conta-se com estruturas composicionais mais locais num texto, relacionadas à estrutura frásica e à estruturação morfológica. A primeira volta-se a “combinações fixas de palavras e construções sintáticas que são identificadoras de classes textuais” (MIRANDA, 2010, p.253). Nos termos de Ciapuscio (1994, p.119 *apud* MIRANDA, 2010, p.253), trata-se de constituintes textuais estereotipados ou prototípicos com caráter identificador. Vejamos um exemplo:

(25)

Figura 21 – Duas assoalhadas

**2 assoalhadas.
Acabamentos de primeira.
Vista excepcional.
Grande arrecadação.**

www.ford.br

fordfocusliving
Edição limitada com oferta de ar condicionado para a sua família se sentir em casa.

Conheça o andar modelo em qualquer Concessionário Ford. E traga a família. Eles vão gostar desta edição limitada com ar condicionado, faróis de neblina, jantes de liga leve, leitor de CD e muito espaço. Mas atenção: há poucas unidades à venda. Ligue **800.20 70 70** e marque a sua visita. Se for um dos 30 primeiros a ligar, ainda ganha um exclusivo biscoito Stewart Grand Prix.

exceda as expectativas

Fonte: Miranda (2010, p. 401)

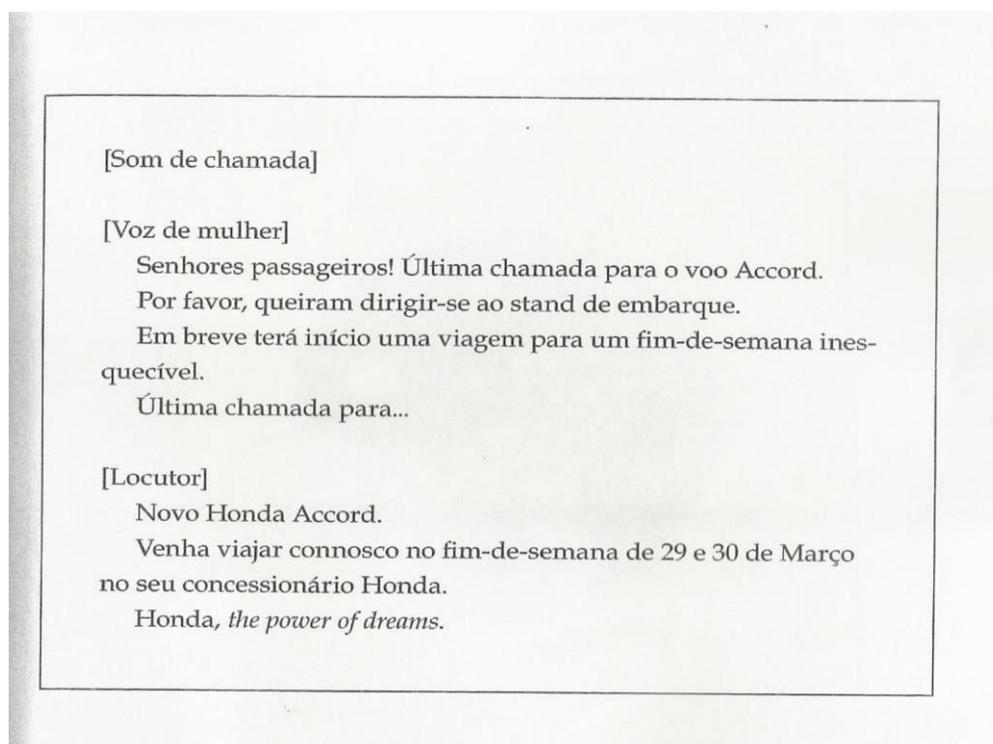
2.7.1.4 Marcadores estratégicos/intencionais

Consideram-se, nessa subdimensão semiolinguística, os marcadores dos atos de linguagem (atos, macroatos, encadeamento de atos) e os processos discursivos (inscrição do enunciador, emprego de aspas e citação). Interessa verificar “até que ponto os gêneros podem estabilizar a ocorrência de um determinado ato de linguagem, atos de linguagem sucessivos ou de macroato de linguagem” (MIRANDA, 2010, p.265).

O próximo exemplo traz um *spot de rádio* convocante de um *aviso*. O que nos permite compreender isso, conforme afirma Miranda, é a organização estratégico-intencional adotada: macroato (avisar; dar aviso de alguma coisa), microatos e sinal sonoro no início do texto (apesar de não ser verbal, é um signo que tem valor ilocutório específico de chamar a atenção para a escuta).

(26)

Figura 22 – Som de chamada



Fonte: Miranda (2010, p. 421).

Quanto às estratégias e aos processos discursivos que podem servir à organização estratégico-intencional, alguns recursos se apresentam como marcadores genéricos: os modos

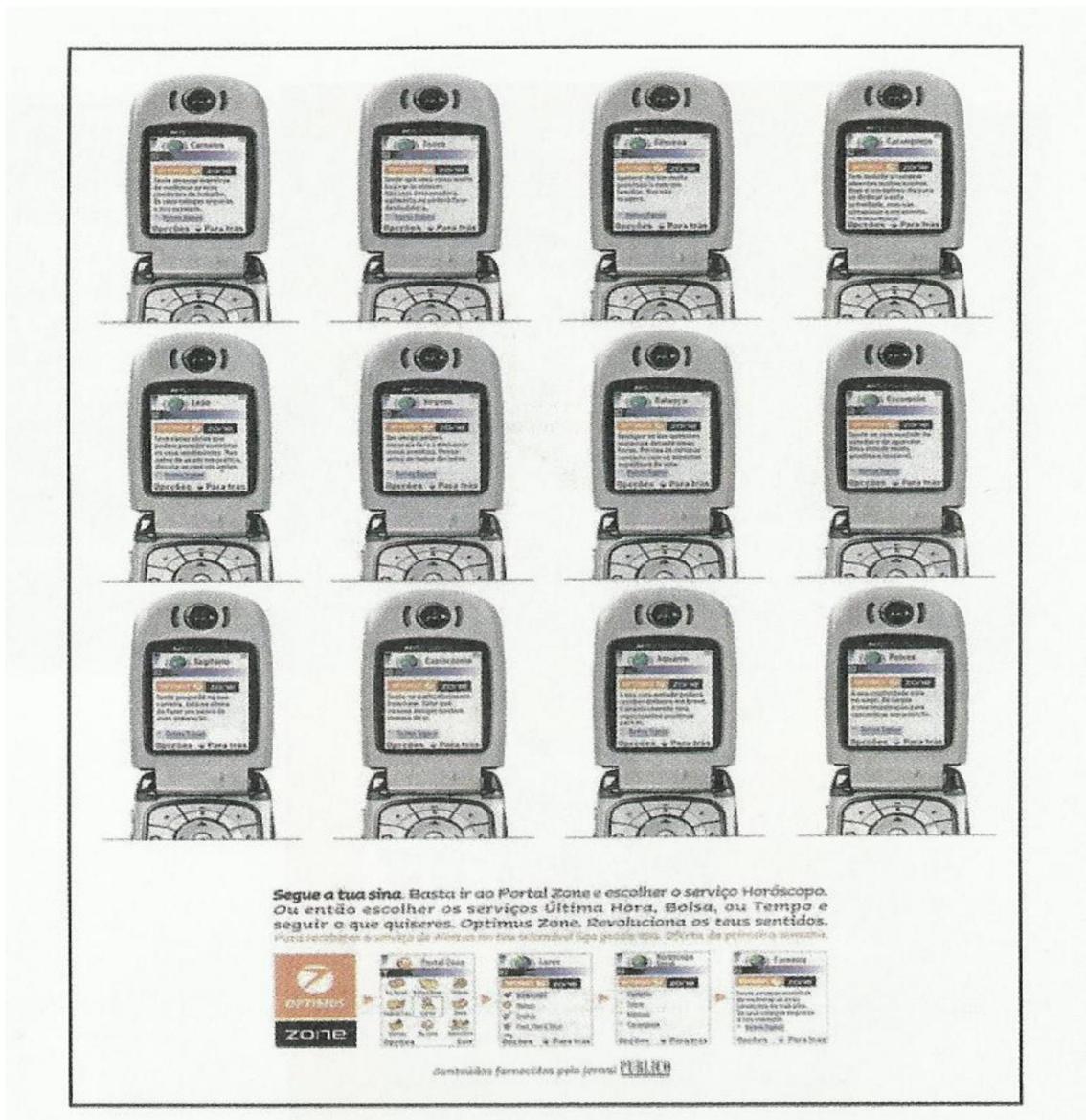
de inscrição ou apagamento do emissor/enunciador e os fenômenos de responsabilização enunciativa. Isso se verifica, por exemplo, por meio de uma assinatura. Ela não ocorre indiferentemente na margem inferior de qualquer gênero. Sua ocorrência é nula em *anúncios* e *classificados*, opcional num *e-mail pessoal* e obrigatória em *declarações*, *contratos* e *sentenças*. Sua função, portanto, é de especificar o autor e atribuir-lhe responsabilidade enunciativa. Outro recurso discursivo, a citação, pode assumir funções e valores diferentes, como introdução de novos tópicos (*cartas do leitor*) e validação ou legitimação do conteúdo temático (*monografias*, *teses*, *artigos acadêmicos*).

2.7.1.5 Marcadores materiais/disposicionais

Tendo por pressuposto a relevância dos mecanismos semióticos não verbais para qualquer texto, os marcadores materiais/disposicionais dão conta do modo como as seções de um plano de texto são localizadas relativamente à totalidade do espaço (na escrita) ou do tempo (na oralidade) de um texto e seus aspectos materiais e como isso pode indiciar os parâmetros genéricos. Como exemplos, podemos mencionar a organização disposicional da notícia e dos gêneros epistolares. A seguir, um texto no qual se observam marcadores temáticos (o léxico), enunciativos (a inscrição do destinatário), intencionais (os atos de linguagem) e composicionais (estrutura frásica) que apontam para o gênero convocado, *horóscopo*. Há, ainda, o parâmetro disposicional.

(27)

Figura 23 – Segue a tua sina



Fonte: Miranda (2010, p. 439).

Nas palavras de Miranda (2010, p. 284), “nos gêneros escritos, a disposição de todas as seções do plano de texto configura a ‘mancha gráfica’. Essa ‘mancha’ é necessariamente a primeira imagem que o texto nos oferece de si próprio e é, por isso, o primeiro passo no processo de leitura”. Nesse ponto, envolve-se outro aspecto: o material. Este recobre o modo de apresentação física de um texto, seja qual for o seu suporte de circulação. Considera-se, no estudo, a formatação tipográfica e a variação cromática como mecanismos que colaboram para o reconhecimento da intertextualização.

2.7.1.6 Marcadores interativos

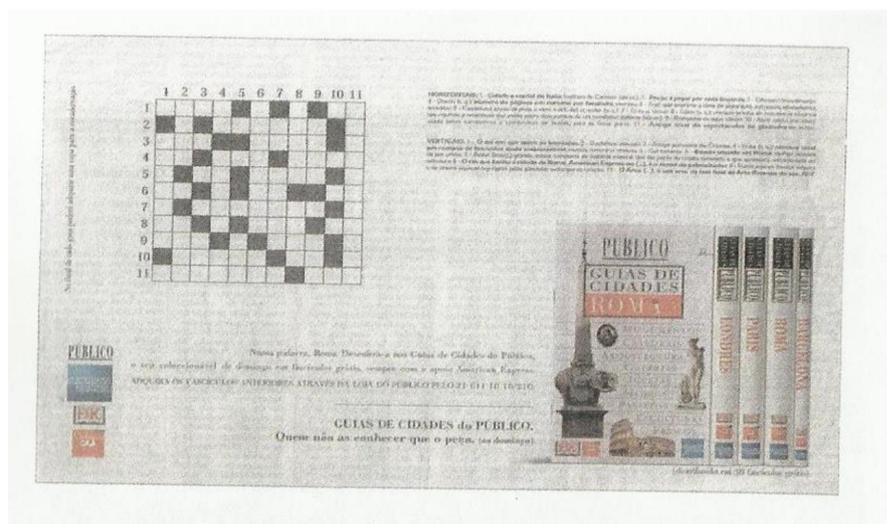
Observam-se, nessa subdimensão, diferentes fenômenos relacionais que se dão nos textos, bem como o funcionamento de mecanismos interativos operando como marcadores semiolinguísticos. A autora dividiu-os em dois grupos: os mecanismos de ordem interna (intratextual) e os mecanismos de ordem externa (extratextuais) - que convocam aspectos exteriores ao texto para colocá-los em relação com elementos internos.

Os mecanismos intratextuais referem-se “às interações entre diferentes seções de um plano de texto” (p.292). Nos termos da autora, “nos gêneros que se caracterizam pela mobilização de um plano de texto convencional, as seções (todas ou algumas delas) podem estabilizar modos particulares de funcionamento relacional” (p.293). Isso se dá, por exemplo, nos textos jornalísticos, nos quais o título, a um só tempo, resume e anuncia o conteúdo temático desenvolvido no corpo do texto.

Miranda (afirma que as relações intersemióticas configuram-se como um caso específico de interação interna: “as unidades verbais e não verbais podem interagir de modos diversos, instaurando relações de complementaridade, redundância, ilustração, especificação ou explicitação, entre outras” (p.297). O texto que segue ilustra bem essa interação, dada entre o *anúncio publicitário* e as *palavras cruzadas*.

(28)

Figura 24 – Palavra cruzada



Fonte: Miranda (2010, p. 454).

As interações extratextuais, por seu turno, são assumidas, no estudo, como potencialmente relevantes para a identificação dos gêneros convocados. Evidentemente, essa interação já é pressuposta nos processos de intertextualização, entendida como um processo

interativo extratextual. O que se observa é se essas formas relacionais apresentam algum grau de estabilização, de modo que indiquem a convocação de outro gênero. Merece destaque, então, “um conjunto particular de modalidades relacionais que se podem distinguir no interior de um determinado texto: trata-se, entre outras possíveis, das relações mais ou menos explícitas desse objeto singular com outros textos empíricos, com outras situações de enunciação, com outros gêneros diferentes do próprio” (MIRANDA, 2010, p. 301).

A seguir, um texto que exemplifica a interação extratextual. Trata-se de um anúncio publicitário, o qual convoca traços do gênero fotonovela, que, por sua vez, convoca gêneros que lhes são constitutivos – geralmente os textos orais. Conforme Miranda (2010, P. 303), a fotonovela assimila traços temáticos e intencionais de uma interação comercial, produzindo, assim, “uma organização interativa de tipo recursivo”.

(29)

Figura 25 – Factura



Fonte: Miranda (2010, p. 448)

Em suma, os marcadores elencados apresentam-se como pistas semióticas que possibilitam o reconhecimento dos gêneros convocados quando se dá a intertextualização. Os parâmetros genéricos são, nessa perspectiva, normas criadas no/pelo uso, o que aponta para sua estabilidade relativa, dada em função de sua inscrição sócio-histórica. Importa, agora, discutir quais gêneros podem participar da intertextualização e as formas que esse processo pode assumir.

Em linhas gerais, a autora postula que não é possível (nem justificável) fechar questão quanto a quais gêneros podem ou não realizar a intertextualização. Apesar disso, acredita que, por se tratar de um processo submetido a condicionamentos de diversas ordens (genéricos, estratégicos, temáticos etc.), não é qualquer gênero, em qualquer circunstância que pode figurar como hipergênero, ou seja, convocar outros gêneros para sua construção.

Conforme apresentamos, a proposta de Miranda (2010), inscrita no quadro teórico do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), advoga um novo termo – intertextualização - para um fenômeno bastante estudado, ainda que sob definições distintas. A nosso ver, seus méritos incluem, sobretudo, a descrição minuciosa dos marcadores de ordem semiolinguística que dão a ver o fenômeno que cerca. Trata-se de um inventário de marcas que nos interessam especialmente porque indiciam o fenômeno que, em nossa proposta, chamamos imitação. Evidentemente, a proposta suscita-nos reflexões, ponderações e críticas. Entendemos o caráter formal do enfoque, mas não podemos descuidar do fato de que se revela sobremaneira difícil aplicar a grade analítica definida.

Miranda justifica o termo novo – intertextualização - afirmando que ele recobre a concepção de texto como processo e não como produto. Ocorre, entretanto, que compreender texto como processo não é mérito exclusivo de seu trabalho. Há muito, as noções de texto advindas da Linguística Textual consideram a natureza linguística e, simultaneamente, sociocognitiva desse objeto. E mais: embora a autora admita o caráter processual da (inter)textualização, as análises que desenvolvem se limitam, como verificamos, ao cotexto, isto é, à parte material do texto. Isso demonstra que, embora momentaneamente, as fronteiras do processo precisam ser apreendidas, cercadas, tal como fazem os estudos em Linguística Textual, a fim tratar mais criteriosamente as ocorrências. Mas, a isso acrescentaríamos que as comprovações não precisam, necessariamente, limitar-se à ordem do contexto, uma vez que as categorias da LT, como situação interativa típica, por exemplo, e outras, podem ser aproveitadas para confirmar certas intertextualidades amplas.

Frente ao que apresentamos, consideramos que em Genette (2010) já se encontra prevista a imitação de parâmetros de gêneros, o que nos faz considerar desnecessária a criação

de um novo termo para recobrir um fenômeno que, a nosso ver, pode ser abrigado pela intertextualidade.

3 POR UM NOVO REAGRUPAMENTO DAS INTERTEXTUALIDADES

Até este ponto, temos discutido algumas das mais difundidas e (re)visitadas concepções de intertextualidade e as propostas de agrupamento das categorias desenvolvidas por autores filiados tanto ao campo da Literatura como ao da Linguística, além de algumas categorias mais pontuais que não figuram em um quadro. Entendemos que o movimento de descrever e analisar as teorias fundamenta nossa proposta de (re)definição do conceito e o conseqüente reagrupamento das (sub)tipos classificatórios.

Dialogamos com os autores, a fim de compreender os parâmetros que elegeram, a terminologia que cada um empregou, identificar possíveis lacunas e tentar recobri-las, para, enfim, construir um quadro à luz dos princípios teórico-epistemológicos assumidos pela Linguística Textual, mais especificamente aqueles praticados no âmbito da Grupo Protexto. Neste capítulo, buscaremos, então, apresentar o modo como concebemos o diálogo intertextual e aquilo que nos foi possível cercar quanto aos modos como esse fenômeno pode se manifestar pontualmente.

A intertextualidade é um tema caro aos estudos linguísticos, devido ao seu caráter (re)criador de sentidos, dado pelos diferentes diálogos que se estabelecem entre os textos. Não é sem motivo que esse fenômeno é tomado como categoria analítica por diferentes ramos da ciência da linguagem para a compreensão de diversos objetos.

Encontra-se em Kristeva (1974, p. 85) a concepção seminal do diálogo intertextual, segundo a qual “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é a absorção e transformação de um outro texto”. Para a autora, apoiada no pressuposto do dialogismo bakhtiniano, qualquer texto é sempre um conjunto, muitas vezes inconsciente, de outros textos. Assim, o que se admite como relação intertextual pode não ser recuperável ou perceptível, mas estar subjacente a todo o texto ou a partir dele. Essa definição, entretanto, coaduna tanto com a noção de heterogeneidade enunciativa - compreensão de que o texto dá a ver, de modo mais ou menos explícito, o discurso do outro – quanto com a de dialogismo.

Frente a essa dispersão conceitual, Koch (2004) e Koch, Bentes, Cavalcante (2007) postularam a seguinte distinção: i) intertextualidade *lato sensu* (dialógica), compreendida como inerente ao processo de produção de qualquer texto, isto é, como um pressuposto de qualquer produção textual.; e ii) intertextualidade *stricto sensu*, admitindo apenas os casos em que sejam perceptíveis marcas suficientes para que se reconheça a “repetição” de um texto (inteiro ou uma porção) em outro(s), ainda que de forma menos explícita. A distinção objetiva, sobretudo, tornar

o conceito de intertextualidade operacionalizável, já que impede que sejam tratados como iguais ocorrências que são, na verdade, distintas.

Ressaltamos, contudo, que não é essa a acepção que assumimos para as intertextualidades ampla e estrita. O que temos pleiteado é que, constitucionalmente, isto é, quanto à natureza do fenômeno, as intertextualidades se subdividam em: i) estritas, dadas pela inserção efetiva de parte(s) de um texto em outro ou pela transformação/derivação de um texto específico ou de partes dele em outro texto e ii) amplas, dadas pela retomada não de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa e relativa a conjuntos de textos, verificada por indícios atinentes à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos ou a uma temática particular divulgada por diversos textos. Esses tipos, embora qualitativamente distintos, não se excluem mutuamente, uma vez que é possível que, num mesmo texto, ambos possam coexistir. Vejamos, por meio de um exemplo, como isso pode se dar:

(30)

Figura 26 – A vontade do povo



Fonte: CCNNews (2018)¹²

¹² Imagem retirada do blog CCNNEWS. Disponível em: <<https://www.ccnnews.com.br/2018/09/haddade-manda-recado-ninguem-vai.html>> Acesso em: 13 de set. de 2018.

Na imagem da campanha à presidência do país, em 2018, o candidato do PT, Fernando Haddad, substituto do ex-presidente Lula - impedido de concorrer novamente à presidência, a despeito de aparecer como líder nas pesquisas de intenção de voto - encontramos ocorrências intertextuais estritas, quais sejam: alusão estrita ao *Superman*, pelo movimento de Clark Kent de abrir a camisa e mostrar seu uniforme de herói, com a imagem da cidade ao fundo; alusão também estrita ao chamamento de outro herói, o Batman, pelos aspectos visuais (disposição, cor, fonte) com que foi apresentada a parte verbal do texto. A mensagem “Ninguém vai aprisionar a vontade do povo” também alude, desta vez amplamente, aos textos de manifestação contrária à prisão de Lula.

Trata-se de uma compreensão mais abrangente acerca das intertextualidades, que supera a visão já cristalizada de que esse fenômeno textual-discursivo se limita aos casos em que se dão relações entre textos específicos e recuperáveis. Nossa definição assume a relação entre textos como objeto de análise, verificável por marcas que indiciam o fenômeno. Em nosso entendimento, as intertextualidades podem se estabelecer por remissões de diversos tipos, tais como ao léxico, a estruturas fonológicas, a estruturas sintáticas, ao gênero, ao estilo, à temática, dentre outras.

Nessa perspectiva, importa, antes, o diálogo entre textos, parâmetros de gêneros ou estilo(s) de autor(es), além da remissão mais difusa a um conjunto de textos, que pode ou não ser reconhecido pelo interlocutor. Cabe assinalarmos a importância de compreender que o texto não se resume a um produto material, mas a um processo comunicativo complexo, pautado na interação, resultante da integração entre elementos da materialidade e outros fatores de diferentes ordens (situacionais, cognitivos, socioculturais e interacionais).

Como decorrência dessa compreensão, admitimos como texto os mais variados artefatos sociossemióticos¹³, comunicativos e interativos, desde que se apresentem como: i) unidades completas de sentido, definidas pela existência de (sub)tópico(s) a ser(em)

¹³ Os estudos que tratavam dos textos multimodais ou verbo-imagéticos se pautavam pelos pressupostos da Semiótica Social - à luz da Gramática do Design Visual, de Kress e van Leeuwen (1996, 2006), os quais compreendem que as imagens são estruturas sintáticas e, portanto, suscetíveis à mesma análise dada à linguagem - ou da Análise Crítica do Discurso. Atualmente, porém, já se verificam trabalhos filiados à Linguística Textual, como o Cavalcante e Custódio-Filho (2010); Custódio-Filho (2011), Forte (2013), Nobre (2014), Faria (2014), entre outros.

desenvolvido(s), conforme postulam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) e ii) unidades de comunicação, em consonância com Bakhtin (2011)¹⁴ e Miranda (2010)¹⁵.

Reconhecemos que o conceito de texto tem sido amplamente (re)discutido pelas diferentes correntes linguísticas. Mas, parece-nos suficiente compreendê-lo, conforme Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 62), como “um objeto dinâmico, multifacetado, resultante de uma atividade linguístico-sociocognitiva, na qual se incluem parâmetros discursivos”. Essa concepção envolve os processos desenvolvidos pelos atores (produção e recepção), os quais incluem desde o conhecimento de mundo, o conhecimento de estratégias comunicativas, o próprio conhecimento linguístico, as intenções dos participantes até as influências que o contexto exerce tanto na produção quanto na recepção.

Pontuamos, nessa direção, que o texto comporta sempre i) uma materialidade (o fio apreensível, constituído pela(s) linguagem(ns) socialmente organizadas), a que chamamos **cotexto**¹⁶; ii) uma singularidade, definida por sua incontornável vinculação à cadeia discursiva, isto é, sua historicidade, dada por sua relação com o discurso do outro. Em linhas gerais, admitimos o **processo** de interação entre locutor, texto e leitor, cujos desdobramentos resultam, dentre outros, na busca por um meio termo entre o que é dito, o que está disponível e o que deve ser (re)construído. Reconhecemos as ligações interdiscursivas que marcam todo e qualquer texto, mas, assumindo a Linguística Textual como lugar teórico, focalizaremos as evidências intertextuais, em geral intencionais, na medida em que cumprem propósitos discursivos.

Uma vez definidos os conceitos a partir dos quais trabalharemos, importa delinear mais claramente a proposta que pretendemos desenvolver. Evidentemente, temos a consciência da impossibilidade de criar um quadro classificatório que dê conta de incluir/resumir todas as taxonomias até agora propostas. Mesmo porque verificamos, por influência do trabalho de Nobre (2014), que os parâmetros elencados nunca são únicos nos estudos até então desenvolvidos.

¹⁴ Conforme Brait (2016, p. 16), “o tradutor brasileiro dos textos reunidos sob o título *Estética da criação verbal*, Paulo Bezerra, afirma que, em russo, o termo implica constitutivamente *enunciação* e *enunciado*, ou seja, o processo e o produto [...]”. A autora considera legítima, portanto, a equiparação terminológica entre *texto*, *enunciado* e *enunciação*. De nossa parte, consideramos apropriado fazer a noção de texto equivaler apenas à de enunciado.

¹⁵ A autora define texto, a partir de Bronckart, como unidade situada, finita e autossuficiente. Assinala, porém, no esteio de Bakhtin, que o traço da autossuficiência não significa que texto se apresenta fechado em si mesmo, visto que está em constante interação com o exterior.

¹⁶ Admitimos que esse objeto pode se constituir não apenas pela linguagem verbal, mas pela utilização de outros recursos semióticos, o que implica lidar com situações em que o verbal divide espaço ou nem se manifesta.

Queremos, então, propor um quadro geral o bastante para ser aplicável a ocorrências concretas diversas, inclusive em textos multissemióticos. Para tanto, partimos da proposta de Genette, que vislumbra a transtextualidade como grau máximo de abstração, chegando a categorias mais gerais e não excludentes (intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, arquitextualidade e hipertextualidade) que sistematizam as realizações mais concretas de diálogos entre textos (citação, plágio, alusão, paródia, travestimento burlesco e outras). Assumimos as afinidades mais abstratas (notadamente forma e função, nos termos de Genette) para chegar a descrições de categorias pontuais.

Não nos escapa o fato de que há uma função argumentativa subjacente aos recursos intertextuais, por meio da qual se constrói(em) determinado(s) sentido(s), a fim de atingir certo(s) propósito(s) discursivo(s). Quando, por exemplo, um texto recorre a um fragmento de outro, verifica-se um propósito argumentativo e discursivo de construção de sentido. Por força desse propósito, o recurso intertextual cumpre um papel (isto é, uma função) simultaneamente textual - uma vez que se materializa como “um enunciado que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto” (CAVALCANTE, 2018, p. 54) e discursiva, por estar situado em um contexto marcado por circunstâncias de produção.

Quanto a isso, reiteramos nossa compreensão de que as intertextualidades podem se prestar a diversas funções, as quais podem, por vezes, se manifestar simultaneamente, a depender dos propósitos gerais do texto. Evidentemente, essa realidade impõe a tarefa de verificar os casos pontualmente para, em seguida, inventariá-los em categorias mais gerais, o que ultrapassa os objetivos deste estudo.

Como dito, sustentamos a tese de que *constitucionalmente*, as intertextualidades podem ser estritas ou amplas. *Formalmente*, as estritas se subdividem em casos de copresença e derivação. As amplas, por sua vez, podem se dar em três situações: i) pela imitação de parâmetros de gênero; ii) pela imitação do estilo de autor e iii) pelas alusões a textos não particulares. Acentuamos que intertextualidades estritas e amplas podem figurar em um mesmo texto, visto que não se excluem mutuamente.

Quanto ao aspecto *funcional* – que atravessa todos os recursos intertextuais – não nos limitamos ao caráter de convergência (função séria) ou divergência (lúdico-satírico) que marca o recurso intertextual em relação ao texto-fonte ou ao parâmetro genérico retomado. Em nossa perspectiva, as funções das intertextualidades ultrapassam os limites formais. Acreditamos que elas têm a ver, sim, com a intencionalidade, com a tentativa de influenciar o outro e, por isso, são argumentativas.

Dito isso, passaremos a descrever como cada categoria que compõe a proposta foi forjada e o que vislumbramos como uma reorganização do quadro de Genette (2010).

3.1 Intertextualidades estritas

Definimos como estritas as relações nas quais se verifica o diálogo entre textos específicos, ou porque existem partes de um texto presentes em outro, ou porque um texto sofreu modificações e se transformou em outro. Esse tipo de intertextualidade pode se dar de duas formas: i) pela relação de inserção efetiva de partes de um texto em outro (copresença) e ii) pela alteração em um texto específico, de forma que se modifique algum aspecto (forma, estilo ou conteúdo), sem que se percam elementos essenciais (semânticos) do texto-fonte (hipertextualidade por transformação ou derivação).

O que chamamos de copresença, seguindo a terminologia de Piègay-Gros (2010), corresponde ao que, no quadro genettiano, aparece como as categorias de intertextualidade. Convém assinalarmos que, embora reconhecendo o estatuto intertextual do processo, escolhemos não tratar de plágio como uma categoria, por entendermos que se trata de prática ilegal.

Já os casos de derivação (também termo de Piègay-Gros), compreendem as ocorrências a que Genette (2010) chamou hipertextualidade por transformação.

3.2 Relações de copresença

Como subtipos de intertextualidades estritas, propomos três possibilidades estruturais de um texto se repetir em outro por copresença: por citação literal; por parafraseamento de conteúdos; por alusão (uma menção indireta). Vejamos:

a) citação (com ou sem referência): trata-se da forma intertextual prototípica, conforme Genette (2010). É a ocorrência intertextual geralmente mais explícita (marcada por verbo dicendi, dois pontos, aspas, itálico, recuo de margem, fonte reduzida) e sempre literal. Cumpre notar, porém, que mesmo sem evidências tipográficas, o recurso não se descaracteriza, pois o que, de fato, o define é o caráter literal da passagem incorporada. Como já afirmamos, alguns textos podem presumir a recuperação do intertexto, a despeito da ausência de marcas explícitas, pois veiculam elementos amplamente conhecidos e partilhados em dada cultura. Nas práticas religiosas, por exemplo, é muito frequente a leitura da Bíblia. Conseqüentemente, há textos que são particularmente mais conhecidos e retomados em sermões ou em canções,

tornando mais fácil o reconhecimento de um dado recurso intertextual. Além disso, por força da ampla divulgação, ninguém se atreveria a tomar como seu um trecho bíblico. Cabe, pois, ao público reconhecer a relação intertextual e os textos-fonte. Como exemplo desta categoria, segue a citação com a qual abrimos esta tese:

(31)

“Onde não há texto não há objeto de pesquisa nem pensamento” (BAKHTIN, 2011, p. 307).

b) alusão estrita: esse tipo de relação se define por insinuações, menções indiretas. Trata-se de “empréstimo, retomada não explícita” (AUTHIER-REVUZ, 2007, p.12). Para a autora, ocorre, pela alusão, um jogo com a possibilidade de fazer ressoar outros dizeres, de fazer suscitar a música de outra voz. Menos marcada e menos literal, exige maior percepção do leitor para que se dê a (re)construção do sentido planejado. Citação e alusão se diferenciam formalmente, uma vez que a primeira se apresenta como transcrição exata de um texto original. A segunda, por outro lado, pode se realizar por remissão indireta, incorporando-se sutilmente; apresentar modificações formais no texto a que recorre; realizar-se por expressões referenciais ou, ainda, mencionar título, personagens, nome de autor etc. Em termos práticos, a alusão favorece modificações formais no texto a que recorre, transformando-o para finalidades diversas, especialmente humorísticas ou crítico-apreciativas (FARIA, 2014). Importa, ainda, acrescentar, que o texto aludido será mais facilmente reconhecido se for mais clássico ou conhecido. Segue exemplo:

(32)

Vou-me embora pro passado

Vou-me embora pro passado
Lá sou amigo do rei
Lá tem coisas "daqui, ó!"
Roy Rogers, Buc Jones
Rock Lane, Dóris Day
Vou-me embora pro passado.
[...]

Terei uma cama Patente
Daquelas do selo azul
Num quarto calmo e seguro
Onde ali descansarei
Lá sou amigo do rei

Lá, tem muito mais futuro
 Vou-me embora pro passado.

Esse texto, do paraibano Jessier Quirino, alude ao poema *Vou-me embora pra Pasárgada*, de Manuel Bandeira. Verifica-se uma alteração mínima no título e no verso inicial do texto de Bandeira, reescrito como *Vou-me embora pro passado*, o que, por si só, já aponta para o texto modernista. A alusão se incorpora ao texto sutilmente, por modificações formais, num apelo à erudição, como afirmam Brito, Falcão e Santos (2017).

Além disso, Quirino repete o verso “lá sou amigo do rei”, de Bandeira. O procedimento de citar literalmente um verso, a nosso ver, ajuda a sustentar o apelo ao texto-fonte e a indiciar o diálogo intertextual, favorecendo seu reconhecimento. Em última instância, teremos o texto inteiro como uma paródia do poema de Bandeira, o que demonstra a estreita relação entre copresença e derivação já defendida por Faria (2014). Segue outro exemplo:

(33)

Figura 27 – Que horas ela volta?



Fonte: Dilma Rousseff (2016)¹⁷

¹⁷ Imagem retirada do perfil de Dilma Rousseff no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/photos/que-horas-ela-voltaa-personagem-j%C3%A9ssica-do-filme-que-horas-ela-volta-mostra-o-qu/1130311697022420/>> Acesso em: 19 de set. 2017.

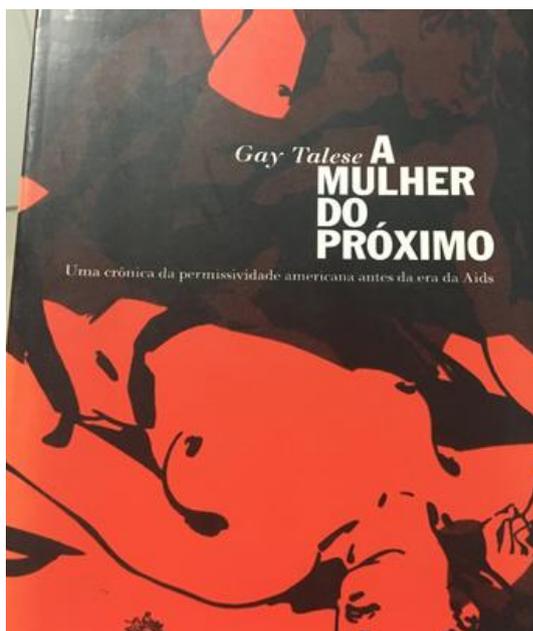
Na imagem, o cartaz alude ao filme brasileiro “Que horas ela volta?”, que conta a história da pernambucana Val, empregada doméstica nordestina que se muda para São Paulo, a fim de conseguir emprego e proporcionar melhores condições de vida para a filha Jéssica. Por inúmeras razões, especialmente a distância e a falta de recursos para viajar, Val acaba ficando bastante tempo sem conseguir voltar a sua cidade natal para rever a filha.

No exemplo, construído a partir da alusão ao título do filme, pelo acréscimo da expressão “democracia”, tem-se o questionamento acerca do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Em 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia de crime de responsabilidade oferecida contra a presidenta. As acusações alegavam que Dilma desrespeitou à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa e também faziam supor seu envolvimento em atos de corrupção na Petrobrás. Muitos juristas, no entanto, contestaram as denúncias, afirmando que as chamadas “pedaladas fiscais” praticadas pelo governo não caracterizariam improbidade administrativa e que não existia qualquer prova de envolvimento da presidente em crime doloso que pudesse justificar o *impeachment*. Isso fez com que o processo fosse rotulado, pelos apoiadores da presidenta, como golpe antidemocrático, cuja culminância se deu em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma.

No exemplo que segue, vemos mais um caso em que a alusão se manifesta em um elemento paratextual, a saber, o título.

(34)

Figura 28 – A mulher do próximo



Fonte: Gay Talese (2002)¹⁸

No caso em tela, tem-se a retomada de uma expressão referencial da lei mosaica, a saber o nono mandamento, registrado nas Escrituras Sagradas no livro de Êxodo, capítulo 20, versículo 17: “não cobiçarás a mulher do teu próximo (...)”.

Convém, neste ponto, retomarmos a discussão acerca da paratextualidade apresentada na proposta de Genette (2010). O autor considera como paratexto a relação existente entre o texto propriamente dito e os elementos como título, subtítulo, intertítulo, prefácios, posfácios, advertências, prólogos, etc.; *release*, orelha e capa, por exemplo. Conforme inferimos, o autor adota a forma, no caso, o aspecto disposicional para nortear sua classificação. Frente a isso, nosso posicionamento é que alguns dos elementos ditos paratextuais por Genette, a exemplo dos títulos, subtítulos e, por vezes, mesmo as epígrafes, apresentam-se não como periféricos, mas como partes do texto propriamente dito. Já nos prefácios e posfácios, é possível verificar relações de outras ordens, como citações, alusões, ou de comentário. Assim, defendemos que esses elementos manifestam relações de copresença, ainda que em posição paratextual.

É preciso esclarecer que optamos por não incluir a paratextualidade como subtipo, uma vez que consideramos os elementos peritextuais (títulos, subtítulos, notas de rodapé, ilustrações, epígrafes, orelhas) como partes do próprio texto. Entendemos que o critério eleito por Genette (2010) para definir a paratextualidade, qual seja, o traço formal (locativo) não

¹⁸ Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/a-mulher-do-proximo-466752.html>> Acesso em 18 de out. de 2016.

constitui razão suficiente para separá-lo como categoria. Entendemos, sim, que poderão ocorrer relações de copresença nos elementos que se situam marginalmente, como verificamos no exemplo apresentado.

Da mesma forma, podem aparecer nos títulos as inscrições arquitextuais, isto é, afirmações de filiação genérica. Quando, por exemplo, temos *Soneto de Fidelidade* ou *Poema de Sete Faces*, o caráter intertextual dessa indicação reside no fato de que classificar como soneto ou poema um determinado texto remete a outros textos inscritos nesses gêneros.

c) paráfrase: é a relação definida pela repetição reformulada de um dado fragmento textual sem que se verifiquem desvios de conteúdo¹⁹. Embora não apareça na proposta de Genette (2010), claramente circunscrita ao domínio literário, consideramos importante tratar do parafraseamento como subtipo intertextual dada a sua produtividade para textos que ultrapassam os limites literários.

E, para discutir com mais vagar acerca desse recurso, começamos por Fuchs (1985). A autora aponta que a retórica se apoderou do estudo da paráfrase como processo de reformulação de um texto-origem, isto é, o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de novo texto. Sob essa ótica, reformular implica interpretação: identificar a significação de um texto e reconstruí-la em novo texto, reconhecendo-se, no percurso, que essa sobreposição de sentidos está inscrita numa dada situação, num dado contexto.

Para a tradição clássica, parafrasear envolvia, então, procedimentos como o uso de sinônimos, a troca de nomes simples por perífrase, o apelo a metáforas, produção de exemplos e comparações. A atividade parafrástica foi, assim, tomada como um recurso produtivo para, por exemplo, tornar o discurso mais acessível aos interlocutores sem, contudo, despi-lo de elegância. E, enquanto no âmbito da lógica a paráfrase foi concebida como equivalência semântica entre proposições, isto é, admitindo como parâmetro a noção de verdade entre duas proposições, a retórica considerou a paráfrase como recurso languageiro.

Em Hilgert (2006), temos a paráfrase como uma estratégia de construção textual situada entre as atividades de reformulação, por meio das quais novos enunciados remetem a enunciados anteriores, modificando-os parcial ou totalmente. Para o autor, as parafrases sempre implicam algum deslocamento de sentido, concorrendo para a progressão de um texto. O caráter parafrástico, em sua visão, é construído no/pelo jogo da interação, o que nos permite afirmar que a paráfrase não é uma propriedade das formulações, mas uma estratégia cognitivo-discursiva, sempre marcada (de modo mais ou menos explícito), cuja finalidade, em última

¹⁹ Cumpre notar que a preservação do conteúdo não garante a preservação do(s) sentido(s), considerando que para a (re)construção deste(s), não basta somente o conhecimento linguístico (KOCH; ELIAS, 2006).

instância, é sempre levar a bom termo uma dada interação. Isso quer dizer que o objetivo da atividade parafrástica é colaborar para a compreensão, não necessariamente ao acordo.

Cumprido notar que o autor reflete, sobretudo, acerca do texto oral. Apesar disso, acreditamos ser possível estender suas postulações à modalidade escrita e mesmo para as relações entre textos distintos, isto é, quando um texto parafrasearia outro. Sumarizando, podemos dizer, então, que a paráfrase, não obstante busque identidade referencial, opera com deslocamentos de sentidos, o que nos autoriza a pensar que não estamos diante de uma simples troca de palavras. E, nesse processo, os detalhes nunca são meros.

Em Sant'Anna (2010), o termo paráfrase acaba por conjugar perspectivas, isto é, dá conta da ocorrência intertextual e também do procedimento ideológico de continuidade de pensamento, conformação. Em nosso entendimento, há, nessa sobreposição de compreensões, um impasse funcional: conforme já afirmamos, o recurso intertextual pode assumir funções diversas e não apenas o acordo, a continuidade. Uma paráfrase pode, por exemplo, ser empregada para fins de desacordo ou de retorsão.

A partir das reflexões que apresentamos, assumimos, neste estudo, que a paráfrase, em termos formais e, para fins de classificação, seja situada entre as relações de copresença e entendida como a reformulação de uma porção de um texto-fonte. Há, nesse processo intertextual, alterações na forma e o esforço para a preservação do conteúdo original.

(35a)

Aqui é necessário exaurir didaticamente esses dois elementos que se polarizam a ponto de podermos dizer que mais do que paródia e paráfrase estamos diante de dois eixos: um *eixo parafrástico* e um *eixo parodístico*. [...] Em contraposição, se poderia dizer que a paráfrase, repousando sobre o idêntico e o semelhante, pouco faz evoluir a linguagem. [...].

(SANT'ANNA, A. *Paródia, paráfrase e cia.* 3. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 28-29.)

(35b)

O autor propõe que se fale não de paráfrase e de paródia, mas de eixo parafrástico e eixo parodístico. O eixo parafrástico se colocaria ao lado do idêntico, não traria novidades à língua [...] ²⁰

²⁰ KOCH, I.; BENTES, A.C.; CAVALCANTE, M. **Intertextualidades**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007. p. 20.

Não nos escapa o fato de que as derivações por transposição - aquelas em que um texto inteiro deriva de outro, alterando a forma e preservando, ao máximo, o conteúdo - como resumo, tradução e uma série de adaptações já são, em geral, reconhecidas por muitos como paráfrases. Mas, quanto a isso, reiteramos nosso posicionamento de não tratar a derivação de um texto inteiro como paráfrase. Obviamente, reconhecemos que o parafraseamento é um procedimento por meio do qual podem se efetuar diferentes diálogos intertextuais, como é o caso de diferentes transposições já discutidas em Genette (2010), por exemplo, ou para que se construam os metatextos, tais como a resenha. E, novamente, convocamos Faria (2014) para acentuar a íntima relação que se estabelece entre copresenças e derivações.

Cumprido notar que, em Cavalcante (2012), a paráfrase aparece discutida entre as relações intertextuais dadas por derivação. A autora, retomando Sant'Anna (2007) e Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 167), caracteriza o fenômeno como “uma repetição de outro texto, com objetivo de esclarecê-lo, com a utilização de palavras próprias do autor do texto atual”. Acentua, ainda, que esse recurso se presta, sobretudo, a reforçar/explicar outro texto. Assim como a autora, reconhecemos, na paráfrase, o intuito de explicitar o conteúdo de outro texto. Aliás, essa nos parece sua função precípua, especialmente nos textos acadêmicos. Não podemos, entretanto, descuidar que essa operação pode se prestar a outras tarefas textual-discursivas, com especial vínculo ao gênero em que figuram.

Na definição e classificação dos subtipos de copresença, buscamos sobrepor o critério formal, conforme demonstramos. Nessa perspectiva, a citação se apresenta como reprodução literal de um trecho original, a alusão como uma remissão menos marcada e não literal a um texto-fonte e a paráfrase como uma retomada de uma porção textual, uma repetição de um dado conteúdo sob outra forma de expressão. Formalmente, paráfrase e alusão se distinguem porque a primeira tem um volume maior de repetição do texto-fonte, é sobremaneira comprometida com a manutenção do conteúdo original retomado, devendo se apresentar marcada pela referência ao texto-fonte (sob pena de se configurar plágio), enquanto a alusão, sem compromisso com a literalidade ou com a manutenção de conteúdo, pode apenas se valer de elementos, segmentos de um texto-fonte ou remissões referenciais notadamente intertextuais para remeter a um texto todo.

Isso posto, convém assinalar que não nos ocorre, neste momento, um caso de paráfrase de texto não verbal. Se pensarmos, por exemplo, na tela *O grito* (que apresentaremos mais adiante) e em seus inúmeros hipertextos ocorrem, sim, a nosso ver, os recursos de citação (quando das repetições literais) e de alusão (quando das remissões) que ajudam a compor as derivações, isto é, os casos em que um texto inteiro dá origem a outro texto inteiro. Mas, de

novo: ao propormos aqui a categoria da paráfrase, estamos pensando nas situações em que apenas uma porção textual é retomada e recomposta. Esse recurso é bastante comum em textos verbais, especialmente nos acadêmicos e jornalísticos, só para exemplificar. Não nos parece possível pensar na recomposição de uma porção de texto imagético ou mesmo de uma obra sem que se preserve o conteúdo.

Nesse sentido, vale acentuar que o que temos pleiteado, embora busque recobrir também os textos multissemióticos, não se restringe a eles. Desse modo, o fato de não dispormos de um exemplar não verbal de paráfrase não nos parece inviabilizar a categoria ou mesmo constituir uma incoerência ou inconsistência da proposta.

3.3 Relações de derivação

Nas relações de derivação, temos um texto inteiro se originando a partir de outro texto inteiro. Como categorias para esse tipo de relação, propomos:

a) Paródia: trata-se de transformação que opera desvios de forma e/ou conteúdo, bem como dos propósitos de um texto-fonte. Na proposta genettiana, essa categoria se configura como um meio termo entre os extremos da seriedade e a depreciação. Piègay-Gros (2010), por sua vez, pondera que Genette (2010) multiplicou definições para o termo paródia – abarcando até mesmo a citação, já que citar envolve um novo contexto e, portanto, algum deslocamento de sentido - o que resultou em muitos subtipos hipertextuais (de derivação), quais sejam: transposição, paródia, travestimento, pastiche e charge. A autora propôs, então, abarcar sob o rótulo de paródia todas as formas de alteração ao texto-fonte, mesmo as meramente sintáticas. Já o parâmetro funcional (sério, lúdico e satírico) foi mantido apenas para tratar do **travestimento burlesco**, isto é, das transformações que operam rebaixamento do estilo sério do texto original a um estilo mais vulgar ou mesmo satírico.

A nosso ver, distinguir entre o lúdico e o satírico se revela uma armadilha para a qual não há saída meramente formal. É possível que, mesmo não havendo evidências de rebaixamento, de apelo depreciativo, determinado(s) grupo(s) vislumbre(m) sátira onde outro(s) só admita(m) exercício lúdico, jocoso. Acreditamos, sim, no efeito criativo das intertextualidades, aplicável a finalidades diversas – as quais podem se excluir ou não, e sofrer algumas predeterminações do gênero, do tipo de situação interativa em que se encontram, do tipo de suporte ou de mídia.

Entendemos, então, que a marca da paródia é seu caráter humorístico, mobilizado para fins diversos, e propomos que esse rótulo categorial abrigue todas as transformações

humorísticas que se distanciem do texto-fonte, desde as mais sutis, não satíricas, até as que resultem em rebaixamento do estilo sério do texto original a um estilo mais vulgar ou satírico. Nossa opção se apoia em concepções de humor como a de Dantas (2018), para quem o humor é o espaço do discurso questionador, que ameaça as certezas, as polarizações e leva a uma tensão, manifestada pela dissonância, pela quebra de ritmo. O autor aponta que, já em Platão e Aristóteles, encontra-se assinalado a dimensão subversiva do humor. Há também em Freud a indicação de algumas outras propriedades, quais sejam: seu caráter social, o que significa que, sem a presença de um grupamento que partilhe crenças e valores, o humor não se estabelece; o fato de que advém de um mal-estar, de um desconforto e da tentativa de solucioná-lo; e, ainda, sua dimensão política, que lhe possibilita minar o status do poder instituído e subverter as regras. Sumarizando, é possível caracterizar o humor por três propriedades: 1) tem início em um evento desagradável; 2) implica uma interação social; e 3) subverte a ordem estabelecida.

Para esse cotejo de características do traço humorístico – aqui apontado como marca da paródia -, mencionamos, ainda, o que afirma Travaglia (2015, p. 51-52). O autor destaca que o humor também é ambíguo, ou seja, instaura-se na possibilidade de que, pelo menos, duas interpretações estejam autorizadas e haja um gatilho para a passagem de uma a outra. Em suas palavras,

No texto humorístico (em oposição ao não humorístico), a perspectiva é da comunicação não confiável, ou seja, há o rompimento do compromisso da comunicação com a seriedade, de ser algo válido em que se pode confiar, do princípio segundo o qual se alguém me diz algo, aquilo deve ser levado em conta com seriedade. No texto humorístico o recebedor é pego de surpresa, geralmente porque há dois mundos cruzados, superpostos, em interseção e se pensa estar falando de um quando, na verdade, é de outro ou, de algum modo, há o imbricamento dos dois.

Feitas essas considerações, convém sumarizar: defendemos que sejam abarcadas sob o rótulo de paródia todas as transformações humorísticas que se distanciem do texto-fonte, desde as mais sutis até as que resultem em rebaixamento do estilo sério do texto original a um estilo mais vulgar ou satírico. Acreditamos que a denominação dessa categoria intertextual já se apresenta cristalizada e se preste bem para comportar as situações descritas. Segue exemplo:

(36)

Figura 29 – O Grito



Fonte: elaborada pela autora²¹

A célebre pintura *O grito*, do norueguês Edvard Munch, representando uma figura andrógina em momento de angústia e dor existencial, aparece parodiada por uma imagem de alguém angustiado por seu peso no momento das festas de final de ano. Situação como essas são muito comuns nas redes sociais. O quadro *Monalisa* também é parodiado em incontáveis anúncios publicitários e *posts* com memes.

Esses exemplos confirmam que a intertextualidade é fenômeno verificável em diversos recursos semióticos. É perfeitamente possível empreender retomadas intrinsecamente intertextuais de elementos linguísticos, imagéticos, melódicos etc. Cada criação semiótica pode se desdobrar em inumeráveis outras possibilidades criativas, e a ligação intertextual pode se dar em diferentes graus, desde uma inspiração, uma remissão (alusão) até a reprodução de elementos (citação), como já sinalizamos.

b) Transposição: essa categoria comporta os casos em que se verifica a transformação de um texto específico em outro, sem a presença do traço humorístico. Isso se dá, especialmente, nas situações em que se operam passagens genéricas e suas decorrentes adaptações. Em Genette (2010), admitem-se alterações de estilo ou do gênero literário, desde que não se percam elementos semânticos, isto é, modificações drásticas de conteúdo pertinentes ao texto original. Piègay-Gros (2010), por sua vez, não considerou esses casos em sua proposta.

Como já mencionamos, é comum que os textos se alimentem mutuamente, o que se nota nas transformações dos mais variados gêneros miméticos: romances, poemas narrativos, peças de teatro e longas-metragens, novelas e seriados de televisão, HQs etc. que, por adaptações (tradução, transestilização, transmodalização, versificação, práticas hiperestéticas,

²¹ Combinação de imagens elaborada pela autora a partir de imagens disponíveis no blog Entrementes. Disponível em: <<http://blogdopg.blogspot.com/2018/12/o-grito-depois-do-natal.html>> Acesso em: 22 de ago. de 2016.

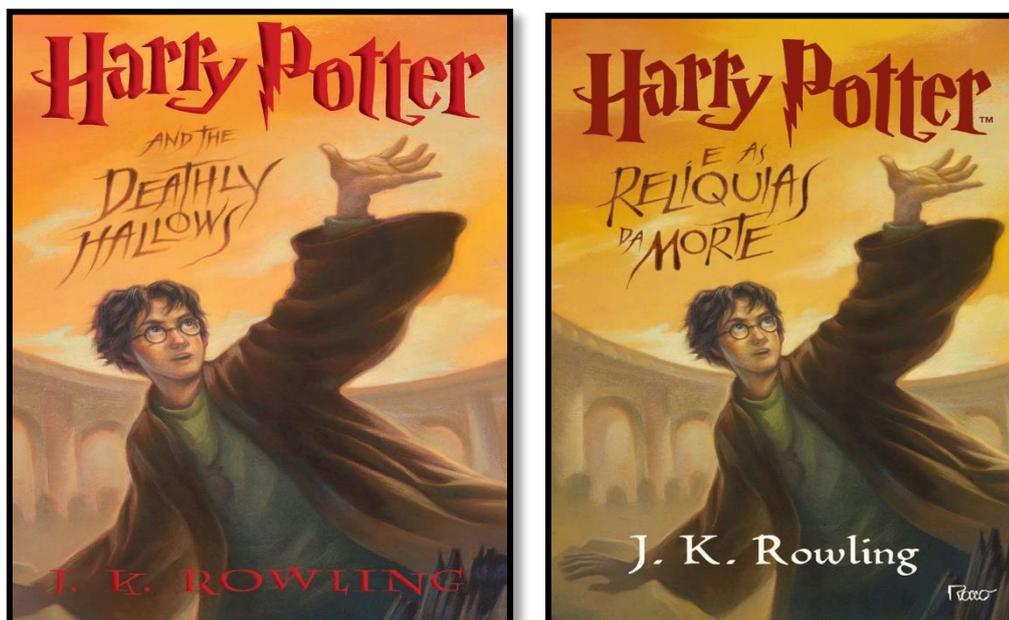
transformações quantitativas, etc.), sofrem passagem genérica. Por força de procedimentos diversos, um texto-fonte pode ser retomado e atualizado em diferentes contextos, tendo sua a essência semântica original preservada.

Teremos, então, uma transposição quando for operada uma transformação, cujo resultado mantenha proximidade do original e não haja efeito humorístico. Evidentemente, para que essa aproximação seja alcançada, serão mobilizados recursos de copresença, quais sejam, citação, alusão e parafraseamento. Reconhecemos, neste ponto, a possibilidade de que uma transposição seja chamada de paráfrase. Entretanto, reiteramos que, por estarmos pleiteando um inventário de recursos intertextuais que se mostre aplicável também a textos multissemióticos, não nos parece adequado chamar de *paráfrase* a passagem de um texto verbal para uma pintura, por exemplo. Em algum momento, até nos pareceu muito mais apropriado chamar essas passagens de retextualizações ou adaptações, mas optamos por preservar a terminologia de genettiana, por considerarmos que se presta bem a nomear os casos a que se refere.

Temos, então, a transposição como transformação que implica alguma ordem de alteração num texto inteiro, preservando-se, tanto quanto possível, a essência do texto-fonte. Evidentemente, reconhecemos que alterar a forma implica sempre, em alguma medida, alterar a essência semântica. Isso porque não nos parece simples ou mesmo possível pensar a forma separada do conteúdo. Mas, de novo, estamos diante de um conflito conceitual cuja saída, até aqui, não conseguimos atingir. De todo modo, segue um exemplo do que temos proposto como transposição, à luz de Genette (2010) e após as ponderações que empreendemos:

(37)

Figura 30 – Harry Potter



Fonte: elaborada pela autora²²

c) Metatextualidade: trata-se de uma categoria que se define como a relação de comentário/crítica/avaliação estabelecida entre textos, isto é, um texto inteiro brota de outro com a finalidade de comentá-lo. Cumpre notar que, diferente do que fez Genette (2010), incluímos esse tipo de relação como um subtipo de derivação (hipertextualidade, em termos genettianos).

Acontece que, dentro do escopo da Literatura, o autor concebeu que a relação em que um texto deriva de outro somente em duas situações: a transformação e a imitação. Ocorre, entretanto, que transformar ou imitar são as distinções pensadas para categorias pontuais de derivação (hipertextualidade) do quadro genettiano, circunscrito ao domínio da Literatura. A esse respeito, pensamos que não se deve excluir a metatextualidade do âmbito da derivação a partir dos conceitos de transformação e de imitação. A nosso ver, alargando o escopo da teoria para domínios diversos, não há como não incluir a metatextualidade entre os subtipos de derivação, já que as categorias se definem verticalmente. E, nessa perspectiva, a derivação se define abstratamente, isto é, pelo parâmetro constitucional, como a relação em que $A < B$.

²² Combinação de imagens elaborada pela autora a partir de imagens disponíveis na internet. Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/harry-potter-e-as-reliquias-da-morte-7-1984085.html>> Acesso em: 20 de jul. de 2017.

Cabe, ainda, assinalarmos outro afastamento que estabelecemos em relação à proposta de Genette (2010). Em nosso entendimento, apenas a transformação tem natureza hipertextual, na medida em que um texto decorre efetivamente de outro específico. Defendemos que o processo imitativo se distingue qualitativamente da derivação, uma vez que não opera sobre uma performance textual em particular. Assumimos que, mesmo considerando o atrelamento ao domínio literário, a imitação seja pensada como processo que incide sobre parâmetros de gêneros ou estilo de autor e não “transformando” um texto específico. Dito isso, no bojo das categorias de derivação que estamos propondo como reagrupamento, figuram: paródia (A < B, transformando-o com traço de humor); transposição (A < B, alterando-lhe a forma, sem traço de humor) e metatextualidade (A < B, com a finalidade de comentá-lo, avaliá-lo). Como exemplos de relação metatextual, podemos mencionar as resenhas acadêmicas e os comentários que são feitos em postagens na internet.

Queremos, ainda, acentuar, nossa visão sobre alguns elementos epitextuais, tais como prefácios e posfácios, apontados por Genette (2010) como paratextos. Para nós, esses elementos se configuram como legítimos metatextos, na medida em que se prestam claramente a comentar um texto. E, embora possam ocupar o mesmo lócus do textos que comentam, esses elementos podem constituir outros gêneros e circular autonomamente, o que, a nosso ver, corrobora nossa proposta.

Passaremos agora a discutir as relações intertextuais que se estabelecem não entre textos específicos, mas entre um texto e um conjunto de textos partilhados numa dada cultura.

3.4 Intertextualidades amplas

Em nossa proposta, a intertextualidade ampla pode se dar em três situações, reconhecidas ou não pelo interlocutor: i) pela imitação de parâmetros de gênero; ii) pela imitação do estilo de autor e iii) pelas alusões a textos não particulares. A seguir, trataremos de cada situação em particular.

3.5 Imitação de gênero

Conforme já mencionamos, temos defendido que o processo imitativo vislumbrado como categoria hipertextual por Genette (2010) seja tratado não como caso em que é possível retomar o texto-fonte, mas como ocorrência intertextual ampla. Para essa postulação, assumimos como princípio que, para o processo imitativo, ocorre a abstração de um paradigma

de gênero tomado como modelo para um sem número de outros textos. Há, em nosso entendimento, não a retomada de um texto específico, mas de parâmetros de gêneros constituídos historicamente, o que remete a um conjunto de textos.

Não descuidamos do fato de que, no domínio da literatura, por vezes, é possível identificar o cânone, isto é, o texto a partir do qual se instituiu um número incontável de imitações, tal como se deu com *Ilíada* e *Odisseia*, apontadas como padrões de poemas épicos. Talvez por isso, Genette as use como exemplos. Segundo o autor, a *Odisseia* foi imitada em *Eneida*. Nesta, verifica-se uma história que, embora distinta, mantém características formais e temáticas, conforme a epopeia assumida como adâmica.

Importa, contudo, assinalar que o fato de existirem, no domínio literário, algumas ocorrências de textos que “inauguraram” determinados gêneros, como foi o caso da primeira epopeia, não deve, a nosso ver, constituir um limite para que se compreenda o processo imitativo estendido a outros domínios. Sabemos que é tarefa inglória tentar resgatar textos adâmicos para a grade maioria dos gêneros que circulam socialmente. E é essa (im)possibilidade de que se apontem os textos imitados que alguns estudos, tal como o de Nobre (2014), apontam como argumento para pôr à prova o caráter intertextual da imitação, tal como defendemos. Isso porque, de modo geral, o processo imitativo marca, em alguma medida, todo e qualquer texto e, mais frequentemente, dá-se entre um texto e um conjunto de textos, e não entre textos específicos.

Acreditamos, quanto a isso, que, mesmo se pensada exclusivamente no domínio literário, como fez Genette (2010), são bastante pontuais os casos em que a imitação se dá a partir de um texto específico. A nosso ver, mesmo que exista e possa ser apontado “o texto representativo”, como no caso da epopeia adâmica de que se valeu Genette, a imitação não se refere ao texto específico em/por si. Defendemos que se imita aquele gênero, a despeito de existirem ou não outros textos que dele relevam. Isso quer dizer que se abstraem o(s) parâmetro(s) que marcam o gênero, de modo a perpetuá-lo.

Evidentemente, não escaparia a Genette a observação de que, na prática, todo texto sempre imita outros textos do mesmo gênero de que releva, o que aponta para uma relação constitutivamente dialógica, própria não apenas de textos literários. O autor, então, decide tratar o fenômeno por marcas tangíveis na manifestação do texto. É essa proposta de evidenciação que atende aos nossos interesses, porque representa uma interseção com os procedimentos analíticos adotados pela Linguística Textual. Como afirmamos, o percurso metodológico que temos assumido consiste em buscar evidências cotextuais que embasem nossas postulações textual-discursivas e as comprovem mais criteriosamente.

Entendemos que os parâmetros de gêneros são normas criadas no/pelo uso, o que aponta para sua estabilidade relativa, dada em função de sua inscrição sócio-histórica. Nessa perspectiva, consideramos que em Genette (2010) já se encontra prevista a imitação de parâmetros de gêneros e, a nosso ver, não há embargos para que se abrigue o fenômeno sob o escopo da intertextualidade tal como temos proposto (re)defini-la. Temos, a seguir, um texto em que se imita um texto bíblico, com a preservação de elementos formais e composicionais, tais como a estruturação sintática, o uso de imperativos, o ritmo e a imitação da referência a um determinado livro, capítulo e versículo, a partir dos quais o diálogo intertextual aparece cotextualmente indiciado. Evidentemente, por se tratar de um texto humorístico, não se verifica temática de caráter elevado, como ocorre nas Escrituras Sagradas. Vejamos:

(38)

Figura 31 – Confiarás em alguém



Fonte: Suricate Seboso (2017)²³

Além de considerar a imitação de gênero uma ocorrência intertextual de caráter amplo, nossa proposta também se afasta do quadro Genette (2010) quanto ao limiar definido para distinguir as categorias de imitação. Na proposta genettiana, os regimes sério, lúdico e satírico dizem respeito à comparação entre a imitação e o que se imita. Trata-se, pois, de uma

²³ Imagem retirada da rede social Pictame de Dinho Fagundes. Disponível em: < https://www.pictame.com/media/1616144198645583156_3886406177 > Acesso em: 20 de out. de 2018.

condição formal, uma relação de maior ou menor distanciamento entre o a(s) fonte(s) e a imitação.

De nossa parte, quanto aos propósitos textual-discursivos a que a imitação pode se prestar, reiteramos, com base em Gignoux (2005), que o recurso intertextual - para nós, o jogo de repetição de um texto original, de um parâmetro de gênero, de um estilo ou de uma temática – é sempre, em última instância, definido apelo à criatividade no trabalho de (re)construção dos sentidos de um texto. Assim, o efeito criativo que marca todas as intertextualidades serve a finalidades diversas, como o humor, a crítica, estética e outras que, em última instância, terão sempre valor argumentativo – as quais podem se excluir ou não, e sofrer algumas predeterminações do gênero, do tipo de situação interativa em que se encontram, do tipo de suporte ou de mídia.

Importa, ademais, reconhecer que o que temos defendido como intertextualidade ampla se verifica de modo particular em gêneros que priorizam criatividade e inovação para fins, sobretudo, de comicidade e persuasão. Acreditamos que isso tem relação direta com a argumentação. É por isso que a imitação de parâmetros de gêneros é bastante recorrente em textos humorísticos, publicitários e naqueles vinculados à criação estética. Não podemos, entretanto, afirmar que apenas neles. Talvez não seja possível (nem justificável) fechar questão quanto a quais gêneros podem ou não realizar processos imitativos. Apesar disso, acreditamos que, por se tratar de um processo submetido a condicionamentos de diversas ordens (genéricos, estratégicos, temáticos etc.), não é em qualquer gênero, em qualquer circunstância, que se pode imitar parâmetros de outros gêneros ou estilo de autor. Isso, contudo, não é algo que possamos, por ora, demonstrar.

3.6 Imitação de estilo de autor

Conforme mencionamos, entendemos por intertextualidade ampla o diálogo tangível entre um texto e um conjunto de textos. Esse tipo de intertextualidade se diferencia constitucionalmente da estrita porque não é possível retomar o texto-fonte a que se recorreu. Defendemos que, nos casos que envolvem a imitação, seja de gênero ou de autor, abstrai-se um padrão não de um único texto, mas de um conjunto de textos. Nessa perspectiva e após termos discorrido sobre a imitação de parâmetros de gênero, discutiremos com mais vagar a imitação de estilo, elemento que é um dos aspectos mais importantes para a composição dos textos e tem sido objeto de reflexões desde a Antiguidade.

Na tradição clássica, a noção de estilo se referia basicamente aos tropos e figuras de linguagem, conforme prescreviam os tratados da arte poética, que orientavam as práticas de bem escrever. Com o Romantismo e a conseqüente ruptura com os modelos clássicos, o estilo ganhou maior destaque na obra de arte, passando a ser visto como indicador da genialidade criativa de um autor. Mas, se na época Clássica havia a preocupação com os modelos instituídos pelos três gêneros aristotélicos - lírico, épico e dramático - e o autor se pautava por uma forma estável para a elaboração de seus textos, com o Romantismo e sua ênfase no sujeito criador, como fonte primeira do dizer, as formas pré-estabelecidas foram abandonadas em função do potencial criativo do autor. O estilo, então, se tornou expressão de genialidade e subjetividade.

Em oposição a esse primado do individualismo, notabilizou-se um outro movimento que, assumindo a objetividade científica, compreendia a língua a partir de sua constituição concreta e dos elementos de sua composição, assim como procediam as ciências naturais. Saussure, maior nome dessa vertente, inaugurou uma teoria linguística que não considerou a fala (*parole*) em sua investigação, uma vez que assumiu a opção metodológica e epistemológica de relegar a interferência de idiosincrasias em seus estudos.

E, considerando que as questões relativas ao estilo - embora não se limitem necessariamente às artes - sempre dizem respeito às idiosincrasias, aos modos de expressão de uma determinada pessoa, sugerindo uma estreita relação com a individualidade, a via admitida foi pensar o estilo em função do texto e de suas formas de organização em relação às possibilidades oferecidas pelo sistema. Tem-se, pois, de um lado, o termo estilo considerado como diretamente associado a produções individuais ou a um conjunto de produções de determinados momentos, vinculadas às artes em geral ou exclusivamente à personalidade de alguém e, por outro, como conjunto de diferentes instâncias textuais que implicam escolhas entre as possibilidades disponibilizadas pelo sistema linguístico.

Frente a esse cenário, ainda no início do século XX, os intelectuais do Círculo bakhtiniano, filiados a várias áreas do conhecimento, voltaram-se para discutir a linguagem por uma perspectiva mais abrangente, que superasse as duas vertentes teóricas até então vigentes. Bakhtin e seu Círculo pontuaram a limitação da linguística, pela forma abstrata com que lidava com a língua, desconsiderando sua dinamicidade, mas também o subjetivismo idealista, por ocupar-se apenas das especificidades individuais. A seu ver, ambas as correntes se mostravam insuficientes para o trato da linguagem.

Procuraram, então, superar os limites apontados nas duas vertentes, a saber, o pretensioso distanciamento teórico com que a linguística buscava descrever a língua, e o isolamento idealista, responsável por uma compreensão de língua atrelada à subjetividade. Ao

considerar a natureza social da linguagem, própria da comunicação humana, e as relações dialógicas inerentes a esse processo, voltaram o foco para a concretização da linguagem em enunciados, cujos limites se expandem para além das fronteiras do texto, inserindo-os na cadeia discursiva. E o estilo, especificamente, ainda que se trate de um tema ainda pouco explorado, guarda uma coerente relação com a perspectiva dialógica da linguagem desenvolvida no conjunto da produção de Bakhtin e seu Círculo.

A concepção de estilo que admitimos aqui, de base bakhtiniana, refere-se ao “conjunto de particularidades discursivas e textuais, que cria uma imagem do autor, que é o que denominamos efeito de individualidade” (FIORIN, 2016, p. 51). Cumpre notar que essa individualidade pode ser singular (estilo de Guimarães Rosa, que cria uma imagem de Rosa) ou coletiva (estilo do Parnasianismo, que cria a imagem do poeta parnasiano). Trata-se de um conjunto de procedimentos que peculiarizam um modo de acabamento dos enunciados, a partir de recursos como traços fônicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, enunciativos, discursivos etc., os quais criam o efeito de sentido de individualidade. Assumimos que há características que singularizam desde as coisas mais triviais até criações artísticas, configurando-se como recorrências do plano do conteúdo (reiteração de certos temas, por exemplo) ou da expressão (formas textuais), produzindo efeito de sentido de identidade (FIORIN, 2008).

Convém, contudo, esclarecer que esse efeito de individualidade não quer dizer que se está tratando de expressão de subjetividade. O estilo se define dialogicamente, isto é, na/pela relação com o(s) outro(s) estilos e na interação entre produção e interpretação, sendo, portanto, um fato controlado pela instância da enunciação, e não um fato da ordem da estrutura. Assim, em oposição aos traços melancólicos e escuros da segunda geração romântica, temos, por exemplo, a recorrência à altura e à imensidão da terceira geração. Mesmo se tomarmos as parcerias estabelecidas nas interações mais imediatas, é possível notar a imagem do interlocutor cooperando para forjar o acabamento dos enunciados, dado por um estilo. Dirigir-se a um amigo não é a mesma coisa que se dirigir a uma autoridade.

Queremos, ainda, acentuar dois pontos que consideramos importantes: i) tratar da concepção bakhtiniana de estilo significa, dentre outras coisas, compreender que os discursos verbais geralmente contemplados por Bakhtin e seu Círculo, a despeito de serem do domínio literário, constituem caminhos para que se estude também o discurso cotidiano, não literário, incluindo-se também aquilo que não é verbal; ii) o estilo tem sua dimensão dialógica constitutiva e, além desta, é possível verificar o diálogo mostrado entre estilos, a que temos chamado imitação de estilo de autor.

Imitar traços estilísticos, a nosso ver, constitui um processo bastante produtivo para que se alcance o efeito persuasivo e/ou o efeito jocoso, situações a que Genette (2010) denominou como pastiche (imitação em regime lúdico) e charge (imitação em regime satírico). Reafirmamos, quanto a isso, que o limiar entre essas categorias genettianas é sobremaneira frágil.

Também é preciso destacar que Genette (2010) não esclarece se concebe estilo como parâmetro de gênero ou com relação a autor. As duas possibilidades parecem possíveis, mas, dado o exemplo de que se vale, qual seja, *L'affaire Lemoine*, retomado e discutido por Piègay-Gros (2010), entendemos que se refira mais especificamente a estilo de autor. Trata-se de um texto de Proust, constituído por nove pastiches dedicados a diferentes autores. Por ele, inferimos que Genette pensava mais especificamente em estilo de autor. Cumpre notar também que as categorias de pastiche e charge são circunscritas ao domínio literário, ao passo que o que estamos defendendo não se restringe a um domínio particular, tampouco reivindica a retomada de um texto específico para que se assegure o estatuto intertextual, como parece sugerir o quadro genettiano.

Acreditamos que o caráter amplo desse tipo de imitação se deve ao fato de que, quase sempre, a tarefa de aferir traços caracterizadores de um dado estilo exige não apenas a retomada de um texto específico, mas a observação de recorrências marcantes, responsáveis por promover um reconhecimento do que se imita. Isso, a nosso ver, requer, em geral, o recurso a um conjunto de textos. Queremos dizer com isso que os aspectos imitados não se encontram em um texto específico. Desse modo, no diálogo intertextual, traços mínimos e essenciais são abstraídos e repetidos, de forma que um dado estilo se apresente reconhecível. Vejamos um exemplo:

(39)

Figura 32 –Fora-Temer



Fonte: Filosofando sem filtro (2016)²⁴

Figura 33 - Häagen-Dazs



Fonte: Häagen-Dazs (2011)²⁵

No exemplo acima, temos um caso veiculado em uma rede social da senadora e presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, em 2016, mais precisamente no período em que ecoava no país o coro contra o fato de Michel Temer ter assumido a presidência do país à revelia da vontade de grande parte da população. Aconteceu que, por força do *impeachment* que tirou a presidenta Dilma do governo, o então novo presidente do Brasil teve

²⁴ Imagem retirada do blog Filosofando sem Filtro de Carol Westphalen. Disponível em: <<http://filosofandosemfiltro.blogspot.com/2016/12/>> Acesso em: 15 de set. de 2017.

²⁵ Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:H%C3%A4agen-Dazs_Logo.svg> Acesso em: 15 de out. de 2018.

de ouvir, repetidas vezes, “Fora, Temer”. No *post*, apresentam-se repetidos os traços da fonte, as cores e os contornos, isto é, elementos imagéticos que caracterizam o estilo da logo de uma marca de sorvete. Ajuda a compor o recurso intertextual a legenda “Tá calor, né?”, que alude às notícias que deram conta de uma licitação para a compra de alimentos para abastecer o avião utilizado nas viagens presidenciais. Segundo veiculado pela mídia, o valor da compra seria de R\$ 1,75 milhão. Entre as exigências de Temer, estaria uma quantidade de 500 potinhos de sorvete da marca americana Häagen-Dazs.

No exemplo seguinte, vislumbramos a imitação de um estilo de escrita:

(40)

Figura 34 – Vou mangar mermo tando triste



Fonte: Sebosinho Lispector²⁶

Como indício mais saliente do processo imitativo, o pretenso autor do pensamento assina Sebosinho Lispector, ou seja, repete o sobrenome da escritora brasileira, notabilizada por seu estilo marcadamente introspectivo. A produção de Clarice volta o interesse para as questões existenciais mais profundas, lançando mão, para tanto, de recursos como o fluxo de consciência, o monólogo interior e a epifania. Seguindo essa trilha, o texto humorístico busca a repetição de

²⁶ Imagem retirada da rede social Deskgram de Sebosinho Lispector. Disponível em: <https://deskgram.net/p/1273627095191917356_3025958715> Acesso em: 20 de out. de 2018.

uma escrita marcada por tópico(s) de natureza intimista, de tom reflexivo. Notamos, quanto a isso, por exemplo, o emprego de itens como *triste, queda e persistente*. Sebosinho reflete sobre suas próprias características, assinalando sua resistência diante das adversidades da vida (“uma pessoa que se garante”). Esse monólogo interior favorece a construção da atmosfera introspectiva e, como é próprio de Clarice, imita-se também o artifício de reproduzir o pensamento da personagem (“sempre fui assim”), que se dirige a si mesmo. Acentua-se, portanto, o mergulho um mundo interior, a revelação de emoções particulares, devaneios, impressões etc.

Passemos agora à discussão da última categoria que compõe o bojo das intertextualidades amplas.

3.7 Alusão ampla

O fenômeno a que temos chamado de alusão ampla se refere à menção não a um texto específico, mas a um conjunto de textos, ou a uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura, manifestável por textos diversos. Opõe-se, evidentemente, à alusão estrita, uma vez que esta se refere à remissão indireta manifestada em modificações formais, no apelo a expressões referenciais ou, ainda, por mencionar título, personagens, nome de autor etc., aponta para uma relação imediata com texto(s) específico(s), ainda que por marcas menos explícitas. Vejamos um exemplo:

(41)

Figura 35 – É de verdade

Tem muita **“Black fraude”** por aí, mas no **Qconcursos...**

É DE VERDADE

45% OFF
PLANO PREMIUM ANUAL

Aqui não tem *fake news*. O desconto é de verdade.
Assine agora o plano Premium Anual com 45% de desconto. Você terá acesso ILIMITADO, e poderá estudar para todos os concursos por apenas 12X de R\$10,99.

Não marque bobeira e aproveite!

USE O CUPOM BFQC45

Condições: desconto válido apenas na aquisição do plano Premium Anual durante o período de 12 a 23 de novembro de 2018.

Fonte: QConcursos (2018)²⁷

O texto acima é uma publicidade de um curso preparatório para concursos. Circulou no mês de novembro de 2018, período em que se anunciam as promoções e descontos da Black Friday. Há, como vemos, uma menção às chamadas *fake News*. Em nosso entendimento, temos configurada a alusão às inúmeras notícias falsas que marcaram o processo eleitoral pela presidência do Brasil em 2018. Protagonizaram a disputa pelo cargo mais importante do país os candidatos Jair Bolsonaro e o representante de Lula, Fernando Haddad. Muito se discutiu acerca da influência das informações veiculadas na mídia sobre o resultado das urnas. Só para citar um exemplo, noticiou-se uma fraude em urnas eletrônicas, a fim de beneficiar o petista. Muitos *sites* de notícias chegaram a dar conta de que, somente pelas redes sociais, cerca de 16 milhões de pessoas tiveram acesso a essas informações nas primeiras 48h após o primeiro turno. No anúncio que apresentamos, retoma-se a discussão a respeito de notícias falsas para afirmar que aquela propaganda se refere a uma verdade.

²⁷ Disponível em: < <https://www.pelando.com.br/ofertas/qconcursos-45-off-no-plano-anual-resolucao-de-questoes-concursos-publicos-267153> > Acesso em: 18 de nov. de 2018.

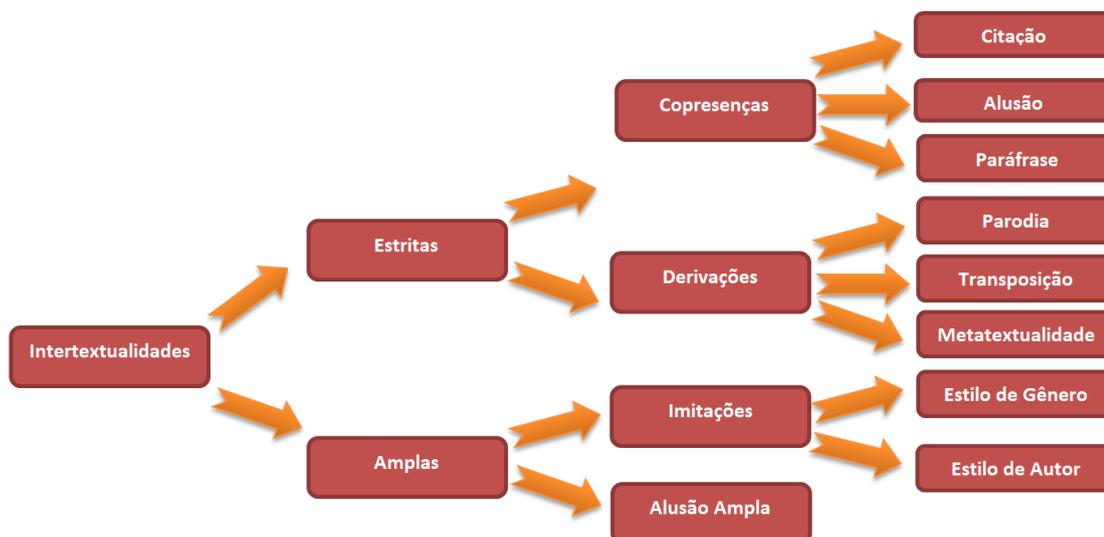
Reconhecemos que, dada a impossibilidade de recuperar elementos que apontem para textos determinados, ocorrências como a que apresentamos não têm estatuto intertextual admitido nos estudos desenvolvidos até então. É possível mesmo que o que estamos pleiteando aqui nem seja reconhecido como caso de intertextualidade por muitos. De fato, não nos escapa que a alusão ampla se situa no limiar entre as intertextualidades e outras noções que assumimos como constitutivas da linguagem. É, na verdade, mais comum que sejam tratados apenas como casos de apelo à memória discursiva de que nos fala Pêcheux (1999), uma espécie de repositório coletivo do qual uma dada cultura dispõe.

A propósito dessa borda de fronteira, convém esclarecer nossa compreensão de memória discursiva como um espaço de memória que é condição para o funcionamento dos discursos que constituem o corpo sócio-histórico e cultural formado por acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, bem como por uma interdiscursividade. Além disso, não descuidamos do fato de que tudo o que conhecemos vem a nós por meio de um conjunto de textos que refletem essa memória coletiva.

Reconhecemos, outrossim, que o estatuto intertextual depende do aparato sociocognitivo, construído pela relação indissociável entre o conhecer e as experiências culturais. Mas nossa perspectiva é que há casos – como os que apresentamos – que, por retomarem fatos pontuais e/ou eventos marcantes e amplamente difundidos, marcam cotextualmente (pela repetição de objetos de discurso, de (sub)tópico(s), de traços peritextuais, de aspectos composicionais, de traços representacionais ou simbólicos etc.) essa remissão difusa, deixando indiciado o diálogo entre textos diversos. Frente a isso, não nos parece adequado que, por incipiência teórica, deixemos descobertas um quantidade significativa de textos em que há, embora não consensual, o reconhecimento de uma diálogo intertextual.

O que temos defendido até aqui, isto é, a proposta de reagrupamento dos (sub)tipos de intertextualidades, que tomamos como estritas e amplas. Organizamos, a partir das discussões desenvolvidas até aqui, a figura que segue:

Figura 36 – Classificação das intertextualidades estritas e amplas



Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Esse instrumento, de caráter classificatório, é fruto de nossa busca por uma reorganização das categorias de relações intertextuais, a partir do quadro pioneiro de Genette (2010). O organograma reflete a tentativa de considerar o fenômeno da intertextualidade em suas mais distintas manifestações, inclusive em textos multissemióticos, respeitando a tendência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Linguística Textual. Sobremos o critério formal sem, contudo, descuidar do fato de que não é possível forjar categorias desconsiderando o aspecto funcional que atravessa o fenômeno intertextual e, por vezes, é responsável pela demarcação de limites, como se dá, por exemplo, na metatextualidade.

No capítulo seguinte, trataremos mais detidamente das categorias que compõem o bojo das intertextualidades amplas. Em nossa perspectiva, a concepção mais alargada do fenômeno intertextual que estamos pleiteando aqui como ampliação teórica nos impõe o esforço de demonstrar, ainda que de modo apenas preliminar, o modo de processamento das categorias. É a essa tarefa que nos voltaremos a partir deste ponto, por acreditamos que os (sub)tipos mais pontuais de intertextualidades estritas já se apresentam teórica e analiticamente evidenciados.

4 AS TRILHAS DAS INTERTEXTUALIDADES AMPLAS

Conforme afirmamos, entendemos intertextualidade como fenômenos textual-discursivo pontual, em geral planejado e sempre indiciado, a partir do qual se (re)constróem sentidos. Trata-se de um recurso que, embora não essencial, confere criatividade à textualização.

Ocorre que, tradicionalmente, têm sido reconhecidos como intertextuais apenas os casos em que é possível recuperar, com precisão, o texto-fonte convocado. Não podemos, entretanto, ignorar inúmeras situações que, embora não estejam descritas e categorizadas pelos estudos e teorias, são reconhecidas como intertextuais por muitos. A fim, pois, de tentar dar conta de cercar ao máximo as intertextualidades, temos proposto o alargamento da visão já cristalizada acerca desse fenômeno. Nessa perspectiva, pleiteamos a admissão do estatuto intertextual também nas ocorrências em que o diálogo se dá não entre textos específicos, mas entre um texto e um conjunto de textos. Acreditamos que mesmo as relações mais difusas, de caráter mais amplo, apresentam-se (mais ou menos) indicadas, já que, a nosso ver, a intertextualidade se funda no mecanismo de repetição.

Buscaremos, então, neste capítulo, discretizar e comentar, com mais vagar, alguns traços que poderiam comprovar - senão apenas apontar que essa comprovação é possível - o caráter intertextual que vislumbramos para as imitações de gênero e de estilo, bem como para a alusão ampla.

4.1 Imitação de gênero

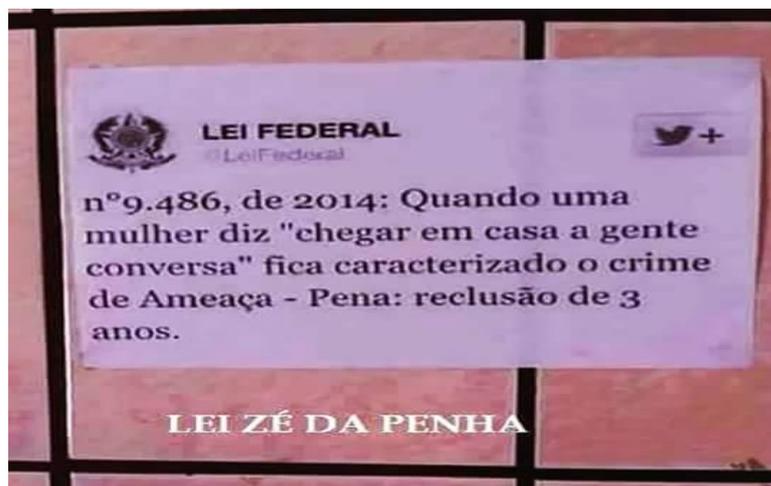
Para o cotejo de repetições, isto é, de elementos indiciadores dos diversos diálogos intertextuais, recorreremos a algumas das postulações de Miranda (2010). Como vimos, a autora construiu um inventário de marcas para analisar o modo de processamento textual do diálogo entre parâmetros de gêneros.

Conforme a proposta, já apresentada no capítulo 1, as evidências materiais do fenômeno a que chamamos imitação de gênero podem ser autorreferenciais (“etiquetas” peritextuais que indicam uma inscrição de gênero) ou inferenciais, isto é, por vias indiretas (temáticas, enunciativas, composicionais, estratégico-intencionais, disposicionais /de aspecto material e interativos), a partir das quais é possível alcançar as configurações de gênero.

Defendemos que os elementos apreensíveis no fio da materialidade ajudam a atestar o caráter intertextual amplo que temos pleiteado para o processo de imitação de gênero. Vejamos:

(42)

Figura 37 – Lei Zé da Penha



Fonte: Cantinho da Rose (2015)²⁸

No texto de humor, há elementos temáticos, composicionais e disposicionais que nos ajudam a compreender a mobilização de parâmetros de um texto de lei. Podemos apontar, por exemplo, os mecanismos de progressão temática (caracterização de um crime, estabelecimento de pena), o léxico (ameaça, crime, pena, reclusão) e as expressões ritualizadas (“fica caracterizado crime”) se apresentando como marcas que indiciam a imitação de gênero. Há, obviamente, possibilidades de temas que podem ser mobilizados para uma lei – a configuração de um crime, no caso - bem como o cumprimento de um modo previsto para a estruturação do conteúdo temático. Temos, ainda, a numeração, a descrição da situação que configura o crime, além do modo de organização do texto, o qual evoca uma mancha gráfica de como um texto de lei se apresenta geralmente.

Já no texto que segue, observamos como a estruturação enunciativa, atrelada a aspectos composicionais, pode colaborar para o indiciamento do processo imitativo de gênero:

(43)

²⁸ Imagem retirada do blog Cantinho da Rose Disponível em: <<https://cantinhodarose.wordpress.com/2015/05/06/lei-ze-da-penha/>> Acesso em 22 de out. de 2016.

gênero parametriza, por exemplo, a inscrição da subjetividade (temos o *eu* e *tu*, marcado pela presença do vocativo) e, ao mesmo tempo, as características e os valores particulares dessa inscrição. Temos o *eu* que se afirma *um bom menino* pelas razões que elenca, de modo que se avalia apto a receber todos os presentes que solicita. Ainda na perspectiva enunciativa, também é possível verificar a ancoragem dêitica de tempo (período natalino), figurando como parâmetro que marca a mobilização do gênero de natureza epistolar.

Do ponto de vista composicional, podemos observar características composicionais (como a presença do vocativo e corpo do texto), temáticas (o léxico, as expressões referenciais) e funcionais (como a solicitação de algo para o seu interlocutor), que normalmente configuram um gênero epistolar, dialogando com os modos de circulação e elementos composicionais próprios de gêneros publicitários (como a logomarca e o slogan da loja). Essas marcas sinalizam uma série de informações que orientam inferências e expectativas do leitor em relação ao texto. Na mesma perspectiva, podemos também mencionar traços mais locais, como a estrutura frásica, a saber, combinações fixas de palavras e construções sintáticas (*sou um bom menino*, por exemplo). Trata-se de manifestações coesivas que se fixam num dado tempo como tradições textuais.

Importa, ainda, considerar outras marcas superestruturais que se apresentam como parâmetros de gêneros, tais como o modo como as seções são localizadas relativamente à totalidade do espaço (na escrita) ou do tempo (na oralidade) de um texto. A propósito disso, podemos mencionar a organização disposicional estabilizada e, portanto, facilmente reconhecível no gênero epistolar. Miranda (2010) menciona, quanto a isso, a mancha gráfica, que diz respeito, nos gêneros escritos, ao modo como geralmente se organizam as seções de um texto. Essa ‘mancha’ é a primeira imagem que o texto nos oferece de si próprio e é, por isso, conforme a autora, o primeiro passo no processo de leitura.

Sob esse prisma, considera-se também o aspecto material, responsável por recobrir o modo de apresentação física de um texto, seja qual for o seu suporte de circulação. Ainda no exemplo da publicidade que estamos analisando, temos a imagem que nos remete à maneira como costumeiramente se configura o gênero carta pessoal, embora se saiba que não se trata de uma, já que o percurso de produção, recepção e de circulação, bem como a função social desse gênero (escrita > envio para o destinatário > recebimento da carta e leitura pelo destinatário > possível resposta), de fato, não se identifica com o da carta, mas, sim, com o do anúncio.

Feitas essas ponderações e sem a pretensão de esgotar as análises ou fechar questão acerca de quais elementos podem funcionar como evidências intertextuais, acreditamos que as

pistas elencadas nos exemplos já sinalizam o caminho para o reconhecimento dos diálogos intergenéricos. A seguir, trataremos dos casos em que a imitação incide sobre o estilo de autor.

4.2 Imitação de estilo

Antes de nos voltarmos ao pinçamento de evidências do processo imitativo nesta categoria, importa estabelecer o que assumimos como diferença entre o estilo de autor e o estilo como parâmetro de gênero. Este último se refere a uma seleção de meios linguísticos. Trata-se da mobilização - dada pela imagem do interlocutor e de um vislumbre de compreensão responsiva ativa do enunciado - de determinados elementos lexicais, fraseológicos e gramaticais que, em alguma medida, se estabilizam como parâmetro de um gênero (FIORIN, 2016). Já o que tomamos como estilo de autor se refere às particularidades discursivas e textuais que criam uma imagem do autor, o efeito de individualidade. Reiteramos que essa individualidade pode ser singular (estilo de Guimarães Rosa, que cria uma imagem de Rosa) ou coletiva (estilo do Parnasianismo, que cria a imagem do poeta parnasiano).

Cabe, ainda, reafirmarmos as dificuldades em perscrutar as trilhas das intertextualidades amplas em busca de evidências que as comprovem. E, em se tratando de estilo, o terreno nos parece ainda mais árido. Seguiremos, então, recorrendo aos aspectos micro inventariados por Miranda (2010). Segue um exemplo:

(44)

Figura 39 – Suricate Repórter



Fonte: Suricate Seboso (2016)³⁰

O texto apresentado é da página de humor Suricate Seboso, criada em 2012, para veicular *posts* que retratam o cotidiano dos nordestinos. Os tópicos abordados, em geral, referem-se à infância e às relações sociais, sobretudo as familiares. Neste caso, em particular, temos retomada a cena de abertura do programa Globo Repórter, transmitido há muitos anos pela rede Globo. Observamos que aspectos verbais e imagéticos orquestram o recurso intertextual, mobilizado, neste caso, para satirizar e fazer piada. Do ponto de vista imagético, o estilo do programa aparece evocado por elementos como o Suricate, de terno e gravata, com um microfone na lapela, como o próprio apresentador, Sérgio Chapelin, e o próprio cenário.

Composicionalmente, podemos apontar as inúmeras indagações na chamada do programa original, a fim de despertar a curiosidade do público, e se configuram como marca que singulariza a atração. Temos, além disso, a repetição do dia da semana em que o programa sempre foi ao ar, bem como do próprio nome Repórter. Podemos mesmo sugerir que, por influência de todos esses apelos, os elementos sonoros, como a música e a voz do apresentador, se presentificam na memória leitor.

³⁰ Disponível em: <<https://me.me/i/no-suricate-reporter-dessa-sexta-vamos-falar-sobre-os-pidao-2067448>>
Acesso em: 17 de jul. de 2016.

A seguir, mais um exemplo de como elementos composicionais, temáticos e posicionais atuam como indícios de imitação de estilo:

(45)

Figura 40 – Tititi



Fonte: Suricate Seboso (2017)³¹

³¹ Disponível em: <<https://me.me/i/toin-bota-u-seu-untoina-somm-alto-e-aumenta-o-1852016>> Acesso em: 18 de out. de 2018.

Figura 41 – Tititi 2



Fonte: Revista Tititi (2017)³²

Notamos acima, em mais um *post* da página humorística do Suricate Seboso, temos a imitação do estilo da *Tititi*, revista semanal lançada em 1998, cuja linha editorial se volta para o universo da televisão, com destaque para as telenovelas e a vida pessoal das celebridades. O diálogo intertextual é sobremodo indiciado, como já mencionamos, por inúmeros mecanismos semióticos não verbais. Podemos notar elementos materiais/disposicionais que dão conta do modo como as seções do plano de texto, já retomado por nossa memória, são localizadas relativamente à totalidade do espaço.

A propósito disso, podemos mencionar a organização disposicional das manchetes, bem como a forma e a composição dos signos tipográficos e a variação cromática que, no exemplo, se apresentam como mecanismos que colaboram para o reconhecimento do estilo retomado. Tem-se, aqui, a disposição de todas as seções do plano de texto, isto é, a ‘mancha gráfica’ (MIRANDA, 2010) funcionando como a primeira pista que o texto nos oferece de si próprio. Há, também, elementos temáticos (tópicos abordados, tais como brigas, relacionamentos amorosos) e composicionais (estrutura frásica das manchetes) que apontam para a imitação do estilo da revista.

³² Disponível em: < <https://www.elkioskero.com/Collections/conteudo/13800797> > Acesso em: 18 de out.de 2018.

Passando, agora, a outras situações, convém mencionar que, a nosso ver, os casos não cumprem propósitos humorísticos talvez sejam os mais difíceis de demarcar, salvo quando a convocação do estilo de outrem funciona para validar determinados procedimentos criativos, conferir valor estético ou homenagear. Esta última situação é abertamente declarada pelo próprio autor moçambicano.

Para demonstrar o que estamos afirmando, podemos observar as afinidades e interseções estilísticas entre os contos *A terceira margem do rio* - do livro *Primeiras estórias*, de Guimarães Rosa, publicado em 1962 - e *Nas águas do tempo*, narrativa que abre *Estórias abensonhadas*, de Mia Couto, publicado em 1994, logo depois do fim da guerra civil em Moçambique. Há características que reforçam a hipótese de que Mia Couto escreveu sua história a partir da leitura que fez de “A terceira margem do rio”, numa espécie de homenagem ao escritor brasileiro. Martin (2010) afirma que os elementos a partir dos quais se estruturam os dois contos, ambos narrados em primeira pessoa – por um filho e por um neto –, constituem indícios do diálogo entre os estilos.

Verifica-se convergência no modo de criação da linguagem literária, a qual pode ser justificada, se consideradas as realidades sociais e culturais que a obra dos dois autores se propõe a ficcionalizar. O sertão mineiro, como a nação moçambicana, representados na literatura de Rosa e Couto, respectivamente, funcionam como o estofado da criação linguística de ambos os autores. No caso do escritor brasileiro, aspectos da tradição oral sertaneja delineiam o texto escrito. Na obra do moçambicano, por sua vez, dados constitutivos da lógica da oralidade, especialmente daquela vinculada às línguas changana e ronga, também dão tom à linguagem, conferindo-lhe expressividade.

Para apontarmos mais alguns aspectos que atestam as pontes entre Rosa e Couto, cumpre notar que as realidades regionais (re)criadas por esses autores trazem também marcas da cidade e, por isso, apresentam uma mistura entre visões de mundo que, embora distintas, interagem. Essas duas visões de mundo marcam temporalidades distintas e se encontram em profunda tensão, tanto na obra de Guimarães Rosa, como na de Mia Couto. É exatamente essa tensão entre duas ordens que marca a produção de uma linguagem misturada, poética, proverbial, carregada de neologismos, ditos populares, termos eruditos e inversões frasais com que ambos os escritores contam as suas histórias, conforme nos aponta Martin (2010).

A análise dos casos processamento intertextual amplo por imitação, até aqui, fez confirmar o que temos sustentado: um indiciamento dado pela repetição de objetos de discurso, de (sub)tópico(s), de traços peritextuais, de aspectos composicionais e disposicionais, além de

traços representacionais ou simbólicos. Passaremos, por sim, a descrever alguns casos que consideramos prototípicos da categoria a que chamamos alusão ampla.

4.3 Alusão ampla

Definimos como alusões amplas as ocorrências em que se verifica referência difusa a fatos, conteúdos ou situações que, embora não apontem para um texto específico, estabelecem uma relação ainda tangível entre um texto e diversos outros. Trata-se, como mencionamos, de situação-limite entre a intertextualidade – admitida como recurso pontual de textualização - e os fenômenos constitutivos da língua(gem), tais como o dialogismo, a interdiscursividade ou as heterogeneidades.

Em outros termos, podemos dizer que, quanto mais evidências, mais próximos estaremos das intertextualidades e quanto mais difusas ou inapreensíveis as marcas do diálogo entre textos específicos ou entre um texto e um conjunto de textos, mais nos aproximamos de outras noções, incluindo a de memória discursiva. Para demonstrar, vejamos o exemplo que segue:

(46)

Figura 42 – A verdade é que



Fonte: Superquesada (2014)³³

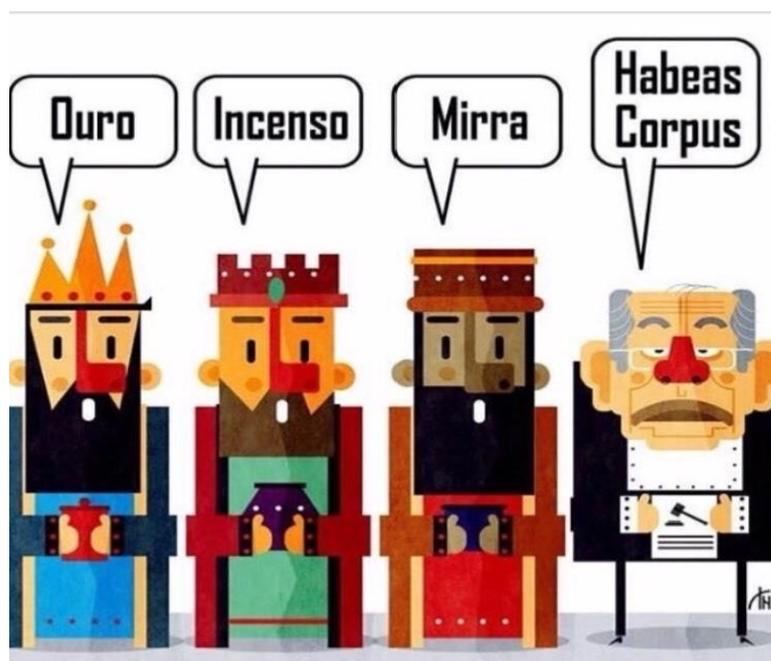
³³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yL49mJmX4s> Acesso em: 5 de fev. de 2017.

No *post*, temos evidenciada a relação evidenciada uma resposta católica à acusação das igrejas Protestantes contra a adoração a outro nome que não seja o de Deus. O texto católico responde ao discurso evangélico sem, entretanto, indiciar uma relação intertextual ao menos ampla. A nosso ver, essa ocorrência não poderia ser classificada como intertextual por falta de elementos a partir dos quais seja possível recuperar outro(s) texto(s), de modo a assegurar uma relação de alusão, ainda que ampla. Nesse caso, estamos diante de fenômenos constitutivos da linguagem, como, por exemplo, o dialogismo e a interdiscursividade e não do fenômeno pontual da intertextualidade.

Já no caso que segue, temos um texto no qual se alude ao relato da Bíblia sobre o nascimento de Jesus e a visita dos Reis Magos.

(47)

Figura 43 – Habeas Corpus



Fonte: GGN (2016)³⁴

Conforme a narrativa bíblica, os Magos do Oriente ofereceram presentes preciosos ao menino. Na imagem, ao lado dos reis e seus presentes, a saber, ouro, incenso e mirra, vemos o ministro do STF, Gilmar Mendes, também com o que dispõe para presentear, o que nos faz

³⁴ Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/fora-de-pauta-1556/>> Acesso em: 18 de mai. de 2017.

retomar as inúmeras críticas à atuação do ministro, sobretudo pelo fato de ele conceder *habeas corpus* a inúmeros políticos envolvidos em importantes investigações de corrupção.

Gilmar Mendes faz campanha aberta ao que considera “excesso de prisões desnecessárias durante as investigações”. Por suas ações, tem se envolvido em sucessivas polêmicas, especialmente com réus da operação mais importante no país e sido constantemente atacado pela mídia e por inúmeros protestos. O recurso intertextual aponta para o fato de que, assim como os Reis Magos ofereceram presentes ao menino adorado, Gilmar oferece aos seus um bem precioso e estimado: a liberdade. Há, no texto, um diálogo intertextual estrito com a narrativa bíblica, a saber, alusão aos presentes, e outro mais difuso com os inumeráveis textos que veiculam críticas às ações do ministro em bajular políticos envolvidos em processos.

Na alusão ampla, tem-se, como mencionamos, uma referência difusa a fatos, conteúdos ou situações que, embora não retomem texto(s) específico(s), estabelecem uma relação ainda tangível entre um texto e diversos outros. No caso acima, os indícios a partir dos quais (re)construímos o diálogo intertextual são a redundância de (sub)tópico(s) discursivo(s) – presentes especiais - bem como as expressões referenciais que marcam essa redundância (*ouro, incenso, mirra e habeas corpus*), associadas às figuras que representam as personagens.

A seguir, ilustramos com outra uma ocorrência que evidencia outras marcas que, conforme defendemos, atestam aquilo que estamos sustentando acerca do estatuto intertextual da alusão ampla:

(48)

Figura 44 – Gol



Fonte: Almap BBDO (2016)³⁵

³⁵ Imagem retirada do blog Blog do Adonis. Disponível em: <<http://www.blogdoadonis.com.br/2016/12/09/conar-aceita-comparacao-com-reparo/>> Acesso em 10 de jul. de 2017.

O anúncio é construído a partir da modalidade verbal e de elementos visuais. Essa relação faz emergir objetos de discurso, tais como “companhias aéreas” (cores características) e “proximidade dos assentos” (números das poltronas entrelaçados de um lado e espaçados do outro). A nosso ver, o texto alude amplamente ao fato de que, em geral, os assentos nos aviões de uma das empresas são bem próximos, o que causa desconforto aos passageiros. E, como é possível inferir pelas cores representativas, além do conhecimento de mundo, o anúncio da GOL desafia sua concorrente direta, a LATAM. A (re)produção de sentidos se dá por meio dos estímulos visuais provenientes de representações gráficas. E, se acionarmos nosso conhecimento sociocultural e mobilizarmos conhecimentos específicos acerca de viagens em aeronaves de ambas as companhias, será possível (re)construir a ligação intertextual.

Reconhecemos que não há retomada a um texto específico, tampouco o apoio de uma situação estrita (como se deu no exemplo anterior) para ancorar a compreensão. Ainda assim, temos, a nosso ver, elementos cotextuais bastantes para sustentar a menção difusa estabelecida a inúmeros textos. Citamos, quanto a isso, não só as cores representativas, os traços e formas que criam uma relação de confronto entre as duas empresas, mas também os registros de reclamações contra a disposição espacial dos assentos nos aviões, os quais devem ter sido contemplados para que esse anúncio fosse planejado.

Retomaremos, a seguir, alguns exemplos apresentados por Brito, Falcão e Santos (2017), que reconhecem o caráter intertextual das ocorrências a que chamamos alusão ampla:

(49a)

Figura 45 – Malas de dinheiro



Fonte: Veja (2017)³⁶

³⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/para-onde-vao-os-r-51-milhoes-de-geddel/> Acesso em: 15 de jun. de 2018.

(49b)

Figura 46 – Mas do Geddel

Fonte: *Post* recebido por *Whatsapp*.

(49c)

Figura 47– Mala de dinheiro

Fonte: *Post* recebido por *Whatsapp*.

(49d)

Figura 48 – Mala de professor



Fonte: *Post* recebido por *Whatsapp*.

A primeira imagem retrata a apreensão feita pela Polícia Federal, no apartamento de Geddel Vieira Lima, ex-ministro do Governo de Michel Temer e seu amigo pessoal, de algumas malas de dinheiro. O *post* seguinte alude à notícia da operação policial e recategoriza como *nécessaire* a mala de dinheiro encontrada em posse de Rocha Loures, outro amigo pessoal do atual presidente do Brasil. O ex-deputado Rocha Loures foi flagrado, ao deixar um restaurante em São Paulo, levando uma mala de R\$ 500 mil, que lhe foi entregue pelo então executivo da JBS Ricardo Saud. O Ministério Público Federal confirmou a denúncia apresentada pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, atribuindo a Michel Temer e a Rodrigo Rocha Loures o crime de corrupção passiva no caso da entrega da mala de R\$ 500 mil do Grupo J&F ao ex-assessor do presidente.

A última imagem alude a esses fatos amplamente divulgados pela mídia. Tem-se uma mala supostamente encontrada na casa de um professor com uma cédula de dois reais, a fim de satirizar o fato de que, enquanto os políticos se apropriam de milhões do povo, o profissional de educação vive em difícil situação financeira no país. Novamente temos demonstrada a redundância de (sub)tópico(s), além de imagens representacionais, isto é, que se referem ao que visualizamos a partir de experiências, indiciando o diálogo intertextual difuso. As alusões apontam, no fio do texto, para uma exterioridade e assinalam o apelo a outros textos. Essa “falta” indiciada, nos exemplos tanto pelas imagens como por elementos verbais, nos aponta o estatuto intertextual que defendemos.

A seguir, outra ocorrência em que fica evidente o apelo intertextual à memória de um conjunto de textos.

(50)

Figura 49 – Vou te pegar

Fonte: Imagemwhats (2017)³⁷

Esse *post* circulou nas redes sociais em janeiro de 2017, logo após o “acidente” no qual faleceu o relator da Lava Jato no STF, Teori Zavaski, após a queda de seu avião em Paraty. Nele, aparecem, da direita para a esquerda: Henrique Meirelles, ministro da Fazenda do governo Temer; Renan Calheiros, presidente do Senado; Michel Temer, presidente do Brasil, e Romero Jucá, líder do governo no Senado. A parte verbal constitui um caso de intertextualidade estrita, a saber, uma citação de um trecho da música *Olha a onda*, do grupo Tchakabum.

Além dos processos regulares, o ministro estava lidando com mais de 50 inquéritos e ações penais da Lava Jato, dentre os quais o mais importante no momento era a delação premiada de 77 executivos da Odebrecht. O ato que reconhece oficialmente a validade jurídica dos acordos estava previsto para o início de fevereiro, mas havia a intenção de antecipá-lo para o final de janeiro, para que, assim, a Procuradoria Geral da República pudesse iniciar novas investigações com base nos depoimentos. Merece destaque também uma importante decisão do ministro: no final de 2015, convocou uma sessão extraordinária na Segunda Turma (responsável pela Lava Jato) para confirmar uma ordem de prisão do então senador Delcídio do Amaral e do dono do banco BTG, André Esteves, na mesma época em que foram divulgadas gravações com

³⁷ Imagem retirada do site ImagemWhats. Disponível em: <<https://www.imagemwhats.com.br/vou-te-pegar-essa-e-a-galera-do-aviao/>> Acesso em: 18 de mai. de 2017.

indícios de que ambos pretendiam comprar o silêncio do ex-diretor da Petrobrás, Nestor Cerveró.

Outra decisão marcante do ministro foi votar a favor da prisão de condenados em segunda instância. Como relator, obteve a adesão de outros 6 ministros da Corte. Por força dessa medida, a classe política reagiu. O presidente do Senado e também investigado na Lava Jato, Renan Calheiros, atacou a mudança de jurisprudência e afirmou que o Congresso precisava aprovar uma lei para restabelecer as prisões somente após o trânsito em julgado. Essa fala foi interpretada por procuradores da República como uma tentativa de atrapalhar as investigações do caso. A irritação de Renan Calheiros se justificava, em parte, pelo fato de que a revisão da regra de execução das prisões encorajou as delações premiadas, na medida em que, temendo prisão rápida, os investigados acabariam fechando acordos em troca de abrandamento da pena.

Com a morte do ministro relator, os processos relacionados à Operação Lava Jato poderiam ficar sob a relatoria de um novo ministro nomeado pelo presidente Michel Temer ou ser redistribuídos pela presidente do STF para algum outro magistrado. Vale lembrar que cabe ao relator analisar denúncias, recursos e delações premiadas no âmbito da operação.

Feitas essas considerações, é possível inferir que o recurso intertextual estrito, qual seja, a repetição do trecho “vou te pegar/essa é a galera do avião” funciona argumentativamente como sugestão de que a morte do ministro não teria sido acidental, mas uma retaliação de um grupo político (o da imagem, no caso) que, de alguma forma, seria beneficiado por seu afastamento definitivo do STF. Ao mesmo tempo, essa citação pode funcionar como uma ameaça a qualquer um que se coloque como inimigo do grupo político que governa o país.

Pela redundância de (sub)tópico(s) manifestada lexicalmente no item “avião”, também podemos apontar para outra morte, igualmente por acidente aéreo, ocorrida em condições pouco claras, a do então candidato à presidência da República, Eduardo Campos. Aliada à citação, a imagem do grupo de políticos que provavelmente mais se beneficiariam com o desaparecimento do ministro colabora para o apontamento a textos cuja temática se refere ao possível assassinato de Teori.

Frente às análises, temos, a nosso ver, marcas suficientes para, ao menos, abrir a discussão acerca do seu caráter intertextual dos casos aqui apresentados. A nosso ver, são inúmeros e significativos demais os casos que poderiam ser categorizados sob o rótulo de alusão ampla.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a redação desta tese, utilizei a primeira do plural, não para seguir recomendações da escrita acadêmica, mas pelo reconhecimento de que eu jamais poderia tê-la desenvolvido sem a ajuda da minha orientadora e dos meus amigos. Neste espaço, porém, escrevo em primeira pessoa, para manifestar cotextualmente minha subjetividade.

Meus primeiros (e também os mais recentes) comentários sobre as intertextualidades foram marcados pelo medo e se voltaram propriamente às dificuldades da teoria. Hoje, reconhecendo o componente patêmico que perpassa(va) minhas falas, produzo estas considerações finais com o objetivo de sugerir um outro olhar (totalmente simpático) sobre os diálogos intertextuais.

Priorizei, neste estudo, uma discussão teórica do fenômeno intertextual, não para reduzi-lo a mais um quadro categorial, mas para redefini-lo por meio de um reexame profundo e criterioso, bem como fazê-lo recobrir textos filiados a gêneros e domínios diversos. A opção metodológica de conciliar, simultaneamente, a (re)definição de aspectos teóricos à aventura analítica dos textos, tentou: i) evidenciar a pertinência imediata das postulações apresentadas e ii) contornar o habitual afastamento entre as seções de um texto acadêmico de longo fôlego de que tanto me queixo. Mas, acima de tudo, revelou a forte influência que recebi do trabalho de Nobre (2014), meu companheiro ao longo dos últimos anos, embora dele me afaste tanto.

Assumi, dentre outras coisas, que não é possível forjar um quadro categorial recorrendo somente ao critério formal. Prova disso é que categorias como a paródia e a metatextualidade se definem por seu caráter funcional, como busquei demonstrar. Defendi, ainda, que os recursos intertextuais podem ser mobilizados para diversas funções textual-discursivas, embora não tenha investido em explorá-las mais detidamente.

Retomo, neste ponto, a primeira pessoa do plural porque considero oportuno reiterar o que considero realizado nesta tese: uma proposta de redimensionamento das categorias definidas por Genette (2010), para dar conta de descrever, sob a ótica da Linguística Textual, o instigante e amplamente (re)visitado fenômeno das intertextualidades. Convém acentuar que, muito mais que aplicar ou adaptar os quadros e teorias já existentes a textos de domínios diversos que não apenas o literário, buscamos refletir sobre o modo como cada categoria se estabeleceu e, a partir dessas reflexões, estabelecer uma (re)classificação das ocorrências intertextuais, inclusive daquelas cujo estatuto tem sido negado.

Interessou-nos, sobretudo, tornar o conceito e as categorias operacionalizáveis e com menos sobreposições. Sugerimos aqui categorias que, conforme acreditamos, dão conta da

ampla variedade de textos, incluindo os multissemióticos, e das relações difusas que se apresentam nas alusões amplas que, embora reconhecidas popularmente como intertextuais, ainda não se encontravam descritas no aparato teórico da LT.

Reiteramos que os trabalhos pioneiros em torno do tema consideraram especialmente as relações entre textos verbais, mais precisamente os literários verbais. Nosso interesse, entretanto, foi estender o olhar para gêneros e domínios variados. Para tanto, partimos da proposta de Genette ([1982]2010), responsável pelo mais completo esboço das relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos. Consideramos, ainda, outros importantes estudos, como o de Piégay-Gros (2010) e o de Nobre (2014). Mencionamos, especialmente, o trabalho de Miranda (2010), no qual nos fundamentamos para a descrição do processamento das intertextualidades amplas.

Esperamos que este trabalho consiga esboçar, ainda que minimamente, o potencial dos recursos intertextuais, a tão caros à compreensão de outros importantes temas, tais como a argumentação, só para citar um exemplo.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: des éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: DRLAV. **Paris**: Université de Paris VIII – Vincennes, 1982, n. 26, p. 53-61.
- AUTHIER-REVUZ, J. [1992] **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. Nos riscos da alusão. **Revista Investigações**, v. 20, n. 2, 2007.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 2011.
- BAKHTIN, M. [1929] **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec [1929] 2009.
- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BONHOMME, M. Formes et fonctions de la parodie publicitaire. In: MARILLAUD, P.; GAUTHIER, R. (org.). **L'intertextualité**. Toulouse, Université de Toulouse-Le Mirail, 2004. p. 7-16.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1999.
- BRAIT, B. O texto nas reflexões de Bakhtin e do Círculo. In: BATISTA, R. de O. (org.). **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola, 2016. p. 84-101.
- BRITO, M. A. P.; FALCÃO, M. D. S.; SANTOS, J. E. S. Apelo a um exterior: as alusões como estratégias argumentativas. **Revista de Letras**, v. 36, 2017, p. 23-35.
- CAVALCANTE, M. M. Referenciação e intertextualidade. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 2006, João Pessoa. XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos. **Anais**. João Pessoa: Gelne, 2006, v. 1, p. 2250-2260.
- CAVALCANTE, M. M. Intertextualidade: um diálogo entre texto e discurso. In: VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros, 2008, Pau dos Ferros. **Anais da VI SELLP**: Tendências e abordagens em linguística, Literatura e Ensino. Pau dos Ferros: UERN, 2008^a, v. 1, p. 01-08.
- CAVALCANTE, M. M. Intertextualidade: critérios classificatórios. **Resumos EnMEL**, Teresina, 2008b. v. 1.
- CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v.12, n.2, 2010. p. 56-71.

- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. Intertextualidades, heterogeneidades e referenciação. **Linha d'Água**, n. 24, v.2, 2011, p. 259-276.
- CAVALCANTE, M. M. Intertextualidade e psicanálise. **Calidoscópico**. v. 10, n. 3, 2012, p. 310-320.
- CAVALCANTE, M. M.; NOBRE, K. C.; LIMA-NETO, V. A intergenericidade como recurso humorístico. **Calidoscópico**, v. 9, n. 3, p. 180-187, set/dez 2011.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CAVALCANTE, M. M.; NOBRE, K. C.; BRITO, M. A. P. Intertextualidade como recurso humorístico em desenhos animados. In: CARMELINO, A. C.; RAMOS, P. **Gêneros humorísticos em análise**. Campinas: Mercado de Letras, 2018.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Disponível em: www.patrick-charaudeau.com/uma-analise-semiolinguistica-do.html. Acesso em: 08 jan. 2016.
- CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogênero da referenciação**. 330 f. 2011. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- DANTAS, Y. **Simulacros enunciativos e efeitos de blindagem no discurso humorístico**. 2018. 121f. Tese (Doutorado em linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2018.
- FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.
- FARIA, M. da G. dos S. **Relações intertextuais de copresença e de derivação em textos verbo-visuais: por uma abordagem didática**. /Projeto de tese. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.
- FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.
- FIORIN, J. L. **Em busca do sentido**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIX, U. O cânone e a dissolução do cânone. A intertextualidade tipológica – um recurso estilístico “pós-moderno”? **Revista de Estudos da Linguagem**. v. 14, n. 1. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, jan./jun. 2006.
- FOUCAULT, M. [1969] **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FUCHS, C. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 8, 1985, p. 129-134.

GENETTE, G. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GIACOMETTI PROPAGANDA. Marisa: filme campanha “Atitude namorados”. In: AD WHIZ Blog. Disponível em: < <http://adwhiz.zip.net/> >. Acesso em: 22 de out. de 2017.

GIGNOUX, A. C. **Initiation à l’intertextualité**. Paris: Ellipses, 2005.

HANKS, W. F. Texto e textualidade. In: BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (org.) **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 118-168.

HILGERT, J. G. Parafraseamento. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.) **Gramática do Português culto falado no Brasil**. Campinas: EdUNICAMP, 2006. p. 74-91.

KOCH, I. G. V. A intertextualidade como critério de textualidade. In: FÁVERO, L. L.; PASCHOAL, M. S. Z. (org.). **Linguística textual e leitura**. São Paulo: EDUC, 1985. p. 39-46.

KOCH, I. G. V. Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno? **D.E.L.T.A**, v. 7, ano 2, p. 529-541.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. 2 ed. London; New York: Longman, [1996] 2006.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAURINDO, H. A. A instabilidade do gênero anúncio publicitário. In: CAVALCANTE, M. M. et al. **Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e sequências textuais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 62-81.

LEITE, E. L. **Plágio e outros estudos em direito de autor**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

LIMA-NETO, V. **Mesclas de gêneros no Orkut: o caso do scrap**. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2009.

LIMA-NETO, V. Da emergência de um gênero na mídia digital: uma análise multimodal do *scrap* comodificado. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v.3, p.65-76, 2011.

LIMA-NETO, V. **Um estudo da emergência de gêneros no facebook**. 2014. 317f. Tese (Doutorado em linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2014.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MIRANDA, F. **Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MIRANDA, F.; COUTINHO, M.A. Interaction textuelle et generique: quelques aspects. In: MARILLAUD, P. & GAUTHIER, R. (org.). **L'intertextualité**. Toulouse: CALS/CPTS, 2004. p. 343-354.

NOBRE, K. C. **Critérios classificatórios para processos intertextuais**. 2014. 128f. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2014.

PIÈGAY-GROS, N. Tipologia da intertextualidade. **Intersecções – Revista sobre práticas discursivas e textuais**, ano 3, n 1, São Paulo, 2010, p. 220-244.

SANT'ANNA, A. R. de. **Paródia, paráfrase & CIA**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

TRAVAGLIA, L. C. Texto humorístico: o tipo e seus gêneros. In: CARMELINO, A. C. (org.) **Humor eis a questão**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 15-27.